

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

LAIZE CARVALHO DE SOUSA

**ARQUEOLOGIA PÚBLICA E SUA *PRÁXIS* SOCIAL:
uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos
e interação social**

**TERESINA - PIAUÍ
2017**

UFPI-CCN/PPGArq.026^a

LAIZE CARVALHO DE SOUSA

**ARQUEOLOGIA PÚBLICA E SUA *PRÁXIS* SOCIAL:
uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos
e interação social**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientador:
Ângelo Alves Corrêa

Coorientador:
Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva

TERESINA

2017

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do CCN

S725a Sousa, Laize Carvalho de.

Arqueologia pública e sua *práxis* social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social / Laize Carvalho de Sousa. – Teresina, 2017. 96f.: il. color

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Natureza, Pós-Graduação em Arqueologia, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Alves Corrêa

Coorientador: Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva

1. Arqueologia Pública. 2. Recursos Arqueológicos. 3. Interação Social. I. Título.

CDD 930.1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA - CCN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA - PPGArq
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Ininga
Teresina, Piauí, Brasil - CEP 64049-550
e-mail: pgarq@ufpi.edu.br - telefone: (86) 3215-5723

Ata da sessão de defesa da (26ª) dissertação do Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Piauí, da Candidata Laize Carvalho de Sousa (número de registro 20151007831)

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto de 2017 (dois mil e dezessete) realizou-se, a partir das 10:30 horas, no Auditório do Museu de Aqueologia e Paleontologia da Universidade Federal do Piauí, a sessão do exame de dissertação da mestranda **Laize Carvalho de Sousa**, Intitulada "**Arqueologia Pública e sua práxis social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social**". A Banca Examinadora foi constituída com os seguintes professores: Prof. Dr. Ângelo Alves Corrêa presidente da Banca Membro Permanente PPGArq/UFPI, Prof.ª Dr.ª Viviane Pedrazani Membro Externo ao Programa (UESPI) e Prof.ª Dr.ª Ana Luísa Meneses Lage do Nascimento Membro Permanente do PPGArq/UFPI. De acordo com o regimento do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, o presidente da Banca abriu a sessão, passando a palavra à candidata, que fez a exposição do seu trabalho. Em seguida, foram realizadas as arguições. A candidata respondeu a cada um dos arguidores. Finalizado esse processo, a Banca Examinadora se reuniu, sem a presença da candidata e do público, e deliberou unanimemente pela sua APROVAÇÃO.


Recomendações e Sugestões: _____

Nada mais havendo para constar, lavrou-se e fez-se a leitura pública da presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Coordenador do Curso.

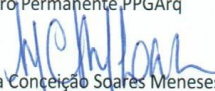
Resalta-se que **esta ata não é documento comprobatório da conclusão do Mestrado em Arqueologia** do PPGArq/UFPI. Ela comprova apenas a Defesa da Dissertação de Mestrado. Para a conclusão do curso, e, conseqüentemente, a obtenção do título de Mestre em Arqueologia, faz-se necessário ainda o depósito da versão final da Dissertação.

Teresina, 24 de Agosto de 2017.


Prof. Dr. Ângelo Alves Corrêa
Presidente e Membro Permanente PPGArq


Prof.ª Dr.ª Viviane Pedrazani
Membro Externo à instituição (UESPI)


Prof.ª Dr.ª Ana Luísa Meneses Lage do Nascimento
Membro Permanente PPGArq


Prof.ª Dr.ª Maria Conceição Soares Meneses Lage
Coodenadora em exercício do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia
(PPGArq/CCN/UFPI)

*Para meus pais
Francisco e Maria Aparecida e
aos meus irmãos Larisse e Laizio,
por serem quem são e por me proporcionarem a felicidade
de ser parte dessa FAMÍLIA!*

Agradecimentos

A gratidão é uma das formas mais nobres do coração, por isso, jamais deixarei de agradecer ao meu Deus, pelo carinho e amor que ele tem pela minha vida, por me permitir realizar esse sonho que nasceu do coração dEle. Não fui eu quem sonhou esse sonho, foi Ele. Não fui eu quem escolheu esse mestrado, foi Ele. Não fui eu quem abriu a porta, foi Ele. Não é para mim que quero a glória, é para Ele. Porque “nEle vivemos, nos movemos e existimos”. Finalizar esse mestrado é mais um presente de Deus. A alegria é uma palavra que traduz tudo que sinto neste momento da minha vida. Pois, “tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo propósito debaixo do céu: há tempo de chorar e tempo de rir; tempo de ficar triste e tempo de saltar de alegria”. E este é o tempo de celebrar! Por isso, cantarei ao senhor porque ele conquistou para minha vida uma vitória maravilhosa. Ah! Sim! Não posso esquecer que dentro do meu coração há uma alegria de estar me tornando mestre em Arqueologia e ter preservado a Fé!

Quero com muito carinho agradecer meus pais, Francisco e Maria Aparecida, e irmãos, Larisse e Laizio que são minha fortaleza, vocês são maravilhosos. Muito obrigada pelo amor e incentivo incondicional em todos os momentos. Obrigada por mim amarem tanto, não tenho nem palavras! Vocês são o maior presente que Deus me deu. Vocês sempre serão referência na minha vida. Eu amo muito vocês!

De forma especial, agradeço de montão minha irmã Larisse minha incansável estimuladora, pela cumplicidade e troca de ideias e pela colaboração prestada na coleta dos dados em Natal. Obrigada por ser minha *personal tudo!* (rsrs).

Sou imensamente grata a meu irmão Laizio, também, pela colaboração prestada na coleta dos dados aqui em Teresina.

À Superintendência do IPHAN no Piauí, na pessoa do Fábio Ferreira e à Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Norte, na pessoa da Ana Virginia pela autorização de consulta dos seus arquivos.

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa durante o período de realização deste mestrado.

Ao meu amigão Adão Martins, pelo apoio de sempre e colaboração, valeu por tudo!

A tia Angélica e família: tio Beserra, Wlairton e Amanda, minha amiga linda! Obrigada pela amável oportunidade de fazer da sua casa a minha casa, você é mais que uma tia, obrigada pelo carinho especial!

A Jeane pela amizade e confiança, com ela dividi meus sonhos, tristezas e risos. Muito bom poder contar sempre com você, minha amiga! Agradeço também ao Ronann, namorado da Jeane, pela força.

A Girlene, obrigada pelo carinho minha amiga. Ao Antônio Lucas pelo apoio e força, nunca vou esquecer!

A Heralda, pelo carinho especial e atenção dedicada a mim...Muito Obrigada!

A Shirley amiguinha, pelo carinho. A Heloisa Bitu, pela positividade de sempre, pela amizade nessa caminha do mestrado.

Aos meus familiares que, com carinho, torcem pelo meu sucesso. Em especial a tia Alexandra e tio Jesus, vó Terezinha, vó Maria.

Ao Armandinho e André Felipe, minha equipe mirim de arqueólogos, vocês são 10!

Meu sincero agradecimento aos meus irmãos em cristo que intercedem a Deus pela minha vida. Aos meus orientadores Ângelo Corrêa e Abrahão Sanderson que ajudaram a dar forma a esta dissertação. Muito obrigada, por terem me ajudado a dar esse grande passo!

Por fim meus agradecimentos vão a todos que de forma direta ou indiretamente me ajudaram nessa trajetória.

*Vi ainda debaixo do sol que não é dos
ligeiros o prêmio, nem dos valentes, a vitória, nem tampouco dos sábios, o
pão, nem ainda dos prudentes, a riqueza, nem dos inteligentes, o favor; porém
tudo depende do tempo e do acaso.*

Provérbios, 9:11.

RESUMO

A presente dissertação discute a temática da Arqueologia Pública, entendida como uma disciplina destinada a interagir e dialogar com a sociedade. Busca destacar, conteúdos relacionados a perspectivas de Arqueologia Pública em projetos arqueológicos identificando o atual panorama das ações desenvolvidas entre 2011 a 2015 nos estados do Piauí e Rio Grande do Norte, refletindo sobre a relação da Arqueologia Pública num contexto capitalista e a preservação de recursos arqueológicos. O estudo é resultado de uma pesquisa documental em relatórios de pesquisas arqueológicas no IPHAN do Piauí e Rio Grande do Norte e contará com a análise e interpretação gráfica. Os resultados obtidos apontam um número pequeno de projetos com perspectivas em Arqueologia Pública em solo piauiense e potiguar, em destaque tem-se as ações de Educação Patrimonial. Sendo assim, propõe que é necessário refletir sobre a socialização do conhecimento arqueológico através da interação social para a preservação de recursos arqueológicos.

Palavras-chave: Arqueologia Pública. Capitalismo. Preservação. Interação social.

ABSTRACT

The present dissertation discusses the theme of Public Archeology, understood as a discipline designed to interact and dialogue with society. It seeks to highlight contents related to the perspectives of Public Archeology in archaeological projects, identifying the current panorama of the actions developed between 2011 and 2015 in the states of Piauí and Rio Grande do Norte, reflecting on the relationship of Public Archeology in a capitalist context and the preservation of archaeological resources . The study is the result of a documentary research in the IPHAN of Piauí and Rio Grande do Norte and will feature graphic analysis and interpretation. The results obtained indicate a small number of projects with perspectives in Public Archeology in Piauí and Potiguar soil, in particular the Heritage Education actions. Thus, it proposes that it is necessary to reflect on the socialization of archaeological knowledge through social interaction for the preservation of archaeological resources.

Keywords: Public Archeology. Capitalism. Preservation. Social interaction.

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Projetos arqueológicos–Piauí (2011-2015)	89
Anexo 2 – Projetos arqueológicos–Rio Grande do Norte (2011-2015)	91

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 – Dois caminhos: proteção ou destruição	30
Fig. 2 – O arqueólogo como articulador entre patrimônio e sociedade	39
Fig. 3 – A atuação social do arqueólogo é importante para	56
Fig. 4 – Coleta de dados em relatórios de pesquisas arqueológicas – IPHAN-PI	62
Fig. 5 – Coleta de dados em relatórios de pesquisas arqueológicas – IPHAN-RN	63
Fig. 6 – Coleta de dados em relatórios de pesquisas arqueológicas – IPHAN-RN	63
Fig. 7 – Público-alvo das ações de socialização do patrimônio	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual dos projetos analisados no Piauí e Rio Grande do Norte (2011-2015)	64
Gráfico 2 – Percentual dos projetos analisados conforme a área de origem	65
Gráfico 3 – Proporção da presença/ausência de socialização do patrimônio	66
Gráfico 4 – Ações patrimoniais referentes às pesquisas arqueológicas realizadas no Piauí de 2011 a 2015	67
Gráfico 5- Ações patrimoniais referentes às pesquisas arqueológicas realizadas Rio Grande do Norte de 2011 a 2015	68
Gráfico 6–Presença/ausência de temas relacionados ao patrimônio (Arqueologia Pública nos projetos analisados), no Piauí	69
Gráfico 7– presença/ausência de temas relacionados ao patrimônio (Arqueologia Pública nos projetos analisados), no Rio Grande do Norte	69
Gráfico 8 – Ações de socialização do patrimônio realizadas no Piauí (2011-2015)	71
Gráfico 9 – Ações de socialização do patrimônio no Rio Grande do Norte (2011-2015)	72

LISTA DE QUADRO E TABELA

Quadro 1 – Classificação sobre as considerações de Arqueologia Pública	75
Tabela 1 – Critérios para análise dos relatórios	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1	18
ARQUEOLOGIA PÚBLICA E SEUS DESAFIOS: O PATRIMÔNIO NO CONTEXTO DA ARQUEOLOGIA DE CONTRATO	18
1.1 A Política Nacional do Meio Ambiente e o Licenciamento Ambiental	21
1.2 A atuação do IPHAN no licenciamento ambiental	26
1.3 Arqueologia Pública e seus desafios: capitalismo e Arqueologia de Contrato.....	30
1.4 Preservação e socialização do patrimônio arqueológico: questões de legislação.....	35
CAPÍTULO 2	39
ARQUEOLOGIA PÚBLICA: O PAPEL SOCIAL DO ARQUEÓLOGO NA PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO	39
2.1 Arqueologia Pública: o palco dos acontecimentos	42
2.2 Arqueologia Pública: novos caminhos, novos olhares	48
2.3 A atuação social do arqueólogo na Educação Patrimonial	50
2.4 Arqueologia Pública: em cinco dimensões (modelos) de atuação.....	59
CAPÍTULO 3	61
ARQUEOLOGIA PÚBLICA EM PROJETOS DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS (2011- 2015).....	61
3.1 A pesquisa documental	63
3.2 Análise e interpretação dos dados.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	82

INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre a sociabilidade da Arqueologia Pública no contexto brasileiro com recortes em dois estados: Piauí e Rio Grande do Norte. E para iniciarmos nossa contribuição no campo da Arqueologia Pública com base na pesquisa desenvolvida nos estados citados, partiremos do aspecto que a preservação do patrimônio é sem dúvida algo essencial para as sociedades, como também é necessária a socialização de informações para que os cuidados com este, sejam de fato executados pelas pessoas.

Arqueologia Pública é um campo de recente desenvolvimento, resultado das transformações no âmbito das sociedades e da ciência Arqueologia. O termo *Arqueologia Pública*, como campo de pesquisa arqueológica, foi mencionado pela primeira vez em 1972 nos Estados Unidos, na obra de Charles McGimsey III, associado às questões práticas ligadas à gestão do patrimônio cultural, distinguindo-o dos estudos meramente acadêmicos.

Em território brasileiro, a consolidação da Arqueologia Pública aconteceu devido ao processo de redemocratização política, a partir da década de 1980 (OLIVEIRA, 2005, p.118). Foi a partir daí que se passou a refletir sobre métodos, práticas, valores e significados de como seriam divulgados os trabalhos arqueológicos. Desse processo, nasceu a Arqueologia Pública brasileira.

Nesse contexto brasileiro, é possível observar que, a partir da década de 1980, surgem vários questionamentos sobre inúmeros aspectos da vida social do ser humano, percebe-se, neste período, a presença de segmentos com objetivos definidos e bastante diversificados. Uma das principais implicações dessas lutas foi a elaboração e aprovação da Constituição Federal de 1988, que veio garantir e normatizar os direitos dos cidadãos brasileiros e, com isso, proporcionou também a valorização da diversidade ambiental e cultural.

A expressão “Arqueologia Pública” refere-se à atuação com pessoas, proporcionando diálogos e discussões a respeito das simbologias e das representações constituídas através da cultura material. Para tanto, o enfoque da Arqueologia Pública consiste na busca de uma maior interação e compartilhamento com o público sobre o conhecimento arqueológico, promovendo a inclusão da sociedade em relação à preservação do patrimônio. Ou seja, os trabalhos no campo da Arqueologia Pública estão afeitos às questões políticas e sociais, as quais contribuem para o interesse da sociedade nos aspectos científicos, econômicos e educacionais.

Logo, a intervenção estatal dentro da Arqueologia Pública diz respeito aos aspectos da legislação em função da proteção ambiental e cultural. A Arqueologia Pública vem, a cada ano, alcançando novas possibilidades e perspectivas. Desenvolvendo-se como um campo de estudo

interdisciplinar, tem como um de seus principais objetivos: possibilitar a interação com a sociedade para recuperação e preservação de sua própria história (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p. 3).

E uma das formas de socializar o patrimônio arqueológico é através da Arqueologia Pública por meio de diálogos e interação com a comunidade. E parafraseando Aloísio Magalhães (1997), “a comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio [...]” porque segundo ele “Só se protege o que se ama, só se ama o que se conhece [...]” (MAGALHÃES, 1997, p. 190). A partir desses diálogos são constituídos mecanismos para se chegar às práticas de preservação e conservação do patrimônio local.

Partindo desse pensamento é de fundamental importância destacar também o papel da Arqueologia Pública que segundo Bezerra (2011, p. 62) visa “compreender as relações entre as distintas comunidades e o patrimônio arqueológico, considerando o impacto do discurso acadêmico e sua visão de mundo, o lugar de suas narrativas na construção e a gestão dos bens arqueológicos”.

No entendimento do autor Nick Merriman (2004, p.2), a Arqueologia Pública é uma área voltada para o interesse público em geral. Para Ascheron ela é considerada: “[...] como todos os aspectos públicos da Arqueologia, incluindo tópicos como políticas arqueológicas, educação, política, religião, etnicidade, envolvimento público em Arqueologia” (ASCHERSON, 1999 *apud* FUNARI, et al., 2005, p.106).

Consideramos assim, a Arqueologia Pública como um mecanismo para estudar as relações entre Arqueologia e sociedade em todos os seus aspectos, desejando alcançar uma “arqueologia para todos os públicos” (ALMANSA SÁNCHEZ, 2001).

Essa dissertação visa responder as seguintes indagações: Qual a relação que podemos estabelecer entre a Arqueologia Pública e o processo de desenvolvimento econômico capitalista no Piauí e Rio Grande do Norte, no que diz respeito aos projetos de Arqueologia por Contrato? Como a Arqueologia Pública é realizada no Piauí e Rio Grande do Norte? E, se existem ou não projetos relacionados a essa perspectiva em projetos piauiense e potiguar?

A inquietude gerada por estas indagações nos despertou a desenvolver a presente dissertação, levando em consideração que o capitalismo provocou na Arqueologia piauiense e potiguar, a prática de pesquisas arqueológicas, utilizando serviços prestados por profissionais da Arqueologia de Contrato, voltados à preservação, conservação ou resgate de bens arqueológicos. E assim, demonstrar a relação da Arqueologia Pública com a fruição de empreendimentos capitalistas ligados ao licenciamento ambiental.

Nossas prioridades, omissões e interpretações certamente serão contestadas, pois é impossível produzir uma única narrativa definitiva sobre o conhecimento de um campo tão dinâmico e multiforme como o da Arqueologia Pública. Então, empenhamo-nos em oferecer um olhar sobre a: *Arqueologia Pública e sua Práxis Social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social*.

A partir das breves constatações indicadas, este texto tem como objetivo apresentar conteúdos relacionados a perspectivas de Arqueologia Pública em projetos arqueológicos acadêmicos e por contrato, identificando um panorama das ações desenvolvidas entre 2011 a 2015 nos estados do Piauí e Rio Grande do Norte.

Nesse caminho, almeja-se compreender como a Arqueologia Pública vem se constituindo nos estados do Piauí e Rio Grande do Norte; argumentar sobre a inserção e/ou importância da Arqueologia Pública em projetos arqueológicos para a preservação do patrimônio cultural arqueológico; e discutir sobre a relação da preservação dos bens culturais e arqueológicos num contexto capitalista, uma vez que, ao mesmo tempo em que ele pode desencadear a destruição do patrimônio, pode promover o acesso ao conhecimento deste.

Pensando dessa maneira, esta investigação busca uma análise de como a Arqueologia Pública vem sendo desenvolvida no Piauí e Rio Grande do Norte, explicitando as articulações entre Arqueologia e sociedade em meio ao desenvolvimento capitalista e a dinâmica dos processos econômicos, patrimoniais e a *práxis* social do arqueólogo.

Uma vez que:

a responsabilidade social e profissional da Arqueologia remete à existência de questões dentro da mesma que vão além de problemas teóricos e metodológicos. Esses temas podem ser considerados questões públicas da Arqueologia, pois estariam situados na interface da Arqueologia com a sociedade. Ambas possuem interesses convergentes e divergentes, visto que a sociedade é formada por um conjunto de indivíduos que estão agrupados ou podem ser reunidos em números segmentos específicos (ex. faixa etária, classe social, grupo profissional, local de moradia, etc.) (FERNANDES, 2007, p. 6-7).

Como foi descrito acima, a responsabilidade social e profissional é inerente à interface da Arqueologia com a sociedade, o que quer uma análise dentro da perspectiva arqueológica bem como a implicação do esforço de inserir a *práxis* social do arqueólogo no processo de interação social e democratização da Arqueologia para a preservação do patrimônio arqueológico.

A importância social da Arqueologia não é apenas com o passado, mas também com atuações que envolvem a compreensão do presente. Nesse sentido, o desafio da Arqueologia

Pública é não apenas ser mais uma disciplina, mas ser capaz de atuar de modo a promover o pensamento reflexivo sobre a própria *práxis* arqueológica em todos os níveis.

A partir desse nível particular de preocupação, acreditamos que o arqueólogo precisa reconhecer as diferentes realidades locais de cada comunidade, levando em consideração suas especificidades, cultura e valores diferentes que cada uma delas tem, porque vivem sob diferentes circunstâncias, assim, não é nossa intenção fazer uma narrativa comparativa da análise da Arqueologia Pública no Piauí e Rio Grande do Norte.

E, sim analisarmos as semelhanças nesse processo dialético de transformação da Arqueologia diante do desenvolvimento capitalista que trouxe consigo a partir da inserção dos projetos por Arqueologia de Contrato mudanças significativas, interpretando a realidade do fenômeno no presente. Ou seja, analisando a dinâmica das transformações e mudanças de como a Arqueologia Pública é realizada, em cada contexto acadêmico e ou por contrato dos estados a serem pesquisados.

A presente pesquisa visa, dentre outros aspectos, fornecer fundamentos para uma melhor compreensão das questões sociais que envolvem a temática Arqueologia Pública e que estejam relacionadas às pesquisas desenvolvidas em solo piauiense e potiguar. Esperamos contribuir para a disseminação de dilemas e reproduzir pensamentos críticos acerca da Arqueologia Pública.

A fim de cingir esta pesquisa tomamos como procedimento metodológico inicialmente, o emprego de uma pesquisa bibliográfica que foi realizada com um levantamento da literatura acadêmica sobre o tema abordado (provenientes de meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites, teses, dissertações), e contou a análise e interpretação de textos.

E com o intuito de produzir uma melhor análise de como a Arqueologia Pública e Educação Patrimonial vem sendo estabelecida nos estados pesquisados foi realizada uma pesquisa documental em relatório de projetos arqueológicos (2011 a 2015), no IPHAN do Piauí e Rio Grande do Norte. No IPHAN do Piauí foi disponibilizado para pesquisa 53 relatórios e no IPHAN do Rio Grande do Norte foi disponibilizado 247 relatórios

Sendo assim, de posse desse material disponibilizado pelo IPHAN de cada estado da pesquisa, as informações coletadas foram organizadas em uma tabela desenvolvida com a finalidade de se construir um banco de dados de informações, além da análise e interpretação gráfica que possibilitou a obtenção de dados referentes à pesquisa para ter-se um panorama da presença/ausência de conteúdos de Arqueologia Pública em projetos arqueológicos entre os anos de 2011 a 2015, nos estados do Piauí e Rio Grande do Norte.

O engajamento consciente dos arqueólogos de sua *práxis* na interação social para a preservação de recursos arqueológicos é o principal papel dessa dissertação.

Nesse sentido, o primeiro capítulo desta dissertação discute os desafios da Arqueologia Pública inserida num contexto capitalista através da Arqueologia de Contrato, destacando a atuação do arqueólogo no contexto do licenciamento ambiental visando sustentabilidade socioambiental num contexto capitalista.

O segundo capítulo apresenta o papel social do arqueólogo na preservação e valorização do patrimônio arqueológico através da Arqueologia Pública, entendida como uma disciplina destinada à interação e compartilhamento com a sociedade. Discute a atuação social do arqueólogo na Educação Patrimonial para a preservação e comunicação do patrimônio arqueológico em projetos de pesquisas arqueológicas.

E, o terceiro capítulo apresenta a análise e interpretação dos dados sobre o panorama da inserção dos conteúdos de Arqueologia Pública/Educação Patrimonial em projetos arqueológicos (2011-2015). Para dar atualidade aos assuntos de Arqueologia Pública e Educação Patrimonial e uma visão mais próxima do que acontece na realidade piauiense e potiguar. Com o intuito de compreender como a Arqueologia Pública vem se estabelecendo nesses estados.

CAPÍTULO 1

ARQUEOLOGIA PÚBLICA E SEUS DESAFIOS: O PATRIMÔNIO NO CONTEXTO DA ARQUEOLOGIA DE CONTRATO

“A Humanidade não pode compreender-se, nem delinear seu futuro, sem apreciar e acolher seu passado”.
Joachim Hermann.

Como cada grupo social atribui significados ao patrimônio, apresentaremos a definição de patrimônio cultural brasileiro consagrado pela Constituição Federal Brasileira de 1988, que o define como multifacetário, abrangendo os conceitos de natureza material e imaterial, tendo como parâmetro o artigo 216, verdadeira espinha dorsal dos valores culturais brasileiros.

Art. 216- Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I- As formas de expressão;
- II- Os modos de criar, fazer e viver;
- III- As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV- As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

É essencial reconhecer a importância da redação do artigo 216, para a inclusão na preservação dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, pelo Estado em parceria com a sociedade. Ademais, o patrimônio cultural brasileiro tem uma vasta abrangência, em consequência disso, trabalhar questões de preservação patrimonial requer vencer barreiras, conhecer conceitos e legislação nacional pertinente à conservação do patrimônio cultural, apropriar-se dos conceitos, valorizar e respeitar as diferenças que os grupos sociais atribuem às suas vivências.

Nesse sentido, o patrimônio cultural envolve todas as manifestações e expressões culturais que a sociedade e os homens criam, portadoras de significado que transcende o tempo e o espaço, capazes de construir um caminho coletivo de memória, identidade e diálogo sobre sua herança cultural e histórica. O que possibilita cada geração deixar sua marca nesse processo,

ou seja, dá sua contribuição de forma distinta, preservando ou esquecendo uma determinada herança que compõem tal patrimônio.

Considerando que a composição do patrimônio está interligada a memória, ao dialogar com Michel Pollak (1992), compreendeu-se que o referido autor define memória como um elemento constituinte do sentimento de identidade. Pode-se, entender ainda, que a relação será estabelecida entre memória e patrimônio cultural, sendo a memória uma das razões de constituição da identidade.

O patrimônio arqueológico, por exemplo, sendo um patrimônio cultural, como analisado nos parâmetros do artigo 216 da Carta Fundamental de 1988, é um portador de referência à identidade, através da memória de um grupo.

Com os vínculos de identidade fortalecidos, a memória apoia-se na história vivida pelos indivíduos cujas lembranças e ideias são geradas no interior dos grupos. Em vários momentos, mesmo que o indivíduo esteja fisicamente só, suas reflexões são coletivas, deslocam-se de um grupo para o outro; os indivíduos só lembram fatos passados pela interação com os outros (SANTOS, et al, 2012, p. 9).

Halbwachs (1990, p. 51) afirma que:

[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Partindo de uma memória individual temos a construção da memória coletiva que é construída de acordo com as transformações no meio em que esteja inserido, isto é, a interação com outros.

Dessa maneira,

[...] à medida que o cidadão se percebe como parte integrante do seu entorno, tende a elevar sua autoestima e valorizar a sua identidade cultural. Essa experiência permite que esse cidadão se torne um agente fundamental da preservação do patrimônio em toda a sua dimensão. O conhecimento adquirido e a apropriação dos bens culturais por parte da comunidade constituem fatores indispensáveis no processo de conservação integral ou preservação sustentável do patrimônio, pois fortalece os sentimentos de identidade e pertencimento da população residente, e ainda, estimula a luta pelos seus direitos, bem como o próprio exercício da cidadania (PELEGRINI, 2006, p. 127).

Como foi citado acima, para que essa identidade seja fortalecida é necessária à aquisição do conhecimento e apropriação dos bens culturais que favorecem a preservação sustentável do

patrimônio. É a partir de conhecimentos adquiridos que os cidadãos se formam agentes fundamentais de preservação em todas as suas dimensões.

Os autores Rodrigues e Nishikawa (2013, p. 66), em seus estudos no campo do patrimônio histórico, arqueológico e cultural, demonstram que o conhecimento adquirido por meio dos vestígios arqueológicos, quando trabalhados de forma adequada, pode fazer com que o patrimônio arqueológico passe a ser reconhecido pela população como parte de sua identidade e, conseqüentemente, valorizado, podendo gerar desdobramentos preservacionistas.

O que torna o envolvimento com a comunidade um fator fundamental para a pesquisa arqueológica, ou seja, o trabalho do arqueólogo é também identificar o que é importante para a comunidade, pois “a razão última para nossa ação é trabalhar para e com tais públicos” (FUNARI, et al., 2008, p. 131), para fortalecer a concepção de agentes em defesa do patrimônio.

E nessa linha, a Arqueologia Pública destinada a dialogar e interagir com a sociedade, em seu processo de socialização do conhecimento arqueológico pode trabalhar para motivar grupos sociais de resgate, salvaguarda e preservação do patrimônio arqueológico regional, fortalecendo os vínculos culturais, proporcionando as comunidades o desejo de assumir medidas de conservação, proteção e gestão relacionadas às conexões com seus patrimônios.

É interessante, também, destacar que o patrimônio cultural é uma das dimensões do meio ambiente¹, compreendido além da dimensão dos aspectos meramente naturalísticos, “pois agrega valores que refletem características peculiares a uma dada sociedade, constituindo, por assim dizer, retrato vivo de sua história e, conseqüentemente, espelho de sua própria identidade” (CORREIA, 2004, p. 42).

Como argumentou Rangel (2015, p. 3), o meio ambiente cultural “é constituído por bens culturais, (...), decorre de uma intensa interação entre homem e natureza, (...) refletindo as características de uma determinada sociedade”. Assim sendo, “a proteção do patrimônio cultural se revela como instrumento robusto da sobrevivência da própria sociedade” (RANGEL, 2015, p. 3).

Sendo assim, pode-se entender que patrimônio cultural:

é a cultura em seu estado ativo, criativo, construtor de identidades e significado. É, pois, o aspecto mais substancial do complexo de atividades humanas que conforma a cultura geral, entendida esta como todas as manifestações do espírito humano que alcançam uma expressão coletiva. *Decorrente* desse conceito é a compreensão de que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial

¹ Segundo José José Afonso da Silva (1994, p. 3) o meio ambiente cultural é integrado pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico, que embora artificial em regra, como obra do homem, difere do anterior (que também é cultural) pelo sentido de valor especial.

portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (ASSIS, 2011, p. 76).*(grifo do autor)*.

Diante do argumento apresentado, compreendemos que o patrimônio cultural é imprescindível à vida, e ele está inserido no meio ambiente cultural, sendo, possível perceber essa dinâmica interativa pelo artigo 216 da nossa Carta Fundamental de 1988. Compreendendo todas as formas de manifestação que compõem a identidade coletiva e seus significados envolvendo assim a cultura.

O modo de perceber a cultura como patrimônio foi acompanhando pela articulação entre os campos do meio ambiente e cultura, essa configuração se deu a partir dos debates que sediaram nos anos 1970 influenciados pelas políticas de participação social e as pressões por desenvolvimento econômico, político e social.

Essa nova maneira de pensar influenciou a relação conceitual e institucional entre meio ambiente e cultura, mediante o papel a ser desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que se constitui como um órgão responsável pela preservação e proteção, divulgação e fiscalização do processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro, para o fortalecimento de identidades, garantindo o direito à memória, assegurando a permanência dos bens culturais e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país pelas atuais e futuras gerações.

Como resultado desse processo que se configurou nos anos 70, podemos destacar a atual Instrução Normativa nº 001/2015, que estabelece procedimentos administrativos para a atuação do (IPHAN) no licenciamento ambiental.

A temática do meio ambiente e a cultura encontrou ressonância nos debates que resultou na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981). É possível observar uma demanda pela ação de preservação da valorização da diversidade ambiental e cultural, devido ao processo de redemocratização política, a partir da década de 1980, em que a ideia de patrimônio passa a estar relacionada à ideia de manutenção de qualidade de vida.

1.1 A Política Nacional do Meio Ambiente e o Licenciamento Ambiental

Para melhor compreensão do caminho que levou ao surgimento da Política Nacional do Meio Ambiente, é de especial importância ter em mente que o rumo tomado pelo capitalismo, desde o seu advento apressou a degradação do meio ambiente, tendo em vista a irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, face ao crescimento econômico.

Em decorrência desse processo de degradação foi possível perceber uma preocupação mundial com os problemas relacionados ao meio ambiente após a Segunda Guerra Mundial, uma característica notável desse momento histórico é o pensamento de meio ambiente como parte integrante da sociedade.

As primeiras preocupações com implicações ambientais aparecem com a criação do Clube de Roma², em 1968, com o objetivo de discutir e analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos naturais.

Vale destacar, que a primeira manifestação de um aparato institucional que abriu o caminho para o diálogo sobre uma política direcionada ao tema impacto ao meio ambiente emergiu com a criação do NEPA (*National Environmental Policy Act*), em 1969, nos Estados Unidos da América.

Assim, num primeiro momento, os esforços do NEPA concentraram-se na elaboração do instrumento de sua política ambiental: o processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), exigido para todos os empreendimentos com potencial impactante.

Pensar toda essa configuração em torno das questões socioambientais e culturais, mediante as condições influenciadas com o desenvolvimento econômico capitalista, faz-nos lembrar que foi construído um caminho para o surgimento do termo Arqueologia Pública em 1972, nos Estados Unidos, refletindo sobre a preservação dos sítios arqueológicos ameaçados, principalmente, por obras de desenvolvimento econômico num contexto de financiamento público (McGIMSEY, 1972).

Ao passo dos debates sobre a problemática ambiental, foi realizada em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia. A discussão esteve voltada sobre a ligação entre economia e a preservação e melhoria do ambiente, reconhece-se nesse evento a consciência do homem como obra e construtor do meio ambiente.

Buscando conciliar desenvolvimento e meio ambiente através de novos modelos ideológicos e novas estratégias a Conferência de Estocolmo “atenta à necessidade de um critério e de princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano”.

Vale apenas observar, o aspecto do princípio 8, da Declaração sobre Meio Ambiente Humano (1972), resultado da Conferência citada, que indica claramente a conexão entre economia e meio ambiente, apontando ser o desenvolvimento econômico e social indispensável

² O Clube de Roma era composto por cientistas e empresários, os quais em seu relatório faziam previsões acerca do futuro do planeta como, por exemplo, a previsão de exaustão dos recursos naturais não renováveis, tendo em vista o crescimento populacional (FEAM et al., 1998, p. 39 *apud* REZENDE 2007, p. 28).

para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na terra as condições necessárias de melhoria e qualidade de vida.

Esse cenário histórico da Conferência de Estocolmo em 1972 representou um marco político e legal de alianças e estratégias, conseqüentemente, a partir dela, “a maioria dos países criou instituições especiais para lidar com o meio ambiente e aprovou grande número de leis e regulamentações para tratar da proteção ambiental” (FEAM et al., 1998 *apud* REZENDE, 2007, p. 28).

A Conferência de Estocolmo lançou as sementes para a compreensão do tratamento sobre as questões ambientais. E certamente, influenciou na criação da Política Nacional do Meio Ambiente, promulgada pela Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, marco referencial da legislação brasileira, sobre as questões ambientais.

Os movimentos ambientalistas também tiveram grande influência na adoção de medidas políticas e institucionais para proteção do meio ambiente, inclusive nas formas de pensar a associação entre desenvolvimento e preservação (LEAL; SILVA, 2016, p. 20).

A legislação sobre a Política Nacional do Meio Ambiente pode ser considerada como o marco legal, que traçou toda a sistemática das políticas públicas brasileiras relacionadas ao meio ambiente. Sendo seu objetivo, segundo o artigo 2º: “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”.

A Lei 6.938/81 que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente concedeu titularidade jurídica e conceituou meio ambiente sob o manto do artigo 3º, inciso I: “meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordens de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

A referida lei criou o SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente) um sistema de coordenação de políticas públicas de meio ambiente envolvendo os três níveis da federação responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, vislumbrando a consolidação da Política Nacional do Meio Ambiente.

O CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), também, é fruto da Política Nacional do Meio Ambiente, tendo por finalidade:

assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

A Política Nacional do Meio Ambiente estabeleceu fundamentos para proteção ambiental e contemplou, também, a proteção de recursos culturais no país, e tem como um de seus instrumentos o licenciamento ambiental que conseqüentemente teve importância crucial para as mudanças que ocorreriam na maneira de se fazer Arqueologia.

Ao analisar o conteúdo da Política Nacional do meio Ambiente, percebe-se, que o sistema de licenciamento ambiental tornou-se obrigatório em todo território nacional e as atividades efetiva ou potencialmente poluidoras não podem funcionar sem o licenciamento, porque é fundamental para o desenvolvimento sustentável em nosso país. Dessa forma,

o surgimento do licenciamento ambiental como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente decorre basicamente do crescimento dos problemas ambientais causados por empreendimentos geradores de consideráveis impactos ambientais e, por outro lado, de uma necessidade do Estado de exercer uma regulação destas atividades degradantes (REZENDE, 2007, p.63).

Os instrumentos para a obtenção do licenciamento ambiental são o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Esses documentos devem conter obrigatoriamente os estudos arqueológicos da área onde será implantado o empreendimento, quando os projetos de desenvolvimento econômico forem potencialmente impactantes.

Com o intuito de mitigar os impactos causados por empreendimentos econômicos, atrelados ao capitalismo, à execução destes em território brasileiro se encontra vinculada a licenças ambientais previstas em determinações legais, salvaguardando a possibilidade de preservação do patrimônio arqueológico pré-histórico e histórico (SANTOS, 2011, p. 61).

Todavia o não cumprimento da legislação ambiental poderá resultar em sanções relacionadas na Lei nº 9.605/98 de Crimes Ambientais, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas a serem aplicadas aos responsáveis por ações que danifiquem ou comprometam o meio ambiente. Portanto,

com a assinatura da Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), regulamentada pelo Decreto 3.179/99, a arqueologia como um todo ganhou um grande aliado, com repercussões no aumento de trabalho para a arqueologia de contrato. A mencionada lei impõem sanções penais e administrativas a condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, sendo que, no capítulo 5, seção 4, trata especificamente dos crimes contra o patrimônio cultural (CALDARELLI; SANTOS, 1999-2000, p. 56).

De acordo com a mencionada Lei nº 9.605/98 é crime contra o patrimônio cultural: danificar, registros, documentos, museus, bibliotecas e qualquer outra estrutura, edificação ou local protegido quer por seu valor paisagístico, histórico, cultural, religioso, ou arqueológico.

Vale lembrar, também, que o licenciamento ambiental tem como principais normas legais, além da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, a Resolução CONAMA nº 001/86. Essa Resolução foi estabelecida para salvaguardar o ambiente de impactos causadores da degradação ambiental, e dispõe sobre os critérios e procedimentos para realização do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

Como visualizada na Resolução CONAMA nº 001/86, no artigo 1º: “considera-se: impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas”.

O estudo de impacto ambiental foi recepcionado pelo texto da Carta Brasileira de 1988, sob o manto do artigo 225, devendo assim ser exigido pelo Poder Público, o “*estudo prévio de impacto ambiental*”, para instalação de obra ou de atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, prevista pela Política Nacional do Meio Ambiente.

Ainda com relação à Resolução CONAMA nº 001/1986 é interessante destacar pontos importantes do artigo 6º, que trouxe uma abordagem multifacetada para o estudo de impacto ambiental. Podemos citar, como exemplo, o esculpido na redação da alínea c, do inciso I:

c) o meio-socioeconômico – o uso e a ocupação do solo, os usos da água e a socioeconômica, *destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade*, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos. (*grifo nosso*)

O texto da alínea c, apresentado, é consagrado como o marco para a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sobre os impactos dos “*sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade*”. Além de estabelecer a pesquisa arqueológica no processo de licenciamento ambiental, como relatam Caldarelli e Santos (1999-2000 p. 55):

foi, portanto, a partir da assinatura da Resolução Conama nº 001/86 que a participação do arqueólogo em projetos de avaliação ambiental se tornou frequente e a arqueologia de contrato passou a crescer em ritmo geométrico, quando comparada ao que ocorria anteriormente (CALDARELLI; SANTOS, 1999-2000, p. 55).

Outro ponto a ser observado pela análise da alínea “c” é a expressão “da comunidade”, apontando para o conceito de patrimônio cultural estabelecido pelo artigo 216 da Constituição Brasileira de 1988, que define patrimônio cultural “bens de natureza material e imaterial,

tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

É necessário, destacar, conforme extraído do artigo 6º, inciso I, alínea c, que no processo de licenciamento ambiental, além do patrimônio arqueológico e histórico, deve-se valorizar o patrimônio da comunidade, ou seja, as referências culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

A Arqueologia de Contrato ganhou relevo, no contexto do licenciamento ambiental para preservar o patrimônio arqueológico que passou a ser incluído na agenda dos estudos de impacto ambiental, como exigência do artigo 6, inciso I, da alínea c, da Resolução CONAMA nº 001/86.

As autoras Caldarelli; Santos (1999-2000, p. 55), discutem que a Lei 3.924/1961, conhecida como lei da Arqueologia e que dispõe especificamente sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, “está atrás das primeiras pesquisas de salvamento arqueológico no Brasil, já que a pesquisa prévia era condição para liberação de áreas arqueológicas para fins econômicos”, em que mais tarde se transformou em Arqueologia de Contrato.

Nesse sentido, entende-se o patrimônio arqueológico como um recurso cultural frágil e não renovável, de fundamental importância para a humanidade inteira, por permitir-lhe identificar suas raízes culturais e sociais (Carta de Lausanne, 1990), que precisa ser preservado em nome das presentes e futuras gerações.

A participação da Arqueologia no licenciamento é importante porque o conhecimento produzido pela Arqueologia proporciona ligações entre passado e presente através da manutenção da memória e valorização do patrimônio cultural e fortalece a constituição de identidades. Fazendo uso das palavras de Caldarelli e Santos (1999-2000, p. 54) “sendo uma das missões do arqueólogo envolvido nesses estudos contribuir, no presente, para que a construção do futuro não se faça à custa do passado”.

Nesse sentido, vale destacar que a Arqueologia é, também, uma ciência que mantém discussão sobre o preservar e ao mesmo tempo acompanha as transformações que as sociedades sofrem com as ações impostas pelo sistema capitalista, que deve, contudo manter o foco da preservação do patrimônio.

1. 2 A atuação do IPHAN no licenciamento ambiental

A inserção do IPHAN nos processos de licenciamento ambiental é indispensável para a preservação do patrimônio cultural, pois ele é instrumento que norteia as ações que implica nas

várias dimensões da atuação do homem no meio ambiente, compreendendo assim, além das dimensões dos aspectos naturalísticos. Desse modo de pensar, é de especial importância destacar que, “toda riqueza que compõe o patrimônio ambiental transcende a matéria *natural* e incorpora também um ambiente *cultural*, revelado pelo patrimônio cultural” (REISEWITZ, 2004, p. 63). (*grifo do autor*).

A atuação do IPHAN em processos de licenciamento ambiental é imprescindível para que um empreendimento ou atividade em processo de licenciamento ambiental não venha a impactar ou destruir os bens culturais considerados patrimônios dos brasileiros.

A Portaria IPHAN nº 230/2002 (*Revogada pela Instrução Normativa nº 001/2015*), por mais de uma década exerceu influência na pesquisa arqueológica, por ser o dispositivo legal que regulamentava as atividades de Arqueologia de Contrato.

Segundo Moraes (2006), esta Portaria:

[...] surgiu mais que oportunamente, pois havia carência quanto à normatização dos procedimentos da arqueologia preventiva no licenciamento ambiental. Ao estabelecer o compasso necessário entre as licenças ambientais e a salvaguarda do patrimônio arqueológico, o diploma uniformizou ações, tanto da parte do corpo técnico do IPHAN, como dos profissionais que lidam com o assunto (MORAIS, 2006, p.195).

A mencionada Portaria versava sobre a necessidade de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais com os estudos preventivos de Arqueologia, objetivando o licenciamento de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico.

A aprovação da Portaria IPHAN nº 230/2002 foi considerada por muitos autores como o “*boom*” da Arqueologia de Contrato no Brasil. Sobre tal questão a autora Glória Tega (2012), comenta:

A medida acabou impulsionando um grande crescimento no que diz respeito a essas pesquisas no Brasil; gerou a criação de empresas especialistas na realização dos licenciamentos de obras; as Universidades também passaram a se adequar para poderem realizar os licenciamentos; a demanda por profissionais arqueólogos aumentou (...), a Arqueologia no Brasil ampliou sua atuação, as pesquisas ganharam espaço dentro e fora das Universidades (TEGA, 2012, p. 06).

A sua aprovação foi um marco no processo de pesquisas arqueológicas no âmbito de estudos de impacto e licenciamento ambiental de empreendimentos diversos por todo o país. Aumentando como frisou Tega na especialização de empresas para realização do processo de

licenciamento de obras, emergindo também a demanda por profissionais para atuar nos empreendimentos de desenvolvimento capitalista em diversas partes do Brasil.

Cumprе ressaltar que uma das principais missões do IPHAN é coadunar desenvolvimento econômico com preservação. Por esse motivo, mostra-se de inarredável relevância observar o que preceitua o artigo 2º, Anexo I do Decreto 6.844/2009: “O IPHAN tem como missão promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro visando fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País”.

É interessante destacar também outra finalidade do IPHAN, que segundo o texto do artigo 2º, citado anteriormente, nos moldes do seu §1º, é: “preservar, proteger e fiscalizar, promover estudos e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro na acepção do artigo 216 da Constituição Federal”.

No entanto, em relação à atuação do IPHAN nos processos de licenciamento ambiental dos quais, participe atualmente, existe uma questão impactante, o universo de avaliação dos impactos será em razão da existência de intervenção na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento em bens culturais acautelados. Ou seja, bens culturais de uma determinada comunidade que não tenha a proteção instituída, considerados de pouca relevância no contexto nacional, são sumariamente desvalorizados na hora da implantação de projetos de desenvolvimento.

Conforme determina a Instrução Normativa nº 001 aprovada em 25 de março de 2015, cujo escopo primordial é buscar o gerenciamento do patrimônio cultural, e estabelecer procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN, nos processos de licenciamento ambiental.

Neste sentido, é plausível citar o artigo 2º, da IN nº 001/2015 que, abriga em sua redação os seguintes bens culturais acautelados em âmbito federal:

- I – tombados, nos termos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937;
- II – arqueológicos, protegidos conforme o disposto na Lei nº 3.924, de 26 de Julho de 1961;
- III – registrados, nos termos do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000; e
- IV – valorados, nos termos da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.

A IN nº 001/2015 vai dialogar com a Portaria Interministerial nº 60, aprovada em 24 de março de 2015, por exemplo, sobre a atuação do IPHAN em processos de licenciamento ambiental, somente “aos bens culturais acautelados em âmbito federal”.

A PI nº 60/2015 estabelece procedimentos administrativos em processo de licenciamento ambiental a várias áreas do governo federal, inclusive o IPHAN, órgão máximo de proteção ao patrimônio cultural.

A Portaria nº 419/2011, (*Revogada pela Portaria Interministerial nº 60/2015*), por sua vez exigia, em complementação ao diagnóstico, independente da especificidade dos bens culturais a serem considerados nestes estudos, sejam eles protegidos ou não, a necessidade da avaliação dos impactos resultantes da implantação do empreendimento sobre os mesmos.

Para os autores Braga e Silva (2014), a proteção destinada, somente, aos bens culturais acautelados, estabelecida no texto da IN 01//2015³ ignora os avanços legais proporcionados pela Resolução CONAMA nº 001/86 e pela conceituação de patrimônio cultural da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito ao artigo 216.

Segundo os referidos autores, “os patrimônios culturais não são listas de informações cristalizadas disponíveis para consulta da sociedade. São a ponta de lança da construção cidadã da diversidade cultural.” (BRAGA; SILVA, 2014, p. 33).

De acordo, com a Resolução CONAMA nº 001/86 é preciso avaliar os impactos sobre os bens culturais da comunidade, entender as relações dinâmicas do meio ambiente cultural no sistema sociocultural de uma determinada comunidade e a agência dos bens culturais tão latentes nas populações afetadas pelos empreendimentos no âmbito do licenciamento⁴.

Quando tais aspectos são desconsiderados no licenciamento ambiental há perdas irreparáveis dos bens culturais interferindo diretamente nos chamados “portadores de referência à identidade, à ação e a memória, dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira”.

Nesse sentido, vale destacar que muitos projetos de desenvolvimento econômico, implicam no deslocamento compulsório de pessoas que moram em área diretamente afetadas pela construção de empreendimentos. Sem levar em conta as associações que as pessoas

³Acompanhando o pensamento de Leal e Silva (2016): “ainda que limite sua atuação aos bens já oficialmente sob sua responsabilidade, a IN nº 01/2015 abre espaço para que se informe ao órgão licenciador “a existência de processos que estejam devidamente instruídos, mas ainda não concluídos, referentes ao tombamento, registro ou valoração de bens culturais” (art. 10, § 2º), possibilitando, assim, que procedimentos administrativos ainda não finalizados sejam levados em consideração, mesmo no caso de não constarem informações disponíveis no sítio eletrônico do Iphan, indicado como fonte de dados sobre os bens (art. 3º, § 2º, alínea II). Mas não abre espaço para a abertura de novos processos sobre bens a serem identificados no processo de conhecimento de região impactada” (LEAL; SILVA 2016, p. 28).

⁴“O licenciamento deve ser gerido por uma rede de saberes multidisciplinares mais ampla, contemplando, de modo cada vez mais simétrico e dialógico, a diversidade de possibilidades de olhares sobre um mesmo fenômeno: o impacto ambiental. Essa simetria não diz respeito apenas à interdisciplinaridade de contribuições técnicas e acadêmicas da biologia, ecologia, engenharia ambiental, antropologia, história, arquitetura, arqueologia, entre outras, mas, sobretudo, de contribuições de conhecimentos e vivências dos grupos sociais e populações direta ou indiretamente envolvidas no processo de planejamento, acompanhamento e avaliação dos empreendimentos que propõem intervenções em suas paisagens e em seus territórios políticos e afetivos” (BRAGA; SILVA, 2014, p. 104).

mantêm com seu meio ambiente cultural, “que agrega valores fundamentais da comunidade, retratando a sua memória, a sua identidade e a sua história” (CORREIA, 2004, p.41), impossibilitando o modo de vida tradicional em direção oposta ao artigo 215 da Constituição Federal de 1988, que garante a proteção das manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BRASIL, 1988).

Além desse texto constitucional podemos citar ainda o artigo 225 da nossa Carta Magna:

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Nesse ponto do texto constitucional o direito fundamental ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, supracitado no artigo 225, aponta que “o constituinte não deixou de inserir em tal direito a dimensão cultural, porque não há de falar em vida dotada de qualidade quando se arrendam os valores associados à cultura” (MARCHESAN, 2011, p. 102). Uma vez que a relação decorrente do meio ambiente e patrimônio cultural reverbera na sociedade.

1.3 Arqueologia Pública e seus desafios: capitalismo e Arqueologia de Contrato

Sabe-se, que a mundialização do capital afeta radicalmente as condições de vida, de trabalho, assim como as expressões políticas e culturais. O patrimônio cultural, por exemplo, vem sofrendo impactos em detrimento do desenvolvimento econômico.

O rumo tomado pelo desenvolvimento econômico com base na valorização do capital, em território brasileiro, apressou mudanças importantes, de transformações agudas na Arqueologia, produzindo, conseqüentemente, profundas implicações para atuação do arqueólogo dentro desse cenário transformador.

Diante desse, prisma de configuração econômica a prática da Arqueologia no Brasil ganhou novas proporções com a anistia política, o fim da censura e a restauração das liberdades públicas. Esse processo de redemocratização do país contribuiu para a modificação do mapa da pesquisa arqueológica no Brasil (FUNARI, 1994). Emerge nesse contexto, o desenvolvimento

da Arqueologia de Contrato⁵ uma nova modalidade de pesquisa arqueológica atrelada ao licenciamento ambiental.

Essa nova modalidade de pesquisa apresenta-se indissociável da sociabilidade capitalista e envolve um cenário entre desenvolvimento econômico, e impactos ambientais, e culturais socialmente produzidos.

Diante do que vem sendo apresentado, pode-se dizer que a década de 1980 brindou o início de uma articulação entre a Arqueologia e a questão ambiental. A partir dessa configuração a maioria dos arqueólogos passou a se dedicar aos projetos ligados ao licenciamento ambiental.

Assim sendo, a Arqueologia tem expandido sua atuação no Brasil acompanhando os projetos de desenvolvimento econômico. Os significativos avanços do desenvolvimento capitalista econômico-financeiro pelo país ao longo da última década refletem a implantação de obras de engenharia e inúmeros empreendimentos de infraestrutura.

Em meio a essa política desenvolvimentista realizada em solo brasileiro, os estados do Piauí e Rio Grande do Norte, também, foram alvo do olhar de atração capitalista com a implantação de projetos de desenvolvimento econômico devido o potencial exclusivo com condições favoráveis ao desenvolvimento das aplicações tecnológicas com retorno financeiro, como por exemplo: construção de estradas, parques eólicos, linhas de transmissão de energia elétrica, usinas hidrelétricas, etc.

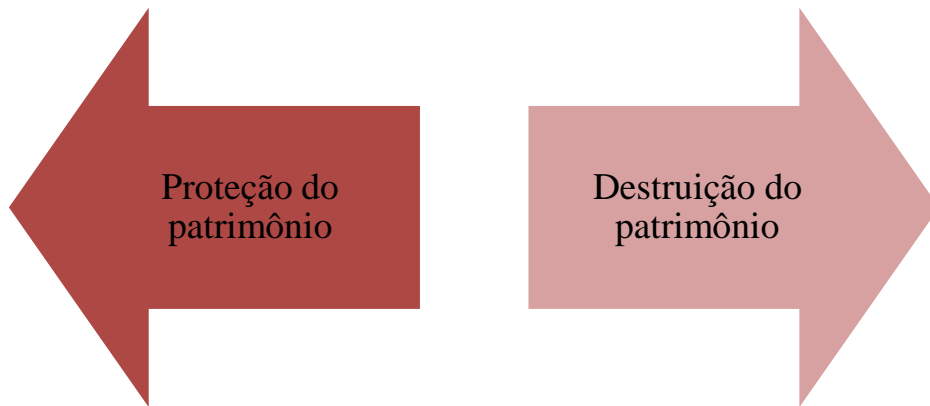
Para isso devemos refletir que se por um lado, as pesquisas arqueológicas se apresentam como integrantes do processo de crescimento econômico, por outro lado, “esse aparente triunfo do desenvolvimento é inversamente proporcional aos danos causados ao meio ambiente, em particular às populações e ao patrimônio” (BEZERRA, 2015, p. 218).

Nesse contexto, é preciso dizer que a Arqueologia está ligada diretamente às relações capitalistas que ora tendem para proteção ou destruição de um determinado registro arqueológico. Ou seja, o capitalismo apresenta um dualismo (Figura 1), uma moeda de duas faces (proteção/destruição) envolvendo tanto questões da natureza quanto cultural. Podemos, com isso, relacionar seu impacto dentro da ciência arqueológica e principalmente da Arqueologia Pública, através da implantação de empreendimentos de grande, médio ou pequeno porte, os quais estão no centro da destruição de vestígios arqueológicos principalmente

⁵“Do ponto de vista do rigor das exigências científicas e da qualidade do conhecimento que deverão produzir, não deve haver diferença substancial entre ‘arqueologia acadêmica’ e arqueologia contratual, de salvamento, empresarial. A pesquisa arqueológica deve orientar-se, sempre, para a identificação dos sistemas de ocupação territorial, na estrutura, funcionamento e transformações” (MENESES, 2007, p. 45).

em áreas impactadas com a instalação de usinas hidrelétricas, por exemplo (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008).

Figura 1- Dois caminhos: proteção ou destruição



Fonte: Ilustração desenvolvida pelo autor.

Mediante o crescimento capitalista: “[...] o (re) conhecimento dos valores patrimoniais, a arqueologia vem ganhando maior espaço, que se expande da pesquisa a sua inserção na esfera pública, no acompanhamento desse crescimento” (SANTOS, 2011, p. 63-64). Esse espaço é decorrente da legislação que requer práticas de licenciamento ambiental.

Com o reconhecimento dos valores patrimoniais, a Arqueologia Pública, no processo de desenvolvimento das sociedades capitalistas⁶, vem ganhando maior visibilidade perante a sociedade, resultante principalmente dos trabalhos por Contrato. Contudo há dilemas que necessitam de mediação, no que diz respeito às questões sociais entre empreendedores, arqueólogos e população, visando à abertura de estratégias que favoreçam o gerenciamento do patrimônio cultural e a clarificação do interesse entre ambos através de diálogos.

Compreendemos, assim, a Arqueologia Pública como:

[...] um campo de pesquisa debate e aplicação da Arqueologia, destinado a dialogar com a sociedade sobre as questões públicas da disciplina (legislação, gestão, ética e educação), almejando garantir a proteção e preservação do patrimônio arqueológico, bem como, defender os interesses profissionais, científicos e públicos da Arqueologia (FERNANDES, 2007, p. 47).

⁶Estas estão ligadas ao crescimento econômico infinito exigido pelo sistema capitalista, em que a apropriação econômica é o principal definidor da estratificação social e uma minoria se apropria de quase toda riqueza produzida nas propriedades e também nos bens simbólicos e bens culturais (GIDDENS, 2005).

É interessante ressaltar que a Arqueologia Pública:

[...] surgiu no contexto de globalização, portanto num quadro de franca expansão capitalista, que teve como impulso fundamental a revolução tecnológica. Graças à poderosa expansão tecnológica e de comunicação, a globalização, desde o início, vem se mostrando com uma dupla face: tanto favorece novas oportunidades quanto traz ameaça ao meio ambiente e à sociedade, sobretudo às comunidades tradicionais (FUNARI; ROBRAHN-GOZÁLEZ, 2008; SANTOS, 2011, p. 66).

Como vimos acima, o contexto de surgimento da Arqueologia Pública tem uma relação direta com o capitalismo, tal relação é bastante divergente sobre a função que o desenvolvimento capitalista pode trazer, pois há uma dualidade, ora o capitalismo vai favorecer o patrimônio ora ameaça. Fernandes (2007, p. 76) traz a discussão sobre essa importante interligação da importância da Arqueologia Pública e o modo como a sociedade é envolvida para acompanhar os avanços que são necessários para a sociedade:

[...] se por um lado, os anseios da sociedade pelo crescimento econômico têm levado a uma verdadeira ‘ebulição’ de empreendimentos pelo território nacional, por outro, surgem apelos (científicos e públicos) para que estas não tragam consigo, a destruição de valores apropriados e reapropriados por esta mesma sociedade (FERNANDES, 2007, p. 76).

Diante da exposição acima, compreendemos que a expansão capitalista favoreceu o aumento de empreendimentos econômicos, mas também provoca ameaça à preservação do patrimônio arqueológico que é importante para a compreensão do passado, devido ao modo de apropriação do valor simbólico que este representa para tal sociedade.

Santos (2011) também destaca que os impactos provocados pelo desenvolvimento advindo do processo do capitalismo podem apresentar tanto fatores positivos como negativos relacionados à implementação dos empreendimentos, tal desenvolvimento pode “[...] gerar mecanismo de proteção ou destruição do registro arqueológico”. (SANTOS, 2011, p. 66).

Outro fator que merece atenção, dentro da Arqueologia Pública, é sabermos como são realizados os projetos e empreendimentos ligados ao crescimento econômico, tendo em vista que há uma “apropriação” de bens simbólicos e culturais por parte dos detentores do poder aquisitivo e em nome do crescimento econômico, muitos registros são destruídos. Como sabemos o capitalismo, nesse contexto, possui duas vertentes e é o modo como é trabalhado que define os aspectos positivos e negativos, garantindo ou não a preservação de um determinado patrimônio.

É importante destacar que diante desse contexto capitalista, a exigência de atuação profissional com um comprometimento ético voltado para a defesa do patrimônio torna-se

emergente, uma vez que o arqueólogo não pode ficar refém do capital. Sem dúvida um desafio para os profissionais envolvidos em projetos por Contrato que podem acabar participando dessa destruição do patrimônio o qual proclama proteger. Pois, o patrimônio se encontra em “risco de destruição” a larga escala pelo desenvolvimento capitalista.

Se por um lado, nunca houve tanto sítio arqueológico “descoberto” contribuindo para o conhecimento histórico e arqueológico, por outro lado, o impacto e a degradação ao patrimônio arqueológico são um problema que tem aumentado em larga escala pelos empreendimentos. No entanto, a questão é muito mais sensível quando vozes de grupos sociais, localizados nas fronteiras do capitalismo, são caladas colocando em risco os direitos à memória, à história, e à terra desses grupos, por exemplo.

Por tudo isso:

esses empreendimentos econômicos geram um cenário de conflitos onde se digladiam sujeitos e coletivos com interesses difusos e opostos. No entanto, preponderam os interesses estatais e econômicos e, assim, as obras são consideradas de execução inexorável e o meio ambiente nada mais é do que um espaço sem significados que precisa ser apropriado – melhor dizendo expropriado – em nome de um ‘bem comum’ (SILVA, 2015, p. 191).

Em outras palavras, isso implica dizer que uma das questões para a escolha do que deve ser preservado reside, principalmente, numa questão de valor e financiamento. Normalmente, o que se escolhe é o salvamento do sítio arqueológico, justificado pela ideia de possibilidade de produzir novas informações sobre a região.

Existe uma lógica de mercado que norteia a ideia de salvamento pautada nos interesses da empresa, ou de quem está realizando o trabalho: a lucratividade. No entanto, vale lembrar que “o nosso primeiro compromisso deve ser com as comunidades, não com o capital” (ROCHA, et al, 2013, p. 131).

No entanto, apesar das relações capitalistas constituírem um desafio para a preservação de recursos arqueológicos, muitas vezes é através de trabalhos advindos do avanço capitalista que se descobre sítios arqueológicos até então desconhecidos, e é a partir daí que os sítios são cadastrados e protegidos. Igualmente, as relações capitalistas contribuem para a preservação de recursos arqueológicos uma vez que a Arqueologia depende do poder do capital para a conservação, manutenção e proteção do registro arqueológico.

De acordo como apresenta Silva (2011, p.156), a Arqueologia de Contrato foi duramente criticada por muitos profissionais, devido aos efeitos que o “capitalismo selvagem” pode ter sobre um trabalho essencialmente de pesquisa científica, por outro lado, cumpre lembrar que,

os trabalhos por Contrato possibilitaram a socialização da Arqueologia com a realização de ações de cunho educativo patrimonial, junto à sociedade, como também, trouxe consigo a importância das discussões no contexto da Arqueologia Pública no Brasil, por sua relevância política e econômica, além de fomentar as discussões e produções de trabalhos científicos.

Portanto, além dos aportes legais é necessário que haja a socialização do conhecimento arqueológico, para que o sentimento de pertencimento social seja efetivado através da voz disciplinar como colocou Silva (2011), porque Arqueologia Pública é responsável pelas discussões e problemáticas que envolvem e norteiam a atuação do arqueólogo no seu campo de trabalho, principalmente em trabalhos vinculados aos grandes empreendimentos capitalistas, que requerem um comprometimento ético no desenvolvimento das ações por Contrato.

Logo, a Arqueologia de Contrato não deve ser vista apenas como uma atividade econômica, mas que pode ser agente de transformações sociais e culturais geradas como resultado direto do desenvolvimento econômico, quando ligada a ações de Arqueologia Pública buscando índices satisfatórios de desenvolvimento econômico e conservação do patrimônio cultural.

A relação com a sociedade através de trabalhos de Arqueologia por Contrato pode se dar de maneira integrada, além de visar à preservação do patrimônio arqueológico ela pode colaborar com o desenvolvimento da economia regional e da melhoria de vida da comunidade local trazendo benefícios econômicos advindos da atividade turística⁷, em áreas favoráveis para essa prática, por exemplo.

1.4 Preservação e socialização do patrimônio arqueológico: questões de legislação

A aprovação de aportes legais para preservação e proteção do patrimônio arqueológico, é um aspecto que contribui de maneira significativa para que na realização de trabalhos arqueológicos ligados à Arqueologia de Contrato ocorra o desenvolvimento de atividades por ações junto à comunidade sobre Educação Patrimonial em decorrência da implantação de empreendimentos.

⁷ No entanto para Bastos (2005), o patrimônio cultural arqueológico: “será instrumento de desenvolvimento turístico somente após ter sido instrumento de Educação Patrimonial e de Inclusão Social. Não há como transformar verdadeiramente o Patrimônio Cultural Arqueológico em veículo de desenvolvimento turístico ‘sustentado’, sem antes garantir a ele os atributos necessários da apropriação pública, uma vez que os bens arqueológicos por definição são bens de alcance social. Sendo assim, falar de Patrimônio Cultural Arqueológico como vetor de desenvolvimento Turístico nos remete a questões ligadas essencialmente a publicização, socialização e inclusão destes bens na construção da cidadania” (BASTOS, 2005, p.1).

Atualmente a Educação Patrimonial, como uma das diferentes modalidades de preservação do patrimônio cultural brasileiro vem provocando aplausos efusivos senão por sua projeção social, por questões legais desencadeadas a partir de projetos de Arqueologia de Contrato.

É interessante destacar que, ainda que de forma tímida a Portaria IPHAN nº 007/88, artigo 5, item IV, apontava e/ou previa a necessidade de procedimentos de salvaguarda e comunicação social (fins científicos, culturais e educacionais), que promovam a melhoria dos bens arqueológicos e da qualidade de vida, e de uma relação de comunicação e participação da população para assumir suas responsabilidades patrimoniais.

Entretanto, a primeira medida legal que determinou a obrigatoriedade da Educação Patrimonial em projetos arqueológicos foi a Portaria IPHAN nº 230/2002. Com a aprovação desta portaria foram estabelecidas medidas que visualizavam um retorno à sociedade dos resultados obtidos nas pesquisas realizadas para licenciamentos, dando maior visibilidade à disseminação da Arqueologia alcançando a população através de ações educativas.

Os efeitos provocados pela Portaria 230/2002, estabelecia a obrigatoriedade da realização de Educação Patrimonial, durante as atividades de pesquisa arqueológica, em consonância com a obtenção de licenças ambientais. Lima (2014, p. 53) defende a ideia, de que nesse caso, ocorreu um “empréstimo” do termo, na redação da portaria, no sentido de definir as ações arqueológicas educativas como ações de Educação Patrimonial.

De acordo com a citada autora, a Arqueologia Pública ganhou visibilidade, em solo brasileiro, semelhantemente a Educação Patrimonial:

com a regulamentação legal da pesquisa arqueológica em consonância com as diferentes licenças ambientais, que resultou na exigência da realização de ações e programas educativos de Arqueologia como uma das condicionantes para a aprovação dos estudos por parte do órgão federal regulador (LIMA, 2014, p. 60).

Ainda para Lima (2014), as ações educativas pertencem ao universo amplo da Arqueologia Pública e são bases importantes para a atuação juntos aos diversos sujeitos com os quais a Arqueologia se relaciona. (...) a Educação Patrimonial é uma ferramenta de trabalho da Arqueologia Pública e nas ações educativas seus caminhos se entrecruzam (LIMA, 2014, p. 63).

A Portaria 230/2002 foi de fundamental importância para a socialização do conhecimento arqueológico em projetos de Arqueologia de Contrato vinculados ao licenciamento ambiental de empreendimentos geradores de impacto ao patrimônio

arqueológico, definindo como política pública a exigência do desenvolvimento da Educação Patrimonial.

A referida Portaria trazia em seu artigo 6º, § 7º o seguinte texto:

O desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como um programa de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma. (*grifo nosso*).

Como se pode ver, a redação da normativa requer o desenvolvimento da Educação Patrimonial, mas, não fornece orientações sobre o que seja um Programa de Educação Patrimonial, por esse motivo, as ações educativas foram elaboradas de formas variadas. Como resultado, assistiu-se a uma intensa demanda de ações realizadas por arqueólogos que assumiram esse desafio de socializar o patrimônio arqueológico encontrado no contexto das pesquisas, em cumprimento da legislação.

Para a Portaria Interministerial nº 419⁸, de 26 de outubro de 2011 (*Revogada pela Portaria Interministerial nº 60/2015*), a Educação Patrimonial também era obrigatória e indispensável durante todo o processo de licenciamento ambiental.

Ao contrário da Portaria 230/2002 e da PI nº 419/2011, a vigente Instrução Normativa do IPHAN nº 001/2015 requer o desenvolvimento da Educação Patrimonial, somente, na terceira etapa do licenciamento arqueológico. Abordando, conteúdos elencados dentro da proposta da IN nº 001/2015 é necessário transladarmos pontos importantes em relação à exigência da Educação Patrimonial em licenciamentos ambientais.

A IN nº 001/2015 não traz um detalhamento de como deve ser realizada as atividades referentes à Educação Patrimonial. Por outro lado, a instrução normativa trouxe avanços significativos, com relação a portaria 230/2002, ao esclarecer pelo artigo 45, § 4º, que: “As atividades, pontuais, tais como: palestras e ações de caráter exclusivamente promocional, assim como atividade de esclarecimento e divulgação, não são suficientes para caracterizar Projeto Integrado de Educação Patrimonial”.

⁸A atuação do IPHAN, segundo o Anexo III-D da Portaria Interministerial nº 419/2011, tinha como instrumento um termo de referência específico do IPHAN, complementar aos emitido pelo IBAMA, com a finalidade de ser utilizado nos licenciamentos ambientais de âmbito federal. Aos diagnósticos socioeconômicos dos estudos ambientais ligados ao licenciamento ambiental, a referida portaria trazia a exigência de se contemplar os estudos relativos aos bens culturais de natureza material (arqueológicos, arquitetônicos, urbanísticos, rurais, paisagísticos, ferroviários, móveis e integrados) e imaterial (saberes, fazeres, celebrações, formas de expressão e lugares) existentes na área de influência da área direta da atividade ou empreendimento em estudo.

Ao analisar o artigo 43 da IN nº 001/2015, entende-se por Projeto Integrado de Educação Patrimonial aquele que contemple concepção, metodologia e implementação integradas entre o patrimônio arqueológico e os bens acautelados. De acordo com o artigo 45, a IN exige que a “equipe multidisciplinar responsável pela execução do Projeto deverá, necessariamente, contar com profissionais da área da Educação”. É importante lembrar que esta equipe responsável:

pelos Projetos de Educação Patrimonial atente as características de cada contexto sociocultural, procurando identificar as especificidades dos públicos alvos que irão participar das atividades, de modo que haja uma participação ativa destes não apenas na sua execução, mas também na sua concepção e elaboração (BAIMA, et al., 2015, p.4).

Cumprir lembrar que o Projeto de Educação Patrimonial Integrado é exigido somente para os empreendimentos que forem enquadrados nos níveis III e IV e seu conteúdo se valerá dos tipos de bens culturais acautelados identificados na área do empreendimento.

A Instrução Normativa nº 001/2015 dedica todo o capítulo III, especialmente a Educação Patrimonial por entender a importância do seu papel com relação à preservação do patrimônio cultural. Pois, o patrimônio não continuará a existir sem o apoio da geração que o recebe, parafraseando aqui Machado (2007, p.918).

Ao participar da preservação, proteção do patrimônio cultural brasileiro, estaremos exercitando nossa cidadania cultural e solidariedade social, possibilitando a transmissão da valorização patrimonial para as gerações vindouras e um sentimento de orgulho nas gerações presentes para mantê-lo e engrandecê-lo.

Sendo de fundamental importância as ações de Educação Patrimonial e de Arqueologia Pública para que haja preservação daquilo que é significativo para a identidade de uma comunidade e da sociedade como um todo.

Será parte de nossa tarefa, no capítulo seguinte, fazermos algumas reflexões sobre Arqueologia Pública e Educação Patrimonial e a atuação social do arqueólogo nesse processo de socialização do patrimônio arqueológico e cultural, conforme estabelecido na IN nº 001/2015.

CAPÍTULO 2

ARQUEOLOGIA PÚBLICA: O PAPEL SOCIAL DO ARQUEÓLOGO NA PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

*Ser um arqueólogo [arqueóloga] é, em
outras palavras, um ato social.
Matthews (2004, p.1)*

O tema Arqueologia Pública por si só é atraente. A disciplina passa a seduzir, quando ao tema *público* se soma o tema sociedade. E assim este campo de pesquisa e de conhecimento passa a ter como elemento integrador entre Arqueologia e sociedade, a preservação do patrimônio arqueológico.

A relação estabelecida entre o patrimônio e as pessoas é sem dúvida essencial, porque no patrimônio está explícita a herança cultural de cada povo e sociedade. A memória está associada a essa dinâmica da relação existente entre patrimônio e identidade cultural da coletividade social.

O patrimônio sempre se apresentou como um instrumento importante para a valorização das relações sociais. E o patrimônio arqueológico é como uma semente cheia de signos, símbolos, significados, memórias que quando plantadas, brotam identidade, floresce elos entre o passado e o presente e cresce produzindo sentimento de pertencimento, pulsando no coração da vida social.

Nesse sentido, a Arqueologia Pública como uma disciplina que tem como um de seus objetivos a interação social para a preservação de recursos arqueológicos, tem como papel desenvolver projetos com os diversos públicos da sociedade, dialogando e mantendo articulações participativas e diferenciadas nos modos dessa interação social.

Ao passo que o papel do arqueólogo contribui na identificação e valorização dos bens arqueológicos, proporciona contribuições necessárias para a preservação de recursos arqueológicos e promove o desenvolvimento da *práxis* social da Arqueologia interagindo com a sociedade.

Sendo assim, o arqueólogo passa ser um articulador entre patrimônio arqueológico e sociedade (Figura 2), incentivando a comunidade a conhecer a Arqueologia e participar da construção do conhecimento do patrimônio arqueológico.

Figura 2- O arqueólogo como articulador entre patrimônio e sociedade.



Fonte: Ilustração desenvolvida pelo autor

Isto, porque o patrimônio arqueológico está ligado a laços de “referência à identidade, à ação, e à memória dos diferentes grupos da sociedade”, como destaca o artigo 216 da Constituição de 1988. Porque, ao permitir a participação social na pesquisa arqueológica, estaremos tomando uma iniciativa de consequências imprevisíveis, mas certamente brilhantes e profundas com a troca de saberes e experiências com a comunidade.

Na verdade, o arqueólogo promove junto à comunidade através da interação social, possibilidades de definições daquilo que a comunidade considera como patrimônio visando a valorização dos bens arqueológicos e culturais. Ou seja, temos que começar a ouvir mais as pessoas, para que o patrimônio não seja algo, simplesmente, definido por nós arqueólogos. Porque na realidade definir patrimônio é definir o que queremos que seja preservado.

A Arqueologia Pública não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse do que deve ser preservado por uma comunidade. Preciso, então, fazer uma ressalva: não cabe ao arqueólogo definir patrimônio, sozinho sem diálogo com a comunidade, a não ser que num sentido muito específico e inevitável. Por exemplo, quando o patrimônio arqueológico se encontrar momentaneamente desprezado ou adormecido do corpo dos bens culturais de determinada comunidade, e estiver correndo o perigo de ser destruído.

É válido aqui citar o que frisou Santos (et. al, 2012, p.10), nem sempre os sítios arqueológicos estão ativos nas lembranças das comunidades. Então, a Arqueologia pode exercer um papel significativo no processo de construção de ligações entre o presente e o passado através da preservação da história e das tradições e da valorização do patrimônio cultural (MCMANAMOM 2000; FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008).

Mas uma das missões mais nobres da Arqueologia Pública, além de ser a de publicizar a Arqueologia, pois a publicização é a forma por excelência da divulgação, é reconhecer como imprescindível a participação das comunidades envolvidas na formação das medidas de preservação e construção da produção do conhecimento arqueológico.

Pois há uma relação umbilical entre informação e participação, não se pode participar do que não se conhece. E “um público interessado e informado não destruirá seu passado” (RAZTH, 1989, p. 165). Logo, sem socialização arqueológica e participação social não há Arqueologia Pública.

2.1 Arqueologia Pública: o palco dos acontecimentos

A Arqueologia Pública é um campo ainda em processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento sobre suas ações. Se comparada com uma árvore, suas raízes seriam as várias perspectivas de abordagens teóricas, na literatura acadêmica, sobre os diferentes significados e contextos relacionados à sua definição e prática.

Visualizada dessa maneira, é de especial importância reconhecer que não existe uma única abordagem de Arqueologia Pública, homogênea, especialmente porque as reflexões e discussões desse campo de pesquisa permitem uma diversidade de debates e ações, e o seu conceito é socialmente construído em contextos distintos e particulares.

O conceito de Arqueologia Pública surge em meio às transformações e mudanças de pensamento das sociedades e do fazer científico, após as novas maneiras de pensar e olhar o mundo com o fim da Segunda Guerra Mundial e o advento do pós-modernismo.

Diante dessa conjuntura que se configurava, a distância da ciência em relação à sociedade, por exemplo, foi duramente criticada pelo movimento nas ciências sociais, devido ao manancial de ideias advindas dessas novas perspectivas.

Como resultado desse processo as ciências passaram a interagir com os grupos sociais, devido à construção de um olhar não mais pautado em um velho paradigma. Pois, “as pessoas não são suportes passivos de estruturas e de sistema, mas são agentes dos processos sociais” (CONSTANTINO, 1996-1997, p. 12).

A definição de Arqueologia Pública entendida como ação com o povo, voltada para o público, que permite que tenhamos uma ciência aplicada em benefícios das comunidades e segmentos sociais (FUNARI&ROBRANH-GONZÁLEZ, 2006, p.3), emerge nesse contexto de ruptura de ideias.

Por longos anos a Arqueologia foi uma ciência fechada em si mesma, focada “na única fala dos fazeres técnicos e numa epistemologia cartesiana” (MRZOWSKI, 1999 *apud* REIS, 2007, p.35), que pouco acreditava que existia algo para ser apreendido com a participação da sociedade nas pesquisas.

No entanto, com as configurações dos processos de construção da sociedade pós-moderna, novas chaves de interpretações foram consideradas como fonte de pesquisa, levando em consideração a participação social na construção das pesquisas.

Considerando essas transformações relacionadas às discussões do papel social do arqueólogo, percebemos nas últimas décadas um maior engajamento político na arqueologia praticada em solo brasileiro.

Nas palavras de Funari (2005, p. 5): “(...) os aspectos públicos, de interação e ação conjunta com as comunidades, tanto locais, como regionais, nacionais e transnacionais, passaram a representar parcela crescente e cada vez mais significativa da prática e teoria arqueológica”.

Nos últimos anos vem se intensificando a atuação de projetos na tentativa de promover ações sociais efetivas e transformadoras para dar maior visibilidade à preservação dos recursos arqueológicos através da Arqueologia Pública, com um diálogo participativo como forma de integrar o público na produção do conhecimento arqueológico e na gestão patrimonial.

Mediante esse novo olhar, a pesquisa arqueológica passou a ter um compromisso social, uma prática engajada construindo diálogos com as diferentes comunidades, permitindo que elas façam parte da prática arqueológica nas interpretações sobre o passado, deixando de olhar somente para o passado para assumir seu fazer social na compreensão do presente e envolvimento com o passado, na promoção do futuro

Salienta-se então, no dizer de Robrahn-González (2006), que foi a partir da Arqueologia Pública que as ações de socialização do conhecimento arqueológico foram sistematizadas e desenvolvidas de forma mais adequada.

Nesse sentido, a referida autora, ressalta que,

em vários outros países do mundo, incluindo o Brasil, a Arqueologia deixou por muito tempo para a equipe de não-arqueólogos (incluindo caçadores de tesouros, amadores, saqueadores e romancistas) a missão de propagar suas descobertas e interpretações, não raro de modo distorcido. Nos últimos anos, todavia, os arqueólogos começaram a introduzir em sua rotina de trabalho diferentes ações referentes à agenda em arqueologia pública, como educação, integração com a comunidade e proteção/preservação de sítios arqueológicos (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p. 65).

Sendo assim, as ações de Arqueologia Pública visam promover inclusão social e gestão do patrimônio cultural e arqueológico, buscando intensos diálogos com as comunidades envolvidas em projetos de Arqueologia.

A Arqueologia Pública deve ser integrada e participativa em todas as suas dimensões. Realizá-la, não é apenas uma questão de desenvolver projetos com as comunidades ou promover oportunidades educacionais, ela precisa ser verdadeiramente participativa e inclusiva no processo de gestão do patrimônio cultural e da construção do conhecimento arqueológico.

A Arqueologia Pública deve, então, exercer uma contribuição para a compreensão recíproca, interativa, ou seja, dialógica com a sociedade considerando a diversidade cultural. Pois, uma interpretação arqueológica bem informada é importante para proteção do patrimônio pelas próprias pessoas da comunidade local (MERRIMAN, 2005, p. 36).

É nesse contexto de inclusão social que a Arqueologia Pública entra em cena como um suporte não só para conservação dos bens patrimoniais arqueológicos, para construção de uma consciência cultural, mas, para melhoria da qualidade de vida e cidadania, contribuindo para a sustentabilidade no acontecer social. Atuando para a conservação e sustentabilidade dos aspectos culturais, modos de saber e fazer da comunidade, provocando as pessoas para pensar em solidariedade social, no sentido de gerar a valorização do patrimônio cultural, de tal forma, que faça cada um sentir-se responsável pela existência e continuidade do seu patrimônio cultural e arqueológico.

Ao identificar e valorizar os marcos e elementos materiais e imateriais que fortalece o senso de pertencimento, proporcionando uma dimensão social e cultural do desenvolvimento sustentável com o propósito de provocar nas comunidades o desejo de assumir as medidas de conservação proteção e gestão.

É conveniente enfatizar sobre a necessidade do reconhecimento da importância e do significado de preservação dos bens culturais e da democratização do conhecimento arqueológico. Essa democratização faz parte da *práxis* social do arqueólogo para não marginalização da sociedade com relação aos recursos arqueológicos e tem como pré-requisito mínimo a acessibilidade na informação e na linguagem utilizada nas interações com a comunidade e a sensibilidade do olhar do pesquisador para a realidade a ser trabalhada.

Nesse processo, a realização de ações com uma perspectiva de Arqueologia Pública são como um mecanismo para a não marginalização das comunidades, sendo estas, não objetos, mas, sujeitos ativos nesse processo.

Destarte, como bem menciona Cury (2010),

[...] comunicar o conhecimento requer entender que existem, além da mensagem, o emissor e o receptor e considerar que no processo de comunicação nenhum destes sujeitos é passivo e nem a mensagem está fechada, ela está aberta a interpretações e ressignificações (CURY, 2010, p. 360).

Diante do exposto, compreendemos que não podemos ser arqueólogos preocupados apenas em registrar, preservar o patrimônio antes que desapareça, mas sim, em fazer uma Arqueologia Pública junto ao público interagindo com a comunidade.

Dessa forma, a Arqueologia Pública deve socializar o estudo da Arqueologia, tendo em vista a realidade social e cultural da população brasileira, contribuindo para a inclusão e apropriação da comunidade sobre a importância da preservação dos recursos arqueológicos, contribuindo, desse modo, para a definição de elementos de uma identidade própria para a população local. De maneira que o foco deve ser nas famílias e nos territórios porque são nesses espaços que ocorrem o desenvolvimento das relações sociais.

Para tanto, a preservação esta diretamente vinculada à identidade cultural, se a entendermos como:

[...] um sistema de reprodução (elementos de simbolização e procedimentos de encenação desses elementos) das relações entre os indivíduos e os grupos entre estes e seu território de reprodução e produção, por seu meio, seu espaço e seu tempo (COELHO, 1997, p. 201).

Dessa forma, o engajamento social do arqueólogo com uma preocupação no diálogo com a comunidade, em projetos de Arqueologia é indispensável, principalmente, para que se estabeleça uma relação de aproximação e participação social. Pensando nisso de modo a permitir maior participação da comunidade, pois ela poderá ajudar ainda mais a pensar questões de salvaguarda conservação, preservação, documentação, armazenamento.

Um relacionamento profícuo dentro da comunidade fornece a Arqueologia Pública à produção de conhecimento, gera cidadania, e, assim, transforma-se em processo dinâmico de transformação social. Envolvendo as pessoas no fazer Arqueologia, desmitificando a ideia de que o arqueólogo veio buscar tesouros escondidos debaixo da terra, ou que veio “levar” informação, veio “levar” patrimônio.

Nesse sentido, a relação simétrica estabelecida, pensando junto com a população questões relacionadas ao patrimônio, possibilitará a atuação da Arqueologia Pública, a partir, das demandas das pessoas, reafirmando a relação que elas querem estabelecer com o patrimônio, reconhecendo os saberes, os fazeres, os valores de determinada comunidade.

Discutindo junto com a comunidade sobre: qual é o papel do arqueólogo? Em que aspectos poderá se contribuir em meio às relações sociais, econômicas e patrimoniais atuantes no interior de empreendimentos econômicos? Por exemplo, preparando-a socialmente para pensar decisões sobre seu patrimônio, proporcionando a construção de uma cidadania patrimonial.

Mediante esse contexto, “os arqueólogos devem atuar em situações complexas e devem reconhecer sua própria subjetividade e da comunidade interagindo com a mesma e com as

diferentes instâncias e autoridades, de modo a favorecer a diversidade e o entendimento” (FUNARI, et al, 2011, p. 438).

Diante dessas reflexões e discussões torna-se necessário pensar sobre a necessidade de se fazer um levantamento do patrimônio com a participação da comunidade para o processamento de informações, discutindo a importância de definir estratégias concretas para dialogar com o empreendedor, com o governo para fazer propostas de gestão, de público, de mitigação.

A Arqueologia Pública exerce um papel de mediadora no processo de articulação de definição de estratégias voltadas à reflexão sobre o desenvolvimento sustentável, garantindo o conhecimento e a valorização através de diálogos entre sociedade e seus patrimônios, dentro do universo das representações sociais. Atuando como um motor para se discutir questões com uma perspectiva de cidadania.

Então, se conseguirmos mapear caminhos para o passado encontrar significação no presente, estará mais perto de realizar nossa missão social com esforço e louvor. Só assim, mostraremos que a Arqueologia não pertence ao passado. Mas para estar no presente, precisa se envolver neste, agora, para intervir nos rumos da história!

É preciso lembrar que, o termo “Arqueologia Pública” surge num contexto capitalista de crescimento econômico, ligada a questões sociais, políticas e econômicas. A publicação de Robert Charles McGimsey, *Public Archaeology* (1972), nos Estados Unidos é considerada o marco desse novo campo dentro da Arqueologia. Associado às questões práticas ligadas à integração das comunidades locais nos projetos de gestão do patrimônio cultural, mediante as ações de publicidade dos Parques Nacionais dos Estados Unidos, distinguindo-o dos estudos meramente acadêmicos.

A discussão trazida no livro está relacionada à destruição dos sítios arqueológicos devido ao crescimento acelerado, desencadeados pelo processo de urbanização e industrialização nos Estados Unidos. E como bem argumentou Fernandes (2007, p.3-4), foi esse discurso preservacionista que desencadeou o despertar da Arqueologia Pública como campo científico interessado na relação entre ciência e sociedade.

Nesse contexto, norte-americano, a Arqueologia Pública foi relacionada às discussões sobre o desenvolvimento da legislação referente às práticas de gestão dos recursos culturais (CRM- Cultural Resource Management).

Essa abordagem adotada estava mais voltada às questões de preservação de uma Arqueologia Pública desenvolvida pelo Estado. Ainda, era tímida a preocupação em contribuir para o fortalecimento de vínculos entre sociedade e o passado. Conforme, apresentado pela

autora Robrahn-González (2006, p. 65): “inicialmente as ações em Arqueologia Pública estiveram mais voltadas à proteção e preservação do patrimônio arqueológico, haja visto que os profissionais se deparam com um ritmo cada vez mais acelerado de degradação e destruição do patrimônio”

No entanto, o campo de pesquisa denominado Arqueologia Pública, influenciado por novas correntes de pensamento dentro da disciplina arqueológica, ampliou suas fronteiras e abordagens atendendo, agora, demandas que perpassam os aportes legais de preservação do patrimônio arqueológico.

Faz-se necessário, destacar como marco importante nesse processo, para aprofundar as discussões em Arqueologia Pública, a realização do Congresso Mundial de Arqueologia⁹, em 1986, que discutiu sobre os aspectos sociais da disciplina, buscando estabelecer as relações entre ciência e sociedade nesse novo campo de atuação. O Congresso Mundial de Arqueologia foi fundado por Peter Ucko, que dentre outros objetivos, almejava “levar a disciplina para o centro do debate social sobre a participação das pessoas na interpretação e gestão do passado material” (FUNARI; TEGA, 2014, p. 20).

As relações sociais e políticas significativas, nesse percurso, abriram-se perspectivas para a manifestação de uma Arqueologia socialmente responsável, reflexiva e inclusiva, possibilitando a interação entre arqueólogos e indígenas e membros das comunidades em geral (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p. 3).

Como analisa Little, “os benefícios públicos estende-se para além da pesquisa arqueológica, utilizando sítios e artefatos para propostas tais como: educação, coesão (autoafirmação) comunitária, entretenimento e desenvolvimento econômico” (LITTLE, 2002, p.3).

As novas possibilidades e perspectivas da Arqueologia Pública vêm a cada ano alcançando espaço nas publicações nacionais e internacionais, discutindo-se sobre as atividades públicas da Arqueologia. Pensando nas discussões estratégicas sobre o caráter público e importância social da Arqueologia, no ano 2000 surge a primeira edição da revista *Public Archeology*.

No editorial Ascherson, afirma que “a arqueologia pública está preocupada com problemas que surgem quando a arqueologia se move para o mundo real do conflito político e

⁹O evento trouxe para o debate teórico a abordagem chamada de Arqueologia Mundial, que visa entender não somente como as pessoas viveram no passado, mas também como e por que as mudanças acabam resultando nas formas de sociedade e cultura existentes na atualidade (UCKO, 1994, p. 1 *apud* FERNANDES; BROCHIER, 2012, p. 35).

econômico” (ASCHERSON, 2000, p. 2). Mas, para compreendermos melhor esse processo de mudança na *práxis* arqueológica, precisa-se destacar as discussões da Arqueologia pós-processual, em 1980, que abrem um debate sobre os cuidados e responsabilidades com relação à interpretação arqueológica, sobre o passado, considerando as dimensões sociais e políticas envolvidas.

2.2 Arqueologia Pública: novos caminhos, novos olhares

O pensamento pós-processual veio instaurar um debate crítico e necessário no campo teórico arqueológico. O ideal proposto era entender o passado em conexão com o presente, na prática da interpretação (SHANKS; TILLEY, 1987, p. 260). Uma vez que, a Arqueologia é compreendida como uma prática social e uma experiência no presente e o arqueólogo é visto como um sujeito observador e produtor, inserido no contexto social, político, cultural e ideológico (SHANKS; TILLEY, p. 1987).

Dessa maneira, o arqueólogo deve ser consciente do papel da disciplina, ou seja, das implicações do seu trabalho na sociedade. Devemos sempre considerar que a construção do discurso arqueológico é uma forma de olhar o passado, e que influencia a maneira de muitas pessoas em olhar o mundo.

As preocupações da Arqueologia pós-processual em torno dos aspectos públicos, políticos e práticos, em defesa de uma responsabilidade social entre academia e público nas discussões da disciplina arqueológica veio revitalizá-la para não se fechar em si mesma, sem olhar para o mundo e sociedade em que se insere.

A teoria arqueológica modificou muitos de seus paradigmas com o pensamento pós-processual, o qual enfatiza a diversidade de olhares acerca do passado e o caráter ativo da cultura material, colocando o indivíduo como ator social cujo contexto dará o significado ao registro arqueológico (SHANS; TILLEY, 1987). Nos últimos, anos por exemplo, tem-se visto trabalhos guiados por esta vertente desempenhando esforços para a construção de narrativas descolizadas em que se considera a pluralidade significativa de reapropriações e ressignificações do patrimônio arqueológico pelas pessoas.

Influenciado por toda essa conjuntura a abordagem pós-processual, exige da Arqueologia uma maior aproximação com as ciências sociais, valoriza a importância da análise simbólica, ideologia, conflito interno, agência humana, fatores que influenciaram novos modelos de construção do passado por enfatizar a riqueza e a multiplicidade destas posições.

Schiavetto (2003, p. 42), traz a discussão do pós-processualismo, apontando-o para a relação que a Arqueologia deve atuar na sociedade, dando um caráter crítico e reflexivo, permitindo assim torná-la uma ciência social, enriquecendo assim o papel do arqueólogo sobre o contexto das relações sociais, rompendo com as pretensões que outrora eram somente objetivas.

Sendo assim, “a arqueologia social, política ou engajada, todas essas perspectivas, passaram a incluir as pessoas nas considerações da disciplina” (FUNARI; TEGA, 2014, p. 20). Trazendo para suas pesquisas a possibilidade de múltiplas interpretações do passado e o desenvolvimento da noção de cidadão como um indivíduo que participa, seleciona e é ativo (MERRIMAM, 2004, p.3-4; LIMA, 2014, p.43).

E essas abordagens abriram os novos horizontes para o desenvolvimento das discussões para uma Arqueologia que trabalha junto aos diversos grupos sociais. Sendo assim, teoricamente falando, “a arqueologia partiu de uma abordagem neutra e distante da sociedade para se chegar a um engajamento com todos os aspectos da vida social” (FUNARI, et al, 2011, p.431).

Neste sentido, a Arqueologia torna-se compreendida não como um estudo dos vestígios materiais do passado, mas como um particular modo de indagar sobre a relação entre pessoas e seus passados (HODDER, 2003, p. 62). Nesse caminho, a abordagem da Arqueologia Pública busca compreender as conexões e associações entre as pessoas e o patrimônio arqueológico, refletindo e discutindo as estratégias para conduzir as interpretações dos dados encontrados em decorrência das pesquisas arqueológicas.

No entendimento de Lino e Bruhns (2012), muitas vertentes teóricas buscam realizar uma Arqueologia Pública, no entanto, para os autores, é inquestionável que os trabalhos realizados pelos arqueólogos pós-processualistas, em especial aqueles que bebem da fonte da Teoria Social, têm realizado com maior sucesso estes desafios de se envolverem com as comunidades onde as pesquisas arqueológicas são desenvolvidas.

Em *Teoría social em la arqueologia latino-americana contemporânea (1999)*, Acuto e Zarankin apresentam os giros epistemológicos que a Teoria Social permite e destaca:

- 1) A inclusão da interpretação na arqueológica;
- 2) A existência de significados na cultura material;
- 3) O indivíduo dotado de agência;
- 4) Uma aproximação com a história e demais ciências sociais;
- 5) Os conceitos de tempo e espaço revisados;
- 6) Crítica contumaz ao funcionalismo;
- 7) Importância da ação social sobre o ambiente;
- 8) Realização de estudos etnoarqueológicos;

- 9) O sítio como um texto a ser lido;
- 10) A realização de uma arqueologia pública e,
- 11) O contexto social em que o arqueólogo vive e atua possui importância sobre as interpretações sobre o passado.(ACUTO; ZARANKIN, 1999 *apud* LINO; BRUHNS, 2012, p. 110).(grifo nosso)

Com relação ao item 10, que destacamos na citação, é um ponto chave da nossa discussão, pois apresenta a função que o arqueólogo deve reproduzir enquanto ator social e agente inserido no contexto social de transformação. E como já afirmamos em outros momentos em nosso texto, essa relação só é possível com a interação com a sociedade a qual o arqueólogo é parte dela.

Se levarmos em conta as discussões recentes sobre o papel da interação com as pessoas para uma ciência menos excludente, os arqueólogos devem considerar uma diversidade de opiniões, ao consultarem-se com os diversos envolvidos (FUNARI, et al., 2011, p.432).

Isso vem sendo desenvolvido no âmbito da Arqueologia Pública como um campo de estudos interdisciplinar, que tem como um de seus principais objetivos, possibilitar a interação com a sociedade para a recuperação e preservação de sua história (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p.3).

Essa relação com as pessoas faz da interação social ser algo essencial nas pesquisas arqueológicas. “A Arqueologia pode, assim, desenvolver elos entre presente e passado, fortalecendo-os mutuamente e trazendo ensinamentos sobre a experiência humana como um todo” (LITTLE, 2002, p.16).

Considerando esse cenário (pós-processual) o diálogo da Arqueologia como disciplina e a sociedade, deixa de ser “um exercício técnico de divulgação” (MERRIMAN 2002, p. 541), e passa a serem discutidos como assunto dentro da academia os aspectos públicos da Arqueologia.

Uma das principais contribuições da abordagem pós-processual para a Arqueologia Pública está relacionada à maior visibilidade do contexto histórico e social na produção do conhecimento arqueológico e o reconhecimento dos arqueólogos de sua intransferível missão no comprometimento com os grupos sociais. Além da importância da educação social.

2.3 A atuação social do arqueólogo na Educação Patrimonial

Um dos benefícios públicos da Arqueologia é a educação para a cidadania. E como o patrimônio é um importante agente educativo, quando o arqueólogo mantém uma interação com a sociedade vislumbrando a socialização do patrimônio arqueológico através de ações

educativas, possibilita que o público entenda que o trabalho realizado pelo arqueólogo pode ir além da “descoberta” de vestígios.

Nesse sentido, o enfoque da Arqueologia Pública consiste na busca de uma maior interação e compartilhamento com o público sobre o conhecimento arqueológico para preservação do patrimônio. Os trabalhos desenvolvidos no campo da Arqueologia Pública estão afeitos às questões políticas e sociais, as quais contribuem para o interesse da sociedade nos aspectos científicos, econômicos e educacionais.

As discussões relacionadas à Arqueologia Pública ganham forças que se desenham no horizonte brasileiro, a partir das questões ligadas à intensificação do desenvolvimento de pesquisas preventivas que despertam o olhar da disciplina para uma discussão e prática, que deve ir além dos aportes legais de proteção e preservação do patrimônio, está associada ao desenvolvimento para sustentabilidade socioambiental.

É indispensável destacar o papel significativo da Resolução CONAMA nº 001/86 para a visibilidade de preservação dos bens culturais, e principalmente, os novos desafios que se configuram na *práxis* arqueológica, na atuação social do arqueólogo na socialização do conhecimento arqueológico e preservação do patrimônio (Instrução Normativa IPHAN nº 001/2015).

Nesse processo, o arqueólogo passou a atuar em realidades distintas e materializadas de vivências e significados sociais atribuídos aos bens culturais, alicerçada nos plurais aspectos modificadores que passaram a influir na *práxis* arqueológica atrelada aos projetos de licenciamento, com a obrigatoriedade da realização de ações educativas voltadas para a socialização do patrimônio arqueológico.

Sendo assim,

as ações educativas voltadas à preservação do patrimônio cultural têm se disseminado ao longo do território nacional, as experiências acumuladas e o intercâmbio de informações são fatores que tem contribuído para a desmitificação da arqueologia e a aproximação dos pesquisadores e dos resultados das pesquisas com o público em geral (VICROSKI, 2010, p. 6).

Diante do exposto acima, a Arqueologia Pública em seu processo de socialização do conhecimento arqueológico proporciona uma articulação com a sociedade, visando atribuir-lhe, democraticamente a construção de diálogos e compreensões relacionadas às conexões com seus patrimônios, utilizando, geralmente, como mecanismo para suas ações voltadas para a preservação do patrimônio arqueológico estratégias da Educação Patrimonial. Logo, as

experiências são realizadas em todo território nacional, desde que tenha articulação com a sociedade através de ações com perspectivas em Arqueologia Pública.

A Arqueologia Pública brasileira se encontra profundamente ligada a Arqueologia de Contrato, atrelada principalmente a prática da Educação Patrimonial (obrigatoriedade da inclusão de Educação Patrimonial em projetos de Contrato, IN nº001/2015).

A Educação Patrimonial desencadeada a partir de projetos de Arqueologia de Contrato relacionada à legislação de proteção ao patrimônio arqueológico envolve, em seu processo a construção de um caminho para valorização das identidades culturais, conhecimento e preservação do patrimônio cultural de nossa sociedade.

É importante entender segundo Carvvalho e Funari (2012, p.5), que o conceito de Educação Patrimonial é bastante plural e as relações entre os arqueólogos e esse campo são diversificados, pois traz como desafio as singularidades das comunidades com as quais os arqueólogos interagem.

Quando as ações patrimoniais são realizadas no território das pesquisas arqueológicas é possível criar uma relação mais afetiva entre bens culturais e comunidade, para que ela se aproprie destas referências patrimoniais. Dessa forma, realizar diálogos horizontais tem reverberações mais profundas, pois aproxima a comunidade e abre as portas para a participação nas escolhas do que se deseja manter e preservar.

Segundo Menezes (et al., 2014, p. 129), a Educação Patrimonial surgiu como um veículo de aproximação das comunidades com seus patrimônios, sendo introduzida como metodologia de aprendizagem a partir dos bens culturais de determinadas sociedades e *a priori* vislumbrava a criação de diálogos entre o educador e o público com o qual atua.

Tamanini (2013, p.11) salienta que o início da configuração da Educação Patrimonial foi difundida e aplicada em solo brasileiro como uma metodologia ou conjuntos de metodologias, inspirada em pedagogias para a herança cultural da Inglaterra (*Heritage Education*), um processo de alfabetização cultural, “que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (HORTA et al., 1999, p. 6).

Longo caminho foi percorrido para o passo inicial de oficialização do termo Educação Patrimonial, o mesmo ocorreu em 1983, após a realização do 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, em meio ao contexto de debates nacionais e internacionais sobre o papel educativo dos museus. De acordo com Horta (et al., 1999, p. 6), a Educação Patrimonial consiste em “um processo permanente e sistemático

de trabalho educacional, centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”.

Nesse sentido, a proposta metodológica para estimular o desenvolvimento de ações educativas patrimoniais destinadas para o uso e apropriação das referências culturais que integram o patrimônio cultural, envolvem quatro etapas progressivas do conhecimento: observação, registro, exploração e apropriação. É interessante destacar que a metodologia específica para ações educativas patrimoniais pode ser aplicada a qualquer evidência¹⁰ material ou manifestação da cultura (HORTA, et al., 1999)

Baseado nessa proposta inicial de Educação Patrimonial, muitas experiências e atividades podem ter sido realizadas, em contextos diversos por todo o país, apresentando resultados fascinantes, na reabilitação da memória coletiva, no resgate da autoestima das comunidades, no desenvolvimento sustentável dos recursos patrimoniais em área sob o impacto de mudanças e transformações em seu meio ambiente.

Outro momento importante no desenho da Educação Patrimonial se deu ao longo dos anos 2000, em solo brasileiro, com muitos debates por profissionais de diversas áreas do conhecimento, analisando, revisando e construindo novos conceitos, princípios norteadores e novas atribuições sobre esta temática.

Nesse universo amplo de discussões foi realizado em 2011, o II Encontro Nacional de Educação Patrimonial, que deu sentido ao conceito atual de Educação Patrimonial, relacionando-a a um movimento diferente de aproximação das comunidades (BAIMA, et al., 2016, p.5), pois a:

Educação Patrimonial constitui-se em todos os processos educativos, formais e não formais que tem foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio (FLORÊNCIO, et al., 2014, p.9).

¹⁰ A partir da experiência e do contado direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. A observação direta e a análise das ‘evidências’ (aquilo que está à vista de nossos olhos) culturais permitem à criança ou ao adulto vivenciar a experiência e o método dos cientistas, dos historiadores, dos arqueólogos, que partem dos fenômenos encontrados e da análise de seus elementos materiais, formais e funcionais para chegar a conclusões que sustentam suas teorias. O aprendizado desse método investigatório é uma das primeiras capacitações que se pode estimular nos alunos, no processo educacional, desenvolvendo suas habilidades de observação, de análise crítica, de comparação e dedução, de formulação de hipóteses e de solução de problemas colocados pelos fatos e fenômenos observados (HORTA, et al., 1999, p. 6).

Dessa maneira, podemos compreender que a Educação Patrimonial é um processo de construção coletiva do conhecimento através do diálogo e interação que fortalece o sentimento de pertencimento e identidade das pessoas para que possam participar efetivamente da preservação das referências culturais, como por exemplo, o patrimônio arqueológico.

Nesse sentido, acreditamos que o objetivo da Educação Patrimonial deve ser o de facilitar o processo de compreensão do patrimônio cultural junto à sociedade incentivando a recuperação da memória, das raízes culturais, da valorização e da diversidade para o fortalecimento da cidadania cultural. Assim sendo,

a Educação Patrimonial, ao mesmo tempo em que deve estimular o conhecimento e valorização dos testemunhos culturais e identitários das comunidades locais, deve também encetar nelas o sentimento de tolerância para a diversidade cultural, a sensibilidade para admirar a cultura dos outros povos, de outras regiões e outras épocas, cujos registros culturais expressam a riqueza da cultura humana (DECLARAÇÃO DA UNESCO SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL, 2011, Pressupostos n. 3 e 4, Art. 1º *apud* CERQUEIRA et al., 2011, p. 21).

Diante disso, entende-se como primordial discutir a pluralidade cultural brasileira, visando à construção de novas práticas de interação social através de caminhos que permitem à população brasileira reconhecer e valorizar os diferentes patrimônios e culturas como sua herança, construindo sua identidade cultural e o respeito à diversidade cultural.

Essa discussão torna-se relevante uma vez que, ainda existem muitas pessoas que não se reconhecem como portadoras dos bens culturais e desconhecem seu lugar na seara política de construção e reconstrução do patrimônio cultural. Por isso, há uma necessidade de socialização do conhecimento do patrimônio cultural, “há necessidade de se criarem meios e mecanismos eficazes para que o cidadão comum tenha direito à cultura, à memória coletiva e tenha condições de apropriar-se desse patrimônio” (ATAÍDES; MACHADO, 1998, p. 53).

Nesse sentido, é preciso resgatar para conhecer, conhecer para respeitar e, assim, respeitar para conviver. Isso permite às diferentes comunidades o direito à informação, meio indispensável para alcance de transformações, e são as oportunidades e possibilidades que proporcionarão tais objetivos e acesso a direitos.

Logo, resgatar a memória sócio-histórica garante “[...] a possibilidade de produção e de fruição dos bens culturais pelos cidadãos, e assim, promover a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros” (CARDERNOS DO CEHC, 2001 *apud* FAGUNDES, et al., 2011, p. 3).

Diante das colocações expostas, vale lembrar que, através da Arqueologia Pública, o sentimento de preservação do patrimônio é reforçado. Pois, contribui para o interesse da

sociedade sobre o patrimônio cultural e o canal para acontecer esse interesse, geralmente, é a Educação Patrimonial fonte de conhecimento e compreensão patrimonial, e enriquecimento para construção de uma identidade cultural e melhoria na qualidade de vida.

Dentre as várias maneiras que se pode trabalhar com as comunidade é comum a presença de projetos de Educação Patrimonial que dialogam com práticas e perspectivas em Arqueologia Pública. Essas ações educativas possibilitam o desenvolvimento de projetos com uma perspectiva de Arqueologia Pública em sentido amplo, pois busca firmar a cidadania diante do próprio contexto cultural em que os indivíduos estão inseridos.

Segundo Oliveira e Luna (2015, p.102), a Educação Patrimonial se configura como uma *práxis* educativa e social, que permite elaborar ações pedagógicas privilegiando enfoques interdisciplinares. Práticas pedagógicas multidisciplinares são uma condição para o desenvolvimento da Educação Patrimonial, compreendo assim que, a temática do patrimônio cultural demanda de um tema transversal, pois envolve vários fatores, que precisam ser analisados de forma integrada (CERQUEIRA, et al., 2011, p. 23).

A *práxis* da Arqueologia Pública descortina-se na interação com o público em que está inserido o trabalho realizado pelo arqueólogo. E, desenvolve-se como um campo interdisciplinar, tendo como um de seus principais objetivos possibilitar a interação com a sociedade para a preservação dos recursos arqueológicos (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p.3).

A Arqueologia Pública usando as ferramentas da Educação Patrimonial amplia a publicização do conhecimento sobre os bens culturais de forma dinâmica tornando as comunidades, por exemplos, os mais jovens agentes da preservação dos suportes da identidade cultural e coletiva e de memória, como multiplicadores do patrimonial local, possibilitando ainda, enriquecer as discussões acadêmicas.

Como escreveu Amarante (2016), “pelo olhar da Arqueologia Pública a educação tem o papel de oferecer ferramentas às pessoas para que elas analisem as evidências arqueológicas e tirem suas próprias conclusões” (AMARANTE, 2016, p. 22). Em outras palavras, para a autora, é essencial que a interpretação do patrimônio seja elaborada de maneira construtiva.

Sendo assim, compreendemos que o arqueólogo não vai impor uma verdade como se as pessoas fossem tábuas rasas que necessitam exclusivamente do conhecimento acadêmico para valorizar seus patrimônios, mas o arqueólogo pode contribuir para as pessoas terem as suas próprias informações e conclusões pelas lentes de seus valores e princípios. E contribuir, também, para a construção e intensificação da integração da comunidade na proteção, valorização e preservação dos bens culturais arqueológicos significativos para a comunidade.

Dessa maneira que as práticas de:

Arqueologia Pública, sobretudo as de entonação pedagógica, têm papel essencial na formação (e não condicionamento) do público leigo. O reconhecimento dos materiais, da função do arqueólogo, e do estatuto que esses devem ocupar no seio de sua comunidade devem ser escolhidos, discutidos e construídos no seio de um diálogo. Diálogo, no sentido mais amplo da palavra, ou seja, uma relação dialética, onde há certas interdependências. Os papéis são claramente diferentes, mas relativos (LIMA; FRANCISCO, 2006, p. 60).

Entendemos ser indispensável a atuação social do arqueólogo na Educação Patrimonial, atuando junto à comunidade local, contribuindo, assim, para uma maior receptividade daquela as ações educativas a serem desenvolvidas, e viabilizando que se construa caminhos para espaços abertos ao diálogo e construção colaborativa. Uma vez que, a Arqueologia Pública necessita de compreensão, participação e da colaboração da comunidade.

A aproximação do arqueólogo junto à comunidade estimula o surgimento de um ambiente mais aberto ao compartilhamento de saberes e informações tanto dos fatores que envolvem o aspecto arqueológico dentro da comunidade com as contribuições que ela pode levar para o arqueólogo abranger o universo de trabalho, onde pode surgir novas demandas, isto é, novas pesquisas que podem alargar o patrimônio e até a produção de novas pesquisas que promovam novos conhecimentos.

Nessa aproximação com a comunidade o arqueólogo,

tem o papel de estimular o sentimento de pertencimento às diversas histórias, aos variados passados, aos diferentes bens culturais, de forma a orientar as pessoas como gestoras de seu próprio futuro, visando não somente o envolvimento das comunidades, mas também o seu engajamento na busca da preservação e conservação de seu patrimônio (LIMA, 2009, p. 223).

E toda essa relação social imbricada possibilita a identificação pelo arqueólogo do que é importante para a comunidade, abrangendo assim um dos objetivos propostos pela prática da Arqueologia Pública que instrui e induz a população sobre questões de preservação, gestão e manejo dos bens culturais.

Essa troca de diálogos e saberes promove o conhecimento e a interação entre pesquisador e população. Com isso, vem-se derrubando muitas barreiras, sobretudo no que diz respeito à relação entre arqueólogo e sociedade. A sociedade hoje colabora e participa das pesquisas arqueológicas, trazendo um novo olhar para as investigações e descobertas arqueológicas.

Essa compreensão e colaboração providas da participação comunitária também proporciona maior entendimento do pesquisador sobre a relação estabelecida (valorização/vínculo) entre a comunidade e os bens patrimoniais. A não participação da comunidade nos projetos de Arqueologia dificulta a salvaguarda, proteção e interação das pessoas com os recursos arqueológicos, fazendo-as não ter uma identificação definida com os bens culturais e nem uma identidade estabelecida com a significação cultural de tais bens.

A Arqueologia Pública tem o papel social de transmitir o valor público do patrimônio arqueológico, buscando intensos diálogos e interação com as comunidades envolvidas em projetos de empreendimentos voltados ao licenciamento ambiental, por exemplo, para um envolvimento social na preservação patrimonial.

A atuação social do arqueólogo (Figura 3) é uma contribuição necessária para a socialização do conhecimento arqueológico, possibilita a aproximação e envolvimento das comunidades para que aconteça um maior compartilhamento de saberes entre pesquisador e comunidade, abrindo espaço para a participação social na preservação e conservação do patrimônio cultural e arqueológico que é importante para determinada comunidade.

Figura 3 – A atuação social do arqueólogo é importante para:



Fonte: Ilustração desenvolvida pelo autor.

A atuação social do arqueólogo passou a ser um tema de particular relevo e importância para preservação dos recursos arqueológicos. O arqueólogo em conjunto com outros profissionais e neste momento friso a figura do educador, pois as atividades são realizadas em grande parte em escolas e estes possuem uma metodologia voltada mais especificamente ao campo do ensino aprendizagem, quando unificados os saberes de ambas as ciências os profissionais tendem a desenvolverem trabalhos e projetos educacionais voltados para o patrimônio cultural e arqueológico, muito mais estimulantes e profícuos.

Dessa maneira, o arqueólogo deve sempre manter um diálogo com as discussões pedagógicas e se movimentarem dentro do universo multidisciplinar constituído pelas várias dimensões de patrimônio, com a capacidade de manusear ferramentas básicas para uma melhor publicização do conhecimento dos bens arqueológicos de forma acessível a todos os públicos. É importante lembrar que quanto mais o arqueólogo mantém uma interação interdisciplinar havendo a socialização do patrimônio arqueológico e assim vai exercer um papel de multiplicador do conhecimento.

É importante dizer que não existe um método único e ideal para tratar a Educação Patrimonial. Não existe uma receita pronta. Os diálogos fluidos permeados pelos conhecimentos do campo da educação e da Arqueologia promove a articulação de ações e intervenções específicas.

Para alcançar essas articulações, os projetos de Educação Patrimonial devem ser desenvolvidos por uma equipe interdisciplinar (IN nº 001/2015) e as ações devem abandonar ideias feitas e acabadas sobre o discurso e conhecimento arqueológico para o público, e abraçar-se plenamente a flexibilidade na mediação das relações sociais, a partir das ações educativas estabelecendo interação entre sociedade e patrimônios.

É interessante lembrar que, geralmente uma grande parcela das ações educativas voltadas para o patrimônio para a socialização do patrimônio cultural, em projetos atrelados ao licenciamento ambiental como uma obrigatoriedade legal, segundo Baima (et al., 2015, p. 4), “se restringiam (e restringem) suas ações a meras apresentações de informações e/ou instruções quanto ao patrimônio cultural, tendo como principais recursos na elaboração dos projetos folders, cartilhas e palestras”.

O objetivo da Educação Patrimonial deve acontecer de forma a promover o bem estar, uma melhor qualidade de vida, que vai além de uma simples distribuição de folders ou palestras embora a divulgação seja o início para a preservação das referências culturais que compõem o patrimônio cultural.

Oliveira (2011) aponta que uma ação educativa pode ter uma componente de divulgação, mas não deve ser confundida com esta. Portanto, “a Educação Patrimonial deve se constituir em ações que pressuponham uma intervenção específica com o objetivo de que o indivíduo se aproprie dos bens culturais e os preserve” (DEMARCHI, 2015, p. 209).

As ações pedagógicas podem ser consideradas como uma forte aliada no campo da preservação do patrimônio cultural. O processo de educar para o patrimônio requer a necessidade de suportes teóricos metodológicos, isto é, princípios e diretrizes norteadores no campo do patrimônio com o intuito de subsidiar as estratégias para a elaboração de um projeto de Educação Patrimonial (BAIMA, et al., 2015).

Assim como nenhum outro profissional ou trabalhador, seja individualmente capaz de deter toda forma de conhecimento possível para assegurar a universalização de uma política ou universalização do saber é relevante que nos trabalhos que envolvam atividades com comunidades haja outros profissionais para posicionar em favor dos objetivos propostos.

2.4 Arqueologia Pública: em cinco dimensões (modelos) de atuação

Partindo para um cenário internacional Merriman (2004), oferece dois modelos de aplicabilidade de como a Arqueologia Pública vem sendo desenvolvida, a saber: Modelo déficit e Modelo de Múltiplas Perspectivas.

No modelo de déficit o foco está na discussão sobre o papel da educação como mecanismo explicativo para o progresso ou retrocesso da Arqueologia Pública. Conforme argumentou Merriman (2004, p.5-6) os cidadãos devem ser equiparados com recursos críticos e teóricos para se posicionarem, politicamente, na preservação do patrimônio arqueológico. Em outras palavras, esse modelo acredita que é preciso educar as pessoas para apreciarem a Arqueologia corretamente.

O autor percebe falhas nesse modelo apresentado acima, e sugere o Modelo de Múltiplas Perspectivas, em que se permite a inclusão e “ação participativa”, dos diversos segmentos da sociedade. Nesse sentido, percebe-se um engajamento público e o compromisso social da Arqueologia como instrumento de construção de memória, história, identidade e cidadania.

Sendo que a vantagem desse modelo para a Arqueologia Pública é, como descrito por Merriman:

[...] o de reconhecer a importância da agência: não importa como o quanto os arqueólogos conservadores tentem, não-arqueólogos podem reapropriar-se, reinterpretar e renegociar das fontes arqueológicas para suas próprias agendas pessoais. Isto é melhor, seguramente, para trabalhar ativamente com este enfoque quando consideramos a relação entre arqueologia e não-arqueólogos, do que tentar forçar o público a seguir uma única agenda (MERRIMAN, 2004, p.7).

No entanto, Merimam, também, recomenda cautela em torno de “arqueologias alternativas”. Pois, “uma aceitação de respostas multivocais para evidência arqueológica também oferece oportunidades para seu uso indevido em serviço de agendas políticas, étnicas, religiosas ou nacionalistas” (RICHARDSON; ALMANSA-SÁNCHEZ, 2015, p.198).

O arqueólogo Cornelius Holtorf (2007), oferece três modelos relacionados à formas de atuação dos profissionais envolvidos com a Arqueologia Pública:

- Modelo de Educação;
- Modelo de Relações Públicas;
- Modelo Democrático.

No Modelo de Educação a sociedade é educada sobre seu passado, através da Arqueologia Pública. Não há discussões entre arqueólogos e a sociedade como um todo: os únicos capazes de discutir o passado reconstruído pelos vestígios materiais seriam os arqueólogos (HOLTORF, 2007, p.107 *apud* CARVALHO; FUNARI, 2009). Ou seja, a Arqueologia torna-se como um instrumento de educação das massas e o arqueólogo é o detentor do conhecimento.

O Modelo de Relações Públicas sugere que a Arqueologia melhore sua imagem pública com relação à sociedade, através da divulgação em filmes e documentários (HOLTORF, 2007, p. 119 *apud* CARVALHO; FUNARI, 2009). Em outras palavras, essa Arqueologia para o público é realizada no sentido de demonstrar o que a Arqueologia está fazendo no sentido da própria preservação da Arqueologia, para garantia de verbas.

Enquanto, os Modelos de Educação e de Relações Públicas veem o público como agente passivo o Modelo Democrático considera-o como agente ativo nesse processo.

Em defesa aos ideais da vertente do Modelo Democrático, Holtorf afirma que o maior pressuposto deste modelo é a valorização igualitária do conhecimento, entre diferentes tipos de conhecimentos e sujeitos (HOLTORF, 2007, p.119-126 *apud* CARVALHO; FUNARI, 2009). Assim sendo, por essa verve a Arqueologia pode ser um instrumento para a leitura crítica de nossa sociedade (CARVALHO; FUNARI, 2009). Nesse sentido, a Arqueologia é percebida como uma prática social.

Desse modo, o compromisso social da Arqueologia Pública deve ter por princípio a interação e diálogos com a sociedade. Além da preocupação em publicização e difusão social do conhecimento sobre a *práxis* arqueológica para que o público possa desfrutar e compreender sobre o patrimônio arqueológico e, não reduzi-lo a meros vestígios do passado.

Por fim, olhe-se para o sentido de que a Arqueologia Pública contribui para a preservação dos recursos arqueológicos e interação social. E a existência de uma imensa quantidade de vestígios no território dos estados do Piauí e Rio Grande do Norte demandam ações de socialização das referências patrimoniais arqueológicas, requer trabalhos de ações de difusão do conhecimento produzido advindos da área pesquisada, para as comunidades que se relacionam/convivem com esses patrimônios.

Sendo assim, o capítulo seguinte apresenta a análise dos conteúdos relacionados a perspectivas de Arqueologia Pública em projetos de pesquisa arqueológica acadêmica e contrato, apresentando um panorama das ações desenvolvidas entre 2011-2015 nos estados do Piauí e Rio Grande do Norte.

CAPÍTULO 3

ARQUEOLOGIA PÚBLICA EM PROJETOS DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS (2011-2015)

[...] É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento.
Marx (1999:12).

No presente capítulo, apresentaremos os resultados obtidos a partir da pesquisa documental realizada no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instituição federal criada em 1937, que constitui como um órgão responsável por preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, além de garantir a utilização desses bens pela atual e futura geração.

Além disso, podemos acrescentar segundo a Carta de Fortaleza de 1997, que o IPHAN se constitui como um espaço para a elaboração de diretrizes e a criação de instrumentos legais e administrativos visando identificar, proteger, promover e fomentar os processos de bens

“portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Art. 216, CF/1988).

A Portaria 007/88 do IPHAN aponta em um de seus parâmetros, que os projetos de pesquisa sejam de Arqueologia de contrato e/ou acadêmica devem contemplar esclarecimentos, no que diz respeito, a utilização futura do material para fins científicos, culturais e educacionais. Nossa pesquisa teve como objetivo analisar conteúdos relacionados à Arqueologia Pública em projetos de pesquisas arqueológica acadêmica e por contrato, identificando um panorama das ações desenvolvidas entre 2011 a 2015, nos estados do Piauí e Rio Grande do Norte.

Esta etapa nos exigiu a capacidade de estabelecer a sistematização dos dados colhidos na pesquisa de campo, tendo como principal fonte de dados às informações decorrentes dos relatórios referentes aos projetos de pesquisas arqueológicas disponibilizados pelo IPHAN do estado do Piauí e Rio Grande do Norte.

Ao longo dos últimos semestres trabalhamos intensivamente na finalidade de ampliarmos registros em base de dados, organizando de maneira sistemática as informações, dados coletados nos relatórios dos projetos de pesquisas arqueológicas, analisando-os e interpretando à realidade a partir da apresentação de dados gráficos, à medida que prosseguimos para tecer uma reflexão-crítica sobre as ações desenvolvidas nos projetos analisados.

Sendo assim, de posse do material disponibilizado pelo IPHAN de cada estado da pesquisa, foi indispensável olhar os projetos de pesquisa arqueológica de forma analítica e crítica. Buscando-se proceder de forma inteligível desenvolvemos uma técnica para a análise dos resultados das informações conforme a tabela a seguir:

Tabela 1 – Critérios para análise dos relatórios

<i>Ano e Projeto</i>	<i>Coordenador</i>	<i>Estado</i>	<i>Natureza da Pesquisa: Acadêmica X Contrato</i>	<i>Presença/ausência de Educação Patrimonial e/ou Arqueologia Pública</i>	<i>Ações desenvolvidas e Público-alvo</i>	<i>Considerações sobre Arqueologia Pública</i>	<i>Resultados alcançados</i>

De certa forma, essa tabela se constituiu num banco de dados de informações, cuja vantagem foi a sistematização, armazenamento dos dados que possibilitou uma análise de como

a Arqueologia Pública e a Educação Patrimonial vem sendo estabelecida, em cada contexto acadêmico e econômico nos estados pesquisados.

Temos consciência de que nossa discussão é produto reflexivo de uma síntese, organização e interpretação da análise das informações encontradas nos relatórios de projetos de pesquisa arqueológicos, dos estados referentes à pesquisa e que não estaremos isentos do nosso lugar social de fala.

3.1 A pesquisa documental

Sabe-se que “os arqueólogos têm uma grande responsabilidade de comunicar suas descobertas tanto para outros arqueólogos como para o público em geral” (ORSER, 1992, p. 15), dessa forma, buscamos identificar a inserção e/ou importância da Arqueologia Pública em projetos arqueológicos, analisando sua presença em projetos de Arqueologia de Contrato e Acadêmica, produzindo uma análise dos conteúdos relacionados a perspectivas de Arqueologia Pública em entre 2011-2015 nos estados do Piauí e Rio Grande do Norte, além de analisar como o processo de socialização vem sendo desenvolvida durante as atividades de execução dos projetos.

Daremos continuidade descrevendo os primeiros passos de realização da pesquisa, o primeiro contato foi por via telefônica em seguida enviamos um e-mail requerendo a liberação do acesso dos projetos de pesquisas arqueológicas arquivados nas superintendências estaduais do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) do Piauí e Rio Grande do Norte.

Assim que nos foi concedida a permissão, não medimos esforços para o desenvolvimento da coleta de dados, que foram indispensáveis para uma posterior análise e integração à discussão dos resultados. A pesquisa foi realizada inicialmente no IPHAN-Piauí. No entanto, ocorreu uma pausa durante nossa coleta de dados devido às condições organizacionais e tramitação dos projetos durante a aprovação dos referidos projetos, o que resultou a coleta de dados realizada em dois períodos (momentos) distintos, porém a pesquisa foi concluída com êxito.

Essas condições que cercaram a produção prática da pesquisa, num primeiro momento no IPHAN do Piauí, induziram a que fosse feita a escolha de pesquisar no IPHAN do Rio Grande do Norte. Nessa instituição encontramos um grande volume de projetos que já havia passado pelos procedimentos legais, sendo possível realizar de forma contínua a pesquisa. Logo, o trabalho de campo foi desenvolvido com prosperidade.

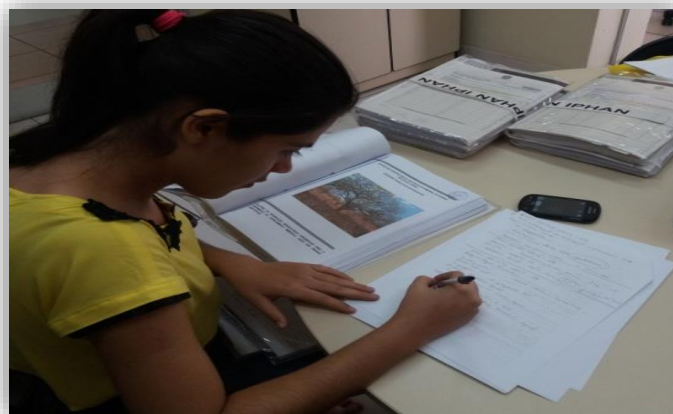
Esse resultado positivo nessa última instituição refletiu na esperança de retornar ao IPHAN-Piauí e prosseguir com a pesquisa de coleta do material, ao retornar encontramos um cenário favorável e como afirmamos acima a continuação da pesquisa foi realizada com sucesso.

Figura 4 – Coleta de dados em relatórios de pesquisas arqueológicas no IPHAN-PI



Fonte: Arquivo pessoal, (2016).

Figura 5 – Coleta de dados em relatórios de pesquisas arqueológicas no IPHAN-RN



Fonte: Arquivo pessoal, (2016).

Figura 6 – Coleta de dados em relatórios de pesquisa arqueológica no IPHAN-RN



Fonte: Arquivo pessoal, (2016).

3.2 Análise e interpretação dos dados

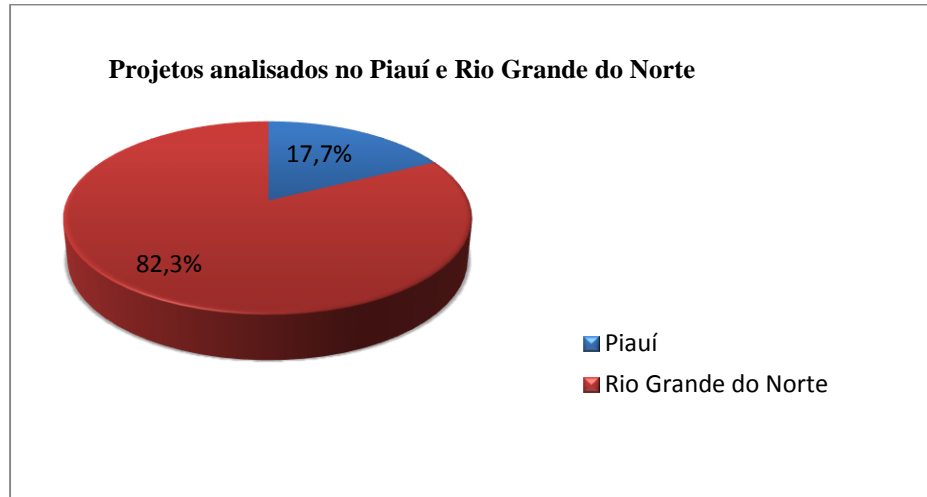
Com a introdução de políticas de estudos de impacto ambiental se abriu o caminho para o desenvolvimento de trabalhos de Arqueologia voltados para atender a demandas do licenciamento ambiental. De acordo com Funari (1994, p. 24), “o único caminho para entender o desenvolvimento da arqueologia no Brasil é estudar as relações entre sociedade e suas mudanças e prática científica”. Desse modo, faremos uma análise dos relatórios buscando demonstrar essa relação tão necessária que apontada por diversos autores que abordam sobre Arqueologia no Brasil, especialmente, a Arqueologia Pública.

Dentro da disciplina Arqueologia Pública existe vários caminhos no seu debate teórico relacionados às discussões e práticas de como a mesma se configura no cotidiano profissional. Conforme argumentam Carvalho e Funari (2009) “o que tange todas essas discussões é a reflexão sobre como as pesquisas arqueológicas, realizadas dentro das academias ou mesmo pelas empresas de contrato de Arqueologia, se relacionam com a sociedade”.

Para se conseguir identificar um panorama das ações de Educação Patrimonial e/ou Arqueologia Pública em projetos de Arqueologia nos estados do Piauí e Rio Grande do Norte, as informações coletadas serão apresentadas com descrição quantitativa e qualitativa nos gráficos apresentados.

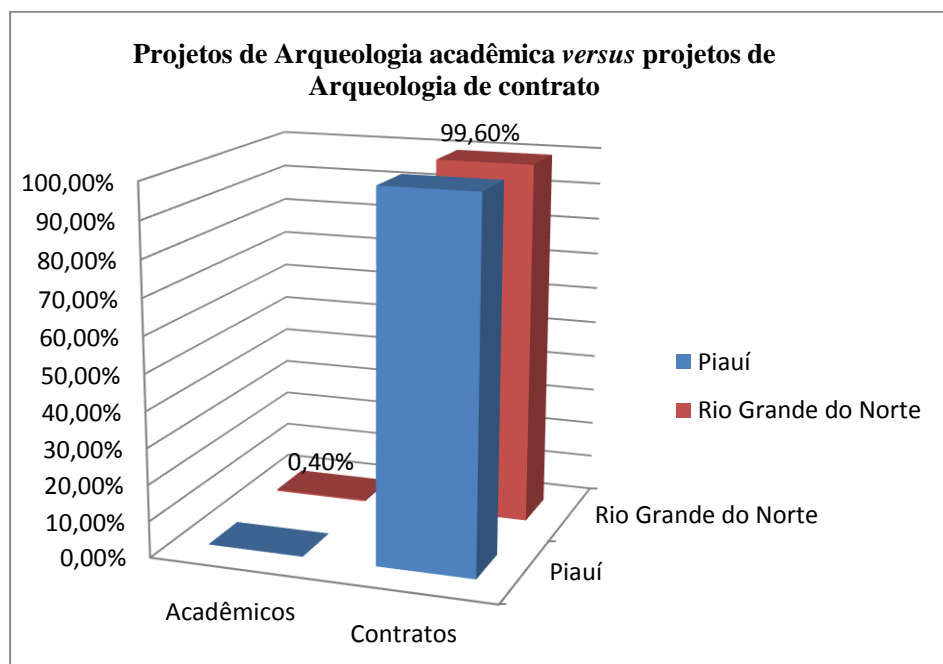
A pesquisa permitiu uma análise geral de 300 relatórios de projetos de pesquisas de Arqueologia abrangendo a área acadêmica e projetos por Contrato, em solo piauiense e potiguar, sendo que dos 300 apenas 53 correspondem ao universo dos projetos disponibilizados pelo IPHAN-Piauí e 247 foram disponibilizados pelo IPHAN-Rio Grande do Norte.

Gráfico 1 - Percentual dos projetos analisados no Piauí e Rio Grande do Norte (2011-2015)



Como apresentamos no gráfico acima o valor percentual dos projetos analisados no estado do Piauí corresponde a 17,7% do total geral de projetos consultados e 82,3% do total geral de projetos disponibilizados para a consulta da pesquisa são do Rio Grande do Norte.

Gráfico 2 – Percentuais dos projetos analisados conforme a área de origem



Diante dos dados referendados pelo gráfico 2, podemos saber que o maior percentual dos projetos analisados correspondem aos projetos de Contrato e, isso nos dois estados pesquisados, ou seja, 100% dos projetos disponibilizados para consulta no IPHAN-Piauí pertencem a área da Arqueologia de Contrato e 99,60% dos projetos consultados no Rio Grande do Norte também são advindos da Arqueologia de Contrato. Outro aspecto importante a se considerar é que apenas 0,40% dos projetos disponibilizados pelo IPHAN-RN correspondem a área acadêmica.

Esse gráfico também nos permite fazer duas observações: compreender que o percentual de projetos por Contrato é maior, se comparado à área Acadêmica devido à abrangência de empreendimentos em solo piauiense e potiguar, favorecendo, assim, projetos na área de Contrato e sua relação com o capital.

Também é interessante destacar que não somente o número de projetos acadêmicos foi menor, mas também que, de modo geral, o número de relatórios com conteúdo referentes ao termo Arqueologia Pública fez-se presente no total de projetos por Contrato.

Considerando que a Arqueologia Pública é compreendida como um campo de pesquisa destinado a dialogar com a sociedade para garantir a proteção e preservação do patrimônio, buscou-se encontrar trabalhos dessa natureza nos estados que abrangem a pesquisa, relacionando-se assim aos cuidados de preservação e interação social.

Para dar-se atualidade aos assuntos de Arqueologia Pública e Educação Patrimonial e uma visão mais próxima do que acontece na realidade piauiense e potiguar, o gráfico seguinte tem como objetivo apresentar a proporção da presença/ausência de ações de socialização do patrimônio arqueológico de acordo com o total de projetos analisados para a pesquisa. Ou seja, as ações de Educação patrimonial e de Arqueologia Pública.

Gráfico 3 - Proporção da presença/ausência de socialização do patrimônio



Como apresentado no gráfico acima, em números foram 84,33% de projetos que apresentaram presença de ações voltadas para a socialização do patrimônio sendo verificada a ausência de ações em 15,67% dos projetos.

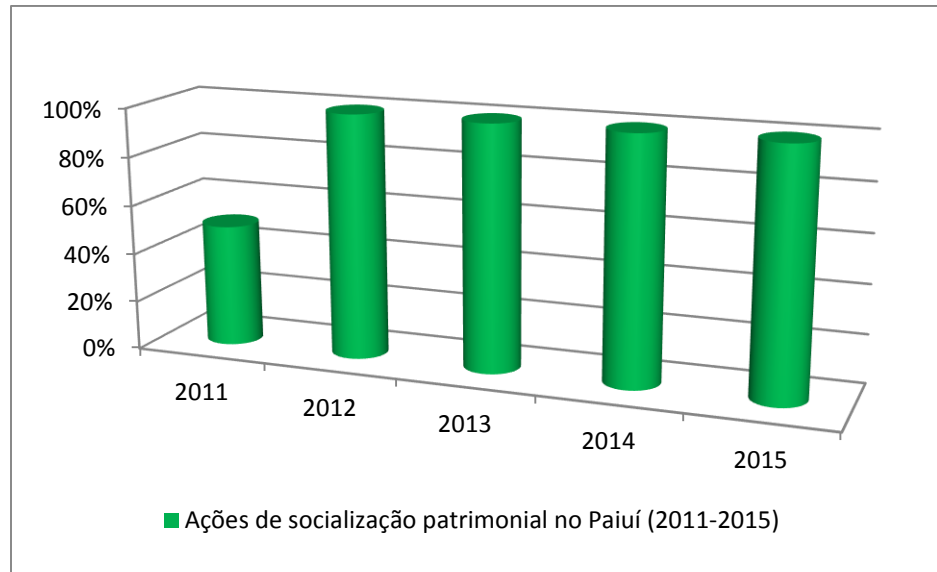
Vale ressaltar que, dentre os projetos analisados e que não apresentam ações de Educação Patrimonial e/ou de Arqueologia Pública, apresentam, em seus relatórios a ausência de comunidades no entorno da área do empreendimento, inviabilizando assim o desenvolvimento de tais ações.

É importante destacar, também, que essa ausência de ações voltadas para a socialização do patrimônio em alguns relatórios ocorre por se tratar de atividades de diagnóstico não interventivo, e outros, ainda, por serem relatórios de atividades de monitoramento.

Dando sequência a análise do gráfico 3 percebe-se que, existe uma predominância de pesquisas desenvolvendo ações de Educação Patrimonial e/ou de Arqueologia Pública, e os motivos que nortearam essa configuração são devido ao cumprimento da legislação.

Fazendo uma retrospectiva do capítulo 1, a implantação da Portaria IPHAN nº 230/2002 viabilizou que o licenciamento ambiental contemplasse a pesquisa arqueológica. Essa Portaria estabeleceu medidas em que se abriram perspectivas para o desenvolvimento de um retorno à sociedade sobre os resultados das pesquisas, provocando a disseminação da Arqueologia.

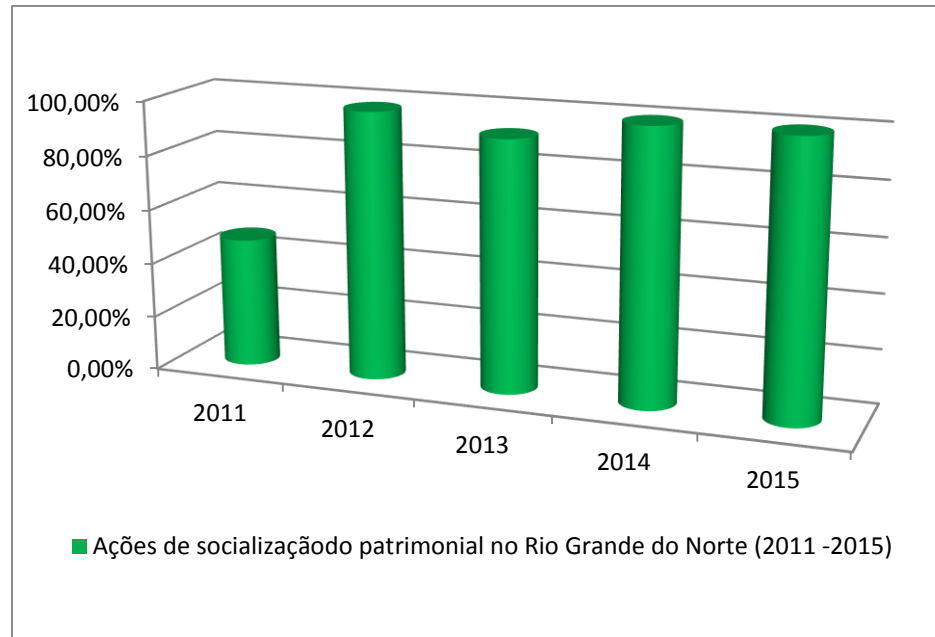
Gráfico 4 - Ações patrimoniais referentes às pesquisas arqueológicas realizadas no Piauí de 2011 a 2015



Como visualizado no gráfico acima a grande maioria dos projetos analisados no estado do Piauí apresenta em seus relatórios ações de socialização do patrimônio, isto é, Educação Patrimonial e/ou Arqueologia Pública.

Vale pontuar, ainda, que no período analisado 2011 a 2015, apenas o ano de 2011 considerando os projetos referentes ao estado do Piauí apresenta 50% de presença de ações de atividades patrimoniais. Ou seja, os anos seguintes 2012, 2013, 2014 e 2015 se destacam com 100% de presença de ações voltadas a socialização do patrimônio cultural e arqueológico.

Gráfico 5 - Ações patrimoniais referentes às pesquisas arqueológicas realizadas no Rio Grande do Norte de 2011 a 2015



Pelo gráfico acima em exibição, é possível observar que há uma tendência de crescimento relativamente constante no número de projetos com ações de socialização do patrimônio, no período examinado, no estado do Rio Grande do Norte. Mesmo que, em 2013, esse número tenha um pequeno declínio em relação a 2012, o gráfico passa a ser ascendente, a partir de 2013.

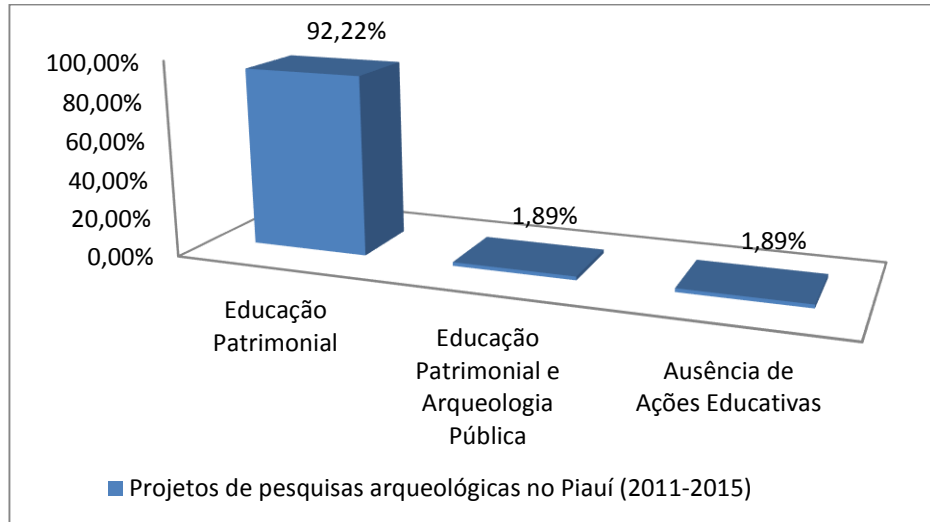
Diante dos dados apresentados no gráfico 5, podemos saber que o ano de 2011 apresentou 47,50% de ações educativas, o ano de 2012 apresentou 98,36%, o ano de 2013 92,10%, enquanto que os anos seguintes 2014 e 2015 alcançaram 100% de ações realizadas para a socialização do patrimônio a partir de ações educativas.

Diante desses dados, percebe-se que a grande maioria dos projetos consultados (2011-2015) no IPHAN-RN apresentaram em seus relatórios a realização de atividades destinadas a socialização patrimonial.

É interessante ressaltar que é através das ações de cunho patrimonial que se manifesta o relacionamento da Arqueologia com as comunidades no contexto potiguar e piauiense, mesmo que timidamente, na maioria dos projetos realizados pelas empresas de Arqueologia de Contrato.

Os gráficos (6 e 7) a seguir tem por objetivo apresentar os projetos quanto à presença e/ou ausência de ações que contemplem a socialização do patrimônio arqueológico, de modo a permitir se traçar um cenário em perspectiva do desenvolvimento da Arqueologia Pública nos estados, através dos projetos analisados.

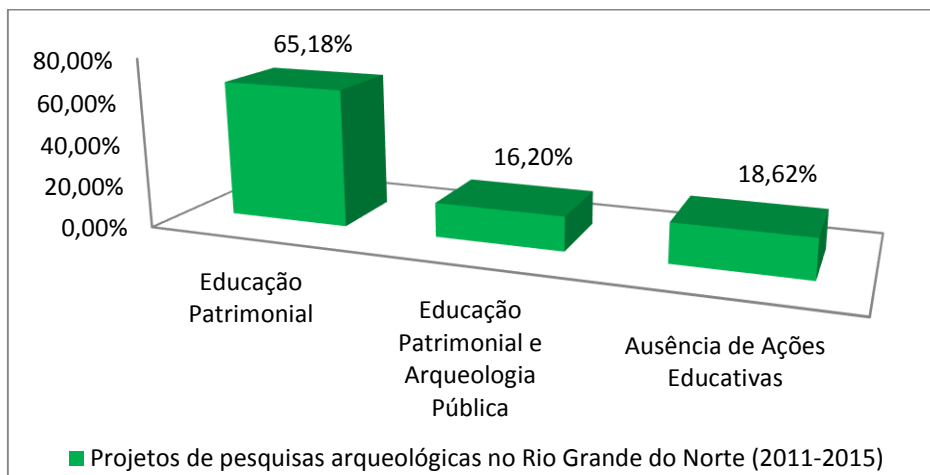
Gráfico 6 – Presença/ausência de temas relacionados ao patrimônio (Arqueologia Pública nos projetos analisados) no Piauí



O gráfico 6 indica que 92,22% dos projetos analisados referentes ao estado do Piauí contaram com a realização de ações de Educação Patrimonial, enquanto que, apenas 1,89% dos projetos apresentaram uma perspectiva de Arqueologia Pública para realizar as atividades de socialização do patrimônio arqueológico.

Com relação à ausência de Educação Patrimonial e Arqueologia Pública, o número é relativamente pequeno, quando observamos o total de projetos analisados, ou seja, apenas 1,89% não contaram com ações de cunho patrimonial.

Gráfico 7 – presença/ausência de temas relacionados ao patrimônio (Arqueologia Pública nos projetos analisados) no Rio Grande do Norte



O gráfico 7, informa que o percentual dos projetos analisados no Rio Grande do Norte que desenvolveram atividades de Educação Patrimonial correspondem a mais da metade dos projetos consultados, isto é, 65,18%. Em outras palavras, apenas 18,62% dos projetos se caracterizam pela ausência de ações patrimoniais.

Ainda analisando o referido gráfico, nota-se que 16,20% dos projetos analisados no Rio Grande do Norte apresentaram ações de socialização patrimonial que foram norteadas por perspectivas de Arqueologia Pública.

A exigência da Educação Patrimonial (ver capítulo 1) representou avanço significativo no contexto da gestão e preservação do patrimônio cultural, ao passo que busca contribuir como um mecanismo para inclusão da sociedade num processo de gestão compartilhada do patrimônio que é, ou deveria ser, coletivo (Fernandes, 2007).

No entanto para Calado (2011, p. 111), essa obrigatoriedade, na maioria das vezes, não se solidifica “[...] no terreno, em ações consistentes e frutuosas”, para ele cria “[...] um corpus de experiências que, feito o balanço provisório, muito têm contribuído para a criação de uma nova imagem da investigação arqueológica, junto das comunidades e dos poderes públicos”.

O contato e a parceria da comunidade em pesquisas arqueológicas por Contrato traz uma rica contribuição para a interação com o repertório sociocultural, permitindo o resgate, no interior da pesquisa, da dimensão de produção coletiva do conhecimento e da realidade. Isso porque o relacionamento constante e flexível com a comunidade favorece a compreensão dos fatores políticos, sociais, culturais e arqueológicos que se expressam no ambiente da pesquisa arqueológica. Do contrário, a distância entre arqueólogo e comunidade compromete a eficácia das ações de Educação Patrimonial e Arqueologia Pública nos projetos de maior envergadura.

Por isso, o papel social do arqueólogo dentro da sociedade é tão importante, pois ele aprende com a própria comunidade sobre o olhar que a mesma tem em relação ao patrimônio e através de ferramentas da Arqueologia Pública: diálogos e mediação se abre um caminho para construir juntos sentidos e significados ao patrimônio.

Nesse sentido, o reflexo de ações patrimoniais nos relatórios não deve só brilhar brevemente nas páginas para produção dos relatórios de pesquisa, mediante o cumprimento da legislação, essas ações devem ser mais democrática, participativa e social.

Pois, não basta informar a comunidade sobre a importância de se preservar o patrimônio arqueológico, mas refletir e discutir sobre as relações entre vestígios e sua relação com as pessoas. Com esse compromisso firmado, a Arqueologia, como destacou Fernandes (2007, p.74), “torna-se um instrumento na construção da memória, da história e cidadania”.

Ainda sobre os relatórios analisados podem-se destacar as ações mais frequentes nos projetos desenvolvidos nos dois estados da pesquisa, podemos dizer que houve uma grande semelhança nas ações patrimoniais realizadas nos dois estados pesquisados, como será apresentado nos gráficos 8 e 9, a seguir.

Gráfico 8 – Ações de socialização do patrimônio realizadas no Piauí (2011-2015)

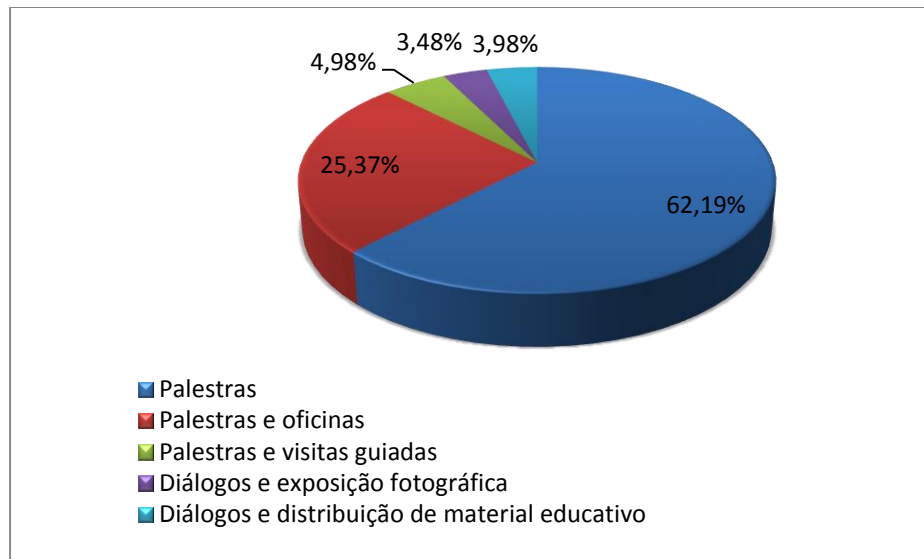


O gráfico 8 pontua as ações educativas realizadas pelos projetos de pesquisas arqueológicas no estado do Piauí. O que se percebeu é que essas ações foram desenvolvidas como consequência ao cumprimento da legislação referente ao patrimônio, ou seja, todas as ações foram desenvolvidas no âmbito de projetos pertencentes à área da Arqueologia de Contrato. Como foi apresentado no gráfico 2 todos os projetos consultados no IPHAN-PI são advindos da Arqueologia de Contrato.

Olhando de forma detalhada para os dados do gráfico acima, podemos saber que o percentual das ações que correspondem a palestras e oficinas é de 57,69%, seguido das ações de palestras, oficinas e visitas guiadas, e das ações referentes somente a palestras atingindo 19,23%.

Um ponto importante que não podemos deixar de destacar é que 3,85% das ações correspondem apenas à distribuição de material educativo e/ou distribuição de material de divulgação como ação de socialização.

Gráfico 9 – Ações de socialização do patrimônio no Rio Grande do Norte (2011-2015)



No gráfico em exposição acima, é apresentado às ações que se destacaram para a socialização da Arqueologia e do patrimônio no estado do Rio Grande do Norte. Cabe dizer que as ações em forma de palestras correspondem a grande maioria 62,19%. Em seguida se destacam as ações de palestras e oficinas com 25,37%, ao passo que as ações em forma de palestras e visitas guiadas alcançam 4,98% e as ações de diálogos e distribuição de material educativo correspondem a 3,98%.

Ainda em relação ao gráfico 9 acima apresentado, percebe-se que 3,48% das ações correspondem a diálogos e exposição fotográfica referente a cultura material encontrada nos sítios arqueológicos. Essas ações desempenharam uma tentativa de interação social entre pesquisador e comunidade, patrimônio e comunidade.

De posse dos dados referentes aos gráficos 8 e 9 podemos perceber que existe semelhança e diferenças de como as ações de Educação Patrimonial e/ou Arqueologia Pública foram socializadas junto as comunidade do Piauí (gráfico 8) e Rio Grande do Norte (gráfico 9). Cabe dizer que em ambos os estados o desenvolvimento de tais ações recebem uma mesma metodologia que variaram entre as demonstradas acima. Contendo como fatores que favorecem essa semelhança: atuação de mesma empresa de Arqueologia de Contrato; limitação de recursos para essa etapa de desenvolvimento do projeto; o curto período para planejar e executar os programas de Educação Patrimonial; contexto da realidade local, dentre outros aspectos.

O que se percebeu sobre as ações de Educação Patrimonial, é que há uma necessidade de explanação ou definição acerca dos critérios dos programas ou projetos que incluem a mesma. Assim, essa realidade mostra a fragilidade que as ações podem ser desenvolvidas, que

pode ter implicações, por exemplo, pela ausência de um planejamento adequado com a realidade local. É um risco quando o arqueólogo segue apenas uma obrigatoriedade legal, precisa-se do comprometimento de todos os envolvidos para que as ações não sejam apenas pontuais. De maneira geral essas ações de Educação Patrimonial e/ou Arqueologia Pública foram desenvolvidas para a socialização, valorização e preservação do patrimônio cultural e arqueológico junto ao elenco de sujeitos sociais, como apresentado na figura 7, a seguir:

Figura 7- Público-alvo das ações de socialização



Fonte: Ilustração desenvolvida pelo autor.

É interessante destacar que os atores sociais mais contemplados com as ações de socialização da Arqueologia e do patrimônio cultural são os estudantes, pois os processos de socialização das atividades relacionadas às ações de Arqueologia Pública, no contexto analisado, se encontram enraizadas às pesquisas arqueológicas por Contratos e, principalmente às ações de Educação Patrimonial desenvolvidas no ambiente escolar.

Portanto, a Arqueologia Pública tem o papel social de transmitir o valor público do patrimônio arqueológico, buscando intensos diálogos com as comunidades envolvidas em projetos de empreendimentos voltados ao licenciamento ambiental, por exemplo, para um envolvimento social na preservação do patrimônio. Contudo, a Educação Patrimonial, por sua vez, é desenvolvida como “[...] uma atividade paralela, e também, ao mesmo tempo autônoma e interligada aos programas de salvamento arqueológico, executados na região atingida pelo empreendimento” (BESSEGATO, 2004).

A participação social da comunidade em projetos de Arqueologia é indispensável, principalmente, para crianças e jovens no desenvolvimento de capacidades de criticidade e de apropriação dos conhecimentos dos bens patrimoniais para construção da cidadania e de sua identidade.

Entendemos, diante do contexto analisado, que existe uma necessidade de ampliar a socialização das informações sobre a temática do patrimônio arqueológico visto que, o papel da Arqueologia Pública é dialogar com a sociedade como um todo trazendo em seu plano de atuação as discussões que envolvam os aspectos da legislação, gestão e diálogos sobre a realidade local, daquilo que se tem como patrimônio.

A realização das ações voltadas para a socialização do patrimônio se revelaram importantes para algumas comunidades potiguares, por exemplo, que se reconheceram como herdeira do patrimônio cultural desejando entender e participar da pesquisa arqueológica contribuindo com a interpretação de dados sobre a memória e oralidade das ocupações históricas e pretéritas locais.

Segundo os registros da pesquisa documental os resultados referentes às ações de interatividade com a comunidade foram de grande valia, permitiu-se à integração dos sujeitos sociais na interpretação e preservação do patrimônio local no contexto dos empreendimentos.

E uma das principais discussões centra-se no processo de que o crescimento econômico também atinge o patrimônio cultural provocando grandes impactos em consequências dos empreendimentos. Ele pode destruir resultantes materiais das vivências e significados sociais, fragilizando os vínculos dos indivíduos de uma determinada comunidade, pois as rápidas transformações dessa sociedade marcada pela globalização ameaçam a herança cultural, conservação e salvaguarda das memórias do modo de saber e fazer, e peculiaridades da cultural material e imaterial de uma comunidade.

É interessante também ressaltar uma ação de caráter inovador da Educação Patrimonial desenvolvida junto à comunidade do entorno de um empreendimento em solo potiguar, que se constituiu em oficinas de produção de brinquedos artesanais, usando como matéria-prima a madeira utilizada para embalar equipamentos de aerogeração. Não se teve acesso ao relatório final desse projeto, mas a proposta seria a construção de uma Casa de Cultura onde esta produção seria exposta. Além disso, visava-se a comercialização dos produtos da oficina em centro cultural ou centro artesanal de Natal. E partir dessa geração de renda sustentável os recursos seria utilizado na própria comunidade que produziu as peças.

Apesar dessa proposta de cunho inovador há um longo caminho a percorrer para uma socialização com mais eficácia. É evidente pelo contexto dos relatórios, tanto do estado do Piauí

como do estado do Rio Grande do Norte, que o modo como algumas atividades das ações patrimoniais de socialização foram executadas de maneira discreta, isto é, necessitando da utilização de meios difusos mais eficazes.

Pode-se dizer que a carência em aprofundar as ações referentes à Arqueologia Pública, não é apenas no contexto piauiense e potiguar, mas de âmbito nacional, ou seja, “[...] em território brasileiro mesmo que haja atividades em arqueologia pública no presente momento, ainda se configura como emergencial a elaboração de outras ações e práticas neste campo” (CARVALHO; FUNARI, 2007, p. 136).

Essa carência que pode ser relacionada à inclusão do público na prática arqueológica e em seu próprio discurso de proteção e preservação dos recursos arqueológicos, com ações em Arqueologia Pública, pode-se minimizar as deficiências no processo de interação social entre arqueólogos e comunidade.

Com relação à inserção e/ou importância da análise dos conteúdos relacionados à Arqueologia Pública em projetos arqueológicos realizados no Piauí e Rio Grande do Norte no período de 2011 a 2015, criamos uma classificação para apresentar de maneira didática as considerações sobre Arqueologia Pública baseado nas discussões apresentadas pelos pesquisadores que realizaram projetos de Educação Patrimonial norteados por uma perspectiva de Arqueologia Pública.

Quadro 1 – Classificação sobre as considerações de Arqueologia Pública

<i>Classe 1 - pesquisadores</i>	Arqueologia Pública tem sua práxis voltada para o comprometimento e engajamento social da disciplina, e está preocupada com a propagação do conhecimento adquirido das pesquisas arqueológicas para a sociedade.
<i>Classe 2 - pesquisadores</i>	Arqueologia Pública traz em sua discussão a responsabilidade e o papel social do pesquisador.
<i>Classe 3 - pesquisadores</i>	Arqueologia Pública é definida como um campo de conhecimento que procura aprimorar a relação dos profissionais da Arqueologia com as questões sociais e o público em geral.
<i>Classe 4 - pesquisadores</i>	Arqueologia Pública aborda sobre a necessidade de socializar o patrimônio arqueológico como parte dos compromissos éticos, morais e legais dos arqueólogos.

Para os pesquisadores que denominamos no quadro acima de *classe 1*, a Arqueologia Pública tem sua práxis voltada para o comprometimento e engajamento social da disciplina, ela está preocupada com a propagação do conhecimento adquirido das pesquisas arqueológicas para a sociedade.

Esse envolvimento e divulgação do conhecimento, se dá com estratégias de Educação Patrimonial, considerando-se que a educação é uma das perspectivas inseridas dentro do campo de atuação da Arqueologia Pública, com o propósito de prover o retorno das informações referentes aos resultados da pesquisa científica em Arqueologia. Essa postura educativa e social fortalece as ações preservacionistas, buscando a conservação e manutenção do patrimônio cultural e arqueológico.

Para os pesquisadores que denominamos de *classe 2*, a Arqueologia Pública traz em sua discussão a responsabilidade e o papel social do pesquisador. E tem como temas/princípios: arqueologia, educação para o patrimônio e responsabilidade social do pesquisador como agente social, nesse sentido, a Arqueologia tem o papel de contribuir para o desenvolvimento da sociedade junto com a comunidade e repensar sua identidade e respeitar a diversidade cultural.

Para os pesquisadores que chamamos aqui de *classe 3*, as ações de Educação Patrimonial apoiam-se, nos pressupostos teóricos e metodológicos inerentes à Arqueologia Pública, esta é definida como um campo de conhecimento que procura aprimorar a relação dos profissionais da Arqueologia com as questões sociais e o público em geral.

Para os pesquisadores apresentados no quadro acima como *classe 4*, a temática sobre a função social do arqueólogo é discutida pela Arqueologia Pública. E esta aborda sobre a necessidade de socializar o patrimônio arqueológico como parte dos compromissos éticos, morais e legais dos arqueólogos.

Diante do exposto acima, e da análise dos relatórios percebe-se que apesar de alguns projetos no Piauí e Rio Grande do Norte abordar conteúdos sobre perspectivas de Arqueologia Pública, a socialização do conhecimento arqueológico se faz presente na grande maioria dos relatórios na forma de Educação Patrimonial. Embora Educação Patrimonial e Arqueologia Pública tenham perspectivas diferentes, mas na maioria dos projetos, principalmente, de Contrato é que se conseguiu mais focar a questão da Arqueologia Pública relacionada às atividades de Educação Patrimonial.

A aplicabilidade da Arqueologia Pública no contexto piauiense e potiguar é ainda pouco difundida. Precisa ser trabalhado o envolvimento das comunidades com o objetivo de democratizar o conhecimento produzido com os vestígios materiais e sua preservação, visando identificar as relações de aproximação e associação entre os patrimônios e a comunidade.

Nesse sentido, a Arqueologia Pública deve consistir em fornecer fundamentos para subsidiar novas formas de interação entre arqueólogos e comunidades, contribuindo para uma pesquisa em que se considerem os diferentes tipos de saber: tanto científico como da comunidade, de modo que ambos os conhecimentos sejam utilizados para a preservação e gestão dos recursos arqueológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa discutiu a importância da Arqueologia Pública e sua *práxis* social como uma contribuição necessária para a socialização da Arqueologia através da interação social e diálogos com a sociedade na busca da preservação dos recursos arqueológicos, tendo como principal elo: a ampliação da participação social na construção do conhecimento arqueológico.

Ao desenvolver essa proposta sobre a temática Arqueologia Pública pretendeu-se trazer uma reflexão sobre esse instigante campo de atuação social que envolve questões além de um reconhecimento de um determinado patrimônio. Ressalta-se ainda, a dinâmica da relação do capital neste contexto que é indissociável nas sociedades contemporâneas.

Refletiu-se sobre a importância e implicações da legislação referente à proteção do meio ambiente para a proteção e preservação do patrimônio cultural, bem como para a atuação do arqueólogo em projetos de pesquisas de Arqueologia de Contrato, vinculados ao licenciamento ambiental. Destacando o papel social do arqueólogo na socialização do patrimônio cultural arqueológico, com a obrigatoriedade da Educação Patrimonial em projetos arqueológicos, em detrimento de aportes legais que visam à preservação e divulgação do patrimônio como uma maneira de mitigar os impactos causados pelos empreendimentos as populações diretamente afetadas.

Percebemos durante a construção e produção deste trabalho que as mínimas ações sobre Arqueologia Pública nos estados do Piauí e Rio Grande do Norte, estão relacionada ao desenvolvimento de pesquisas associadas à Arqueologia de Contrato decorrentes do avanço capitalista, com a fruição de empreendimentos na área de engenharia que aumentam consideravelmente a economia. O desenvolvimento dessas pesquisas sob o ponto de vista discursivo e, às vezes, prático está associado à significação de instrumentos e estratégias visando sustentabilidade socioambiental num contexto capitalista.

Constatou-se que, nos estados do Piauí e Rio Grande do Norte as ações desenvolvidas com perspectivas relacionadas a Arqueologia Pública são ligadas a realização de projetos de pesquisas na área da Arqueologia de Contrato, em decorrência das atividades de Educação Patrimonial, exigidas pela legislação que versa sobre o patrimônio arqueológico.

Portanto, considerando o que foi abordado nesse estudo, percebe-se que por mais que os pesquisadores destaquem que as atividades de Educação Patrimonial são norteadas por perspectivas de Arqueologia Pública concluímos pelos relatórios que é necessário a implementação de fato de uma Arqueologia Pública que preencha os ideais propostos pela disciplina. Pois é como se não “houvesse” Arqueologia Pública nesses estados, ou se a

única coisa que se conhece ou que se faz em termos de Arqueologia Pública é Educação Patrimonial, o que, do ponto de vista conceitual, é reduzir esta a apenas um aspecto, que alguns autores, inclusive, nem consideram como sendo Arqueologia Pública.

Acreditamos que embora seja pouco o número de projetos com perspectivas relacionadas à Arqueologia Pública, abre-se um importante espaço para tal importante discussão para que possamos dar novos passos para a inclusão da comunidade nas pesquisas arqueológicas, visto que, a inclusão da comunidade em programas educativos torna-se o primeiro passo, em um longo caminho para uma Arqueologia Pública.

Portanto, podemos inferir com a produção desse trabalho é que a Arqueologia Pública é desenvolvida na sociedade, com a sociedade num viés de públicos. E deve ser pautada no comprometimento ético e na democratização do conhecimento científico. Bem como desenvolver um papel significativo para que a comunidade se identifique com seus bens patrimoniais, ao buscar uma maior interação e compartilhamento com a sociedade sobre o conhecimento arqueológico, e a partir das relações estabelecidas entre patrimônios e comunidade.

Para tanto, é fundamental ressaltar a importância da criação de todas as estratégias possíveis para a construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo, que garanta a emancipação de uma sociedade que preserve que tenha sentimento de pertencimento, na qual as práticas profissionais, enquanto expressão da *práxis* tem papel relevante. Porque a Arqueologia Pública visa alcançar uma prática da Arqueologia não só em público, mas com e para o público (CHAMBERS, 2004, p. 207), afirmando-se como uma ferramenta de mudança social e desenvolvimento.

Nesse sentido, pensamos que a razão de ser da Arqueologia Pública é o seu compromisso social de levar uma mensagem, a todos os públicos, que desperte o desejo de se conhecer o passado, a nossa história, a nossa identidade através dos recursos arqueológicos, interagindo e integrando os públicos no reconhecimento, interpretação, valorização, preservação e conservação do patrimônio arqueológico e nas suas mais variadas valências.

Por conseguinte, é necessária a publicização e difusão social do conhecimento sobre a *práxis* arqueológica para que o público possa desfrutar e compreender sobre o patrimônio arqueológico e não reduzi-lo a meros vestígios do passado. Para isso, “os arqueólogos têm o dever, tanto a seus colegas, como a seu público em geral, de explicar, o que fazem e por quê” (REFREW; BAHN, 2007, p. 504).

Logo, a Arqueologia através do seu papel social contribui para a promoção, valorização da diversidade cultural e preservação do patrimônio. Como a história sobre a

Arqueologia Pública não acabou, é importante enfatizar que é necessário ampliarmos nossos horizontes e a cada leitura acurada de novas discussões que são realizadas é possível estimular novas reflexões por ser um tema tão vasto e infundo e ao mesmo tempo atingir o seu objetivo central que é a constante interação com a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMANSA SÁNCHEZ, J. Arqueología para todos los públicos. Hacia una definición de la Arqueología pública ‘a la española’. **Arqueoweb: Revista sobre Arqueología en Internet**13(1), p. 87-107. 2001.

AMARANTE, Cristiane Eugênia. Educação Patrimonial para arqueólogos: repensando práticas e criando novos caminhos. **Revista Arqueologia Pública**. Campinas, São Paulo, v.10. n. 3, p.22-33, out. 2016.

ASCHERSON, N. Editorial. **Public Archaeology** 1(1):1-4. 2000.

ASSIS, Wilson Rocha. O patrimônio cultural e a tutela jurídica das identidades. In: CUREAU, Sandra et al. (Coord.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetivamente da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 63-78.

ATAÍDES, Heloísa Selma Fernandes Capel de; MACHADO, Laís Aparecida. **Identidade cultural e memória – objetos de construção do patrimônio histórico**. Revista de Divulgação Científica. Publicação do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia da Universidade Católica de Goiás. Goiânia, Editora UCG, vol. 2, p. 41-62, 1998.

BAIMA, Carlúcio et al. Educação Patrimonial no campo da Arqueologia: desafios e contribuições. **Revista Arqueologia Pública**. Campinas (SP), v.9, n.11, p. 1-11. 2015 (Suplemento). ISSN 2237-8294.

BASTOS, R. L. **Patrimônio Cultural Arqueológico: instrumento de desenvolvimento turístico**. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. V. II, nº 3. Jan/Jul. 2005.

BESSEGATO, M. L. O patrimônio em sala de aula: fragmentos de aços educativos. 2ª edição, Porto Alegre: Evangraf.2004.

BEZERRA, M. Na beira da cava: arqueologia, educação patrimonial e direitos humanos em Serra Pelada, Pará, Amazônia. **Revista de Arqueologia**. Vol. 28. Nº 2. 2015. p. 216-228.

BEZERRA, M. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.- abr., 2011.

BRAGA, Emanuel Oliveira; SILVA, Luciano de Souza. Em defesa da educação patrimonial e da pesquisa participativa na análise de impacto dos processos de licenciamento ambiental no Brasil: a construção do patrimônio local em situações de encontro e conflito. In. TOLENTINO, Atiba Bezerra (org.). **Educação Patrimonial: diálogo entre escola, museu e cidade**. João Pessoa: IPHAN, 2014. (Caderno temático, 4).

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Disponível em: ><http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 30 set. 2016.

- BRASIL. **Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986.** Disponível em: ><http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: ><http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 30 set. 2016.
- BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Disponível em: ><http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 30 set. 2016.
- BRASIL. **Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009.** Disponível em: ><http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 14 set. 2016.
- CALADO, Manoel. Arqueologia Pública em Portugal: balanço de um século. In: PINHEIRO, Áurea; GONÇALVES, Luís Jorge; CALADO, Manoel. (Orgs.). **Patrimônio Arqueológico e Cultura Indígena.** Teresina: Lisboa: Ed. EDUFPI, 2011. p. 109-120.
- CALDARELLI, Solange B.; SANTOS, Maria do Carmo M. M. Arqueologia de Contrato no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 52-73, dez./fev. 1999/2000.
- CARVALHO, A. V; FUNARI, P.P. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, n. 6, p. 5, 2012.
- CARVALHO, A. V; FUNARI, P.P. As possibilidades da Arqueologia Pública. **História e História**, v. 24/03/2009, p. 1-7, 2009.
- CARVALHO, A. V; FUNARI, P.P. Arqueologia e Patrimônio no século XXI: As Perspectivas Abertas pela Arqueologia Pública. **III Econtro de História da Arte.** IFCH/UNICAMP. 2007, p. 136.
- CERQUEIRA, F. V et al. Considerações conceituais e metodológicas sobre projetos de educação patrimonial. **Revista Arqueologia Pública.** Campinas, n. 4, p. 20-31, 2011.
- CHAMBERS, E. Epilogue: Archaeology, Heritage, and Public Enovador. In: **Places in Mind: Public Archaeology as Applied Antropology.** New York: Routledge, p.193-208. 2004.
- COELHO NETO, José Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural.** São Paulo: Iluminuras, 1997.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Narrativa e história oral. In: **Humanas**, Porto Alegre, v.19/20, n.1/2, p.115-126, 1996-1997.
- CORREIA, Belize Câmara. A tutela judicial do meio ambiente cultural. **Revista de Direito Ambiental.** São Paulo: Revista dos Tribunais, v.34, abr.-jun. 2004 p.50.
- CURY, Marília Xavier. Educação em museus, cultura e comunicação. CUNHA, Ana Maria de Oliveira et al. (Org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 357-369.
- DEMARCHI, João Lorandi. Patrimônio e Educação: contribuições da rede paulista de educação patrimonial para o tema. **Revista CPC**, São Paulo, n.20, p.207-215, dez. 2015.

- FAGUNDES, Marcelo et al. Projeto “Arqueologia e Comunidade” no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil. **Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPH**. Campina Grande, ano 2, v. 2, n.3, p.3, 2011.
- FERNANDES, Tatiana. **Vamos criar um sentimento?!Um olhar sobre a Arqueologia pública no Brasil**. São Paulo: USP. 2007. 211 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2007.
- FERNANDES, Tatiana Costa; BROCHIER, Laercio Loiola. A Educação Patrimonial na Avaliação de Impacto Ambiental: possibilidades de aplicação de uma perspectiva de Arqueologia Pública.**Revista de Arqueologia Pública**. Campinas, n. 5, p. 32-43, jul. 2012.
- FLORENCIO, Sonia R.R et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: IPHAN, 2014.
- FUNARI, Pedro Paulo de A. Arqueologia Brasileira: Visão Geral e Reavaliação. **Revista da Arte e Arqueologia**, Campinas, n.1, p.24-41, 1994.
- FUNARI, P.P. A. Apresentação. In: ALMEIDA, P. A. **Arqueologia em Conceição dos Ouros-MG**. Pouso Alegre: Gráfica e Editora Amaral: 5-8. 2005.
- FUNARI, P.P.; et al. Arqueologia para o público leigo no Brasil: três experiências. In: FUNARI, P.P.; ORSER JR, C; SHIAVETTO, S. N. de O. (org.). **Identidades, Discurso e Poder: Estudos da Arqueologia Contemporânea**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005: 105-116.
- FUNARI, P.P; ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. Editorial. **Revista Arqueologia Pública**, São Paulo, n.1, p.3, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil. **História**. São Paulo, v.2 7, n.2. Franca. 2008. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010190742008000200002&script=sci_arttext>.
Acesso em 14 jul. 2014.
- FUNARI, Pedro Paulo A. OLIVEIRA, Nanci Vieira; TAMANINI, Elizabete. Arqueologia Pública no Brasil e as Novas Fronteiras.**Práxis Archaeologica**, (3): 131-138, 2008.
- FUNARI, P.P; et al;. Turismo e arqueologia uma abordagem pós-moderna em dois estudos de caso. In: CUREAU, Sandra et al. (Coord.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, p. 431-446, 2011.
- FUNARI, Pedro Paulo; TEGA, Glória. Arqueologia, do imperialismo à inclusão social. **Expressa Extensão**. Pelotas, v.19, n.1, p.17-27, 2014.
- GIDDENS, Anthony. **A sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

- HALBWACHS, M, A. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.
- HODDER, Ian. Archaeological Reflexivity and the “Local” Voice. In: **Anthropological Quarterly**. V. 76, n. 1, 2003.
- HOLTORF, Cornelius. **Archaeology is a brand**. Oxford: Archaeopresse, 2007.
- HORTA, Maria de Lourdes. P et al., **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Museu Imperial/IPHAN/Minc, 1999.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - PHAN. **Carta de Lausanne 1990**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/.baixarFcdAnexo.do?id=262>>. Acesso em: 30 set. 2014.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Carta de Fortaleza, de 01 de dezembro de 1997**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2015.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Instrução Normativa n. 001, de 25 de março de 2015**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_normativa_01_2015.pdf>. Acesso em: 30 set. 2015.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Portaria n. 007, de 01 de dezembro de 1988**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=319>>. Acesso em: 10 set. 2014.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Portaria n. 230, de 17 de dezembro de 2002**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=337>>. Acesso em: 10 set. 2014.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Portaria Interministerial n. 60, de 24 de março de 2015**. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria Interministerial 60 de 24 de marco de e 2015.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_Interministerial_60_de_24_de_marco_de_2015.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2015.
- LEAL, Claudia F. B; SILVA, Luciano de S. A preservação do patrimônio cultural no contexto do licenciamento ambiental: possibilidades sociais e produção de (des) conhecimento sobre ambiente, cultura e patrimônio. **Revista CPC**, São Paulo, n.2, p.8-35, jan./jul.2016.
- LIMA, Leilane P.; FRANCISCO, Gilberto da Silva. O que é isso? Para que serve? Quem são vocês? O que fazem? Uma experiência de Arqueologia Pública em Paranã-TO. **Revista Arqueologia Pública**, São Paulo, n. 1, p.53, 2006.

- LIMA, Leilane P. Relatos de uma experiência em Arqueologia Pública. In: FUNARI, P.P. A et al. **Desafios da Arqueologia**: Depoimentos. Erechim, 2009.
- LIMA, Leilane Patricia de. **Arqueologia e os índios na escola: um estudo de público em Londrina-PR**. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- LINO, Jaisson Teixeira; BRUHNS, Katiane. Os arqueólogos e os índios...vivos! Reflexões sobre arqueologia pública, políticas públicas e sociedades indígenas. **Cadernos do CEOM – Ano 25 n.34**, julho/2012.
- LITTLE, B.J. Archaeology as a Shared Visio. **Public Benefits of Archaeology** (e. B.J.LITTLE) 1-19. Florida: University Press of Florida, 2002.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2007.
- MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, **Fundação Roberto Marinho**,1997.
- MARCHESAN, Ana Maria Moreira. Os princípios específicos da tutela do meio ambiente cultural. In: CUREAU, Sandra *et al.*(Coord.).**Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Bel Horizonte: Fórum, 2011. p.101-122.
- McGIMSEY, C. III. **Public Archaeology**. New York: Seminar Press, 1972.
- McMANAMOM, F. P. Archaeological messages and messengers, **Public Archaeology**, 1, 5-20, 2000.
- MERRIMAN, N. “Archaeology, Heritage and Interpretation”. In: **Archaeology: The Widening Debate**, edited by B. Cunliffe, W. Davives, and C. Refrew, 541-66. Oxford University Press, 2002.
- MERRIMAN, N. “Introduction: Diversity and Dissonance in Public Archeology”. In: **Public Archaeology**, edited by N. Merriman, 1-17. London: Routledge, 2004.
- MERRIMAN, N. Heritage Interpretation: Tourism Cake, not Icing. **SAA Archaeological Record**, v. 5, n.3, p.36-38, 2005.
- MENESES, U. B de. Premissas para a formação de políticas públicas em arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: IPHAN, nº 33, p. 37-58, 2007.
- MENEZES, V. H et al. Construção de diálogos e compartilhamento do conhecimento – Algumas reflexões acerca da divulgação científica, educação patrimonial e arqueologia pública **Cadernos do Lepaarq**. Vol. XI, n.21, 2014. p. 124-137.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Portaria Interministerial n. 419, de 26 de outubro de 2011**. Disponível em: http://www.coad.com.br/busca/detalhe_1028/5072/Atos_Legais>. Acesso em: 14. Set. 2014.

- MORAIS, José Luiz de. **Reflexões acerca da arqueologia preventiva. Patrimônio: atualizando o debate.** São Paulo: IPHAN, p.191-220, 2006.
- OLIVEIRA, Ana Lucia do N.; LUNA, Suely Cristina A. Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial: Projeto Expondo cultura das relíquias arqueológicas ao conhecimento da História. **História Unicamp**, v.2, n.3, jan./jun. de 2015. p.99-107.
- OLIVEIRA, Cléo Alves P. **Educação Patrimonial no Iphan.** Monografia de Especialização. Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, DF, 2011.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Por Uma Arqueologia Socialmente Engajada: Arqueologia Pública, Universidade Pública e Cidadania. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ORSER JÚNIOR, Charles; SCHIAVETTO, Solange N. De O. (Org.). Identidades, Discurso e Poder: Estudos da Arqueologia Contemporânea. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005. p. 118.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente humano, 1972** [online]. Disponível em: http://www.apambiente.pt/zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentável/1972_Declaração>. Acesso em: 30 nov. 2016.
- ORSER, Charles Jr. **Introdução à Arqueologia Histórica.** Oficina de livros, Belo Horizonte, 1992.
- PELEGRINI. S. C. A. **Cultura e natureza:** os desafios das práticas presevacionistas na esfera do patrimônio cultural. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, vol. 26. nº 51, p. 115-140. 2006.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- RAHTZ, P. **Convite à Arqueologia.** Trad. de L. O. C. Lemos. Rio de Janeiro, Imago, 1989.
- RANGEL, Tauã Lima Verdán. Breve painel aos procedimentos administrativos nos processos de licenciamento ambiental em seus bens culturais acautelados: Comentários à Instrução Normativa nº 001/2015 do IPHAN. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 03 jun. 2015. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.53657&seo=1>. Acesso em: 06 nov.2016.
- REFREW, Colin; BAHN, Paul. De Quién Es ele l passado? La Arqueología y el Público. In: REFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología: Teorías, Métodos y Práctica.** Madrid: EdicionesAkal, 2007. pp.487-508.
- REIS, José Alberione dos. Lidando com as coisas quebradas da história. **Revista Arqueologia Pública.** São Paulo, n. 2, p. 33-44, 2007.

- REISEWITZ, Lúcia. **Direito Ambiental e Patrimônio Cultural: direito a preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.
- REZENDE, Leonardo Pereira. **Avanços e contradições do licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas.** Belo Horizonte: Fórum, 2007.
- RICHARDSON, Lorna-Jane; ALMANSA-SÁNCHEZ, Jaime. Do you even know what public archaeology is? Trends, theory, practice, ethics. **World Archaeology**, 47:2, 194-211, 2015.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Arqueologia e sociedade no município de Ribeirão Grande, sul de São Paulo: ações em arqueologia pública ligadas ao Projeto de Ampliação da Mina Calcária Limeira. **Revista Arqueologia Pública.** São Paulo, n.1, p. 63-120, 2006.
- ROCHA, B. C; JÁCOME, C; STUCHI, F. F; MONGELÓ. Arqueologia pelas gentes: um manifesto. Constatações e posicionamentos críticos sobre a arqueologia brasileira em tempos de PAC. **Revista de Arqueologia.** Vol. 28. Nº1. p.130-140, 2013.
- RODRIGUES, Robson; NISHIKAWA, Dulcelaine L. Lopes. Projetos Educacionais e Políticas Interventivas no Campo do Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico na Região de Araraquara (SP). **Revista de Arqueologia Pública,** Campinas, n. 7, p. 60-74, dez. 2013.
- SANTOS, Claristela. O compasso da arqueologia em face do avanço da modernidade no Brasil. **Achitecton-Revista de Arquitetura e Urbanismo.** V.1, n. 1, p.60-67, 2011.
- SANTOS, Claristela. et al. O patrimônio arqueológico rupestre no agreste pernambucano: a comunidade em foco. **Revista de Arqueologia Pública.** Campinas, n. 6, p. 6-16, dez. 2012.
- SCHIAVETTO, Solange N. O. **A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena.** São Paulo: Annablume: FAPESP, 2003.
- SHANKS, M.; TILLEY, C. **Re-Constructing Archaeology.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- SILVA, F. A. Arqueologia de contrato e povos indígenas: reflexões sobre o contexto brasileiro. **Revista de Arqueologia.** Vol. 28. Nº 2. 2015. p.181-201.
- SILVA, Bruno Sanches Ranzani da. **Das ostras, só as pérolas: Arqueologia pública e Arqueologia subaquática no Brasil.** Mestrado (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional.** São Paulo: Malheiros, 1994.
- TAMANINI, E. Educação em museus como anúncio e resistência popular: o desafio da construção de política pública. In: MACHADO et al. (Org.) **Educação Patrimonial e Arqueologia Pública: experiências e desafios.** Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013.
- TEGA, Glória. Arqueologia no Brasil e o Panorama atual: os números de 11 anos de divulgação na Folha de S. Paulo. **Revista Arqueologia Pública.** Campinas, n. 5. p.06-19, 2012.

VICROSKI, Fabricio J. N. **Sobre pedras e povos: Arqueologia Pública e sua importância social**. 2010. p. 6 Disponível em: <http://www.academia.edu/3793444/>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

ANEXO 1 - Projetos arqueológicos – Piauí (2011-2015)

Projetos– Piauí (2011-2015)
Pesquisa Arqueológica na Área do Empreendimento Maramar, Luis Correia/PI
Diagnóstico Arqueológico Interventivo na Central Geradora Eólica IGUAÇU 18MW, Município de Parnaíba
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica LIRA, Município de Caldeirão Grande
Resgate do Sítio Arqueológico da Viúva na ADA da Central Eólica Lira, Município de Caldeirão Grande
Levantamento Sistemático Prospectivo e Educação Patrimonial do COMPLEXO EÓLICO DELTA, Município de Parnaíba
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica COQUEIRAL, Município de Caldeirão Grande
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Coqueiral, Município de Caldeirão Grande
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Caiçara, Município de Caldeirão Grande

Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da Área de Instalação da Central Eólica Caiçara, Caldeirão Grande do Piauí
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica AMONTADA, município de Caldeirão Grande do Piauí
Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da Área de Instalação da Central Eólica Amontada, Município de Caldeirão Grande do Piauí
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Aristarco, Município de Caldeirão Grande
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica DANUBIO, Município de Caldeirão Grande
Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da Área de Instalação da Central Eólica Aristarco, Município de Caldeirão Grande do Piauí
Monitoramento Arqueológico da CGE Porto do Delta, Município de Parnaíba
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Bartolomeu, Município de Caldeirão Grande
Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de Instalação da Central Eólica Bartolomeu, Município de Caldeirão Grande
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica COLIBRI, Município de Caldeirão Grande
Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na área de instalação da Central Eólica Colibri Ltda, Município de Caldeirão Grande
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Notus, Município de Caldeirão Grande
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica FLORENZ, Município de Caldeirão Grande
Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da Área de Instalação da Central Eólica Florenz, Município de Caldeirão Grande
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação da Central Eólica Boreas, Município de Caldeirão Grande
Resgate do sítio Serra dos Caboclos I e Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da Área de Instalação da Central Eólica Boreas, Município de Caldeirão Grande
Levantamento Arqueológico da Central Geradora Eólica Testa Branca I e Via de Acesso Parnaíba, Município de Parnaíba
Prospecção Arqueológica nas áreas de influência do empreendimento Polo Integrado de Alimentos e Bioenergia – Unidade Piauí
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Subestação Seccionadora com 230/500 Kv de Tensão e Potência de 600MVA, Município de Curral Novo do Piauí
Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da Subestação Seccionadora com 230/500 Kv de Tensão e Potência de 600MVA, Município de Curral Novo do Piauí
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão 230 KV – SE Chapada II / SE Picos, Municípios de Marcolândia, Padre Marcos, Belém do Piauí, Jaicós, Francisco Santos, Geminiano e Picos
Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão 230 KV – SE Chapada I / SE Seccionadora, Simões e Curral Novo do Piauí
Levantamento Arqueológico da Central Geradora Eólica Testa Branca V, Município de Parnaíba
Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na área do empreendimento Central Geradora de Energia Eólica: Testa Branca III, Município de Parnaíba
Resgate Arqueológico, Monitoramento e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão 230 kV – SE Chapada II/ SE Picos, Municípios de Marcolândia, Padre Marcos, Belém do Piauí, Jaicós, Francisco Santos, Geminiano e Picos
Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão 230 KV – SE Chapada I / SE Seccionadora, Município de Simões e Curral Novo do Piauí
Levantamento Arqueológico da Central Geradora Eólica Testa Branca IV, Município de Parnaíba
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica CTR Altos
Levantamento Arqueológico da Central Geradora Eólica Testa Branca II, Município de Parnaíba
Levantamento Arqueológico da Central Geradora Eólica Testa Branca III, Município de Parnaíba
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão do Complexo Eólico Caldeirão Grande, Municípios de Caldeirão Grande de Piauí, Marcolândia, Simões e Curral Novo do Piauí
Diagnóstico e Prospecção para o Complexo Fotovoltaico Sobral, Município de São João do Piauí
Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico -Parque Solar Nova Olinda
Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Complexo Eólico Ventos de São Vicente, Municípios de Curral Novo do Piauí, Betânia do Piauí e Paulistana
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da LT 230 kV – SE Chapada IV /SE Curral Novo do Piauí II, Municípios de Simões e Curral Novo do Piauí
Monitoramento Arqueológico, Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de Instalação do Complexo Eólico Ventos de São Virgílio, Municípios de Curral Novo do Piauí, Betânia do Piauí e Paulistana
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na área do Complexo Eólico Ventos de São Virgílio, Simões e Curral Novo do Piauí
Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Complexo Eólico Ventos de São Vicente- grupo II, Municípios de Curral Novo do Piauí, Betânia do Piauí e Paulistana
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão 230 kV Complexo Eólico Piauí/São João do Piauí
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da LT 138 kV SE Caldeirão Grande / Subestação Santa Verônica, Município de Caldeirão Grande
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da LT 138 kV SE Caldeirão Grande / Subestação Santa Edwiges, Município Caldeirão Grande

Programa de Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial do Loteamento Urbano-Alphaville Teresina 2
Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da área de implantação do Complexo Eólico Ventos de Santo Augusto II, Municípios de Simões e Curral Novo do Piauí
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na área do Complexo Eólico Ventos de Santo Augusto II, Simões e Curral Novo do Piauí
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da LT 138 kV SE Caldeirão Grande / Subestação Santo Amaro, Município de Caldeirão Grande

ANEXO 2 - Projetos arqueológicos – Rio Grande do Norte (2011-2015)

Projetos – Rio Grande do Norte (2011-2015)
Projeto de Resgate na Área de Instalação do Parque Eólico Morro dos Ventos IV, município de João Câmara
Programa de Prospecção, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para a CGE Farol, São Bento do Norte
Salvamento do Patrimônio Arqueológico da Área de intervenção do Parque Eólico Asa Branca IV, municípios de João Câmara e Parazinho
Salvamento do Patrimônio Arqueológico da Área de intervenção do Parque Eólico Asa Branca VII, municípios de João Câmara e Parazinho
Diagnóstico Arqueológico e Etno-Histórico do Parque Eólico Mel II, município de Areia Branca
Pesquisa Arqueológica para Licenciamento Ambiental em Área Destinada a Construção do Parque Eólico Asa Branca II, em Parazinho
Pesquisa Arqueológica para Licenciamento Ambiental em Área Destinada a Construção do Parque Eólico Asa Branca III, em Parazinho
Programa de Diagnóstico, Prospecção, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para o Parque Eólico União dos Ventos II, em Pedra Grande
Programa de Diagnóstico, Prospecção, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para o Parque Eólico União dos Ventos III, em Pedra Grande
Diagnóstico Arqueológico (não interventivo) na Área de Implantação do Parque Eólico Lagoa dos Touros VII, município de Touros

Diagnóstico Arqueológico (não interventivo) na Área de Implantação do Parque Eólico Lagoa dos Touros VI, município de Touros
Diagnóstico Arqueológico (não interventivo) na Área de Implantação do Parque Eólico Lagoa dos Touros IV, município de Touros
Diagnóstico Arqueológico (não interventivo) na Área de Implantação do Parque Eólico Lagoa dos Touros III, município de Touros
Diagnóstico Arqueológico (não interventivo) na Área de Implantação do Parque Eólico Lagoa dos Touros III, município de Touros
Programa de Diagnóstico, Prospecção, Educação Patrimonial e Monitoramento arqueológico para a Linha de Transmissão de Energia Elétrica Mangue Seco-Guamaré, município de Guamaré
Programa de Diagnóstico, Prospecção, Educação Patrimonial e Monitoramento Arqueológico para o Parque Eólico União dos Ventos IV, município de Pedra Grande
Diagnóstico Arqueológico Prospectivo da Área de Influência do Parque Eólico Figueira Branca, Touros, Rio Grande do Norte
Diagnóstico Arqueológico e Etno-Histórico da Área de Influência do PARQUE EÓLICO CALANGO I, Bodó/RN
Diagnóstico Arqueológico Prospectivo da Área de Exploração da ICAL, Braúna, Rio Grande do Norte
Diagnóstico e Prospecção Arqueológicas da Área de Influência do PARQUE EÓLICO MORRO DOS VENTOS VII, Município de João Câmara
Diagnóstico Arqueológico e Etno-Histórico do PARQUE EÓLICO CALANGO IV, Bodó/RN
Diagnóstico Arqueológico para a Central Geradora Eólica Dreen Olho D'Água, São Bento do Norte, Rio Grande do Norte
Programa de Diagnóstico, Prospecção, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para o Parque Eólico União dos Ventos VIII, Município de São Miguel do Gostoso, Rio Grande do Norte
Programa de Diagnóstico, Prospecção, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para o Parque Eólico União dos Ventos IX, Município de Pedra Grande, Rio Grande do Norte
Programa de Diagnóstico, Prospecção, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para o Parque Eólico União dos Ventos X, Município de Pedra Grande, Rio Grande do Norte
Programa de Diagnóstico, Prospecção, Educação Patrimonial e Monitoramento Arqueológico para o Parque Eólico Miassaba II, município Guamaré
Programa de Diagnóstico, Prospecção, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para o Parque Eólico União dos Ventos VI, Município de São Miguel do Gostoso, Rio Grande do Norte
Programa de Prospecção, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para a Central Geradora Eólica Olho D'Água, São Bento do Norte/RN
Salvamento do Patrimônio Arqueológico da Área sob Intervenção do PARQUE EÓLICO ASA BRANCA VI, João Câmara e Parazinho
Diagnóstico Arqueológico (não interventivo) na Área de Implantação do Parque Eólico Lagoa dos Touros V, município de Touros
Relatório de Atividades nº 1 Fase de Prospecção na Área Diretamente Afetada pela Implantação da CGE Farol, Município de São Bento do Norte
Projeto de Prospecção e Monitoramento Arqueológicos da USINA EÓLIO-ELÉTRICA BELA VISTA, Areia Branca/RN.
Diagnóstico Arqueológico Prospectivo da Área de Influência do Parque Eólico Gameleiras – Município de Touros, no Estado do Rio Grande do Norte
Diagnóstico Arqueológico e Etno-Histórico da USINA EÓLIO-ELÉTRICA CARCARÁ I, Município de Areia Branca
Diagnóstico Arqueológico e Etno-Histórico da USINA EÓLIO-ELÉTRICA SANTO CRISTO, Município de Touros
Diagnóstico Arqueológico e Etno-Histórico da USINA EÓLIO-ELÉTRICA CARNAÚBAS, Município de São Miguel do Gostoso
Diagnóstico Arqueológico e Etno-Histórico da USINA EÓLIO-ELÉTRICA REDUTO, Município de São Miguel do Gostoso
Diagnóstico Arqueológico e Etno-Histórico da USINA EÓLIO-ELÉTRICA SÃO JOÃO, Município de São Miguel do Gostoso
Programa de Diagnóstico, Prospecção e Monitoramento Arqueológico para Implantação da Linha de Transmissão de 230 kV entre a Subestação União dos Ventos e a Subestação João Câmara, Municípios de Parazinho, Pedra Grande e São Miguel do Gostoso
Programa de Diagnóstico, Prospecção e Monitoramento Arqueológico para Implantação da Linha de Transmissão de 69 KV entre a SUBESTAÇÃO VENTOS POTIGUARES E A SUBESTAÇÃO UNIÃO DOS VENTOS, Municípios de Parazinho, Pedra Grande e São Miguel do Gostoso
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área do Empreendimento do Parque Eólico Ventos de São Miguel, em Parazinho/RN
Programa de Diagnóstico Prospecção e Monitoramento Arqueológico para a Linha de Transmissão de 69 kV, SE CAIÇARA DOS VENTOS e SE UNIÃO DOS VENTOS, Municípios de Parazinho, Pedra Grande e São Miguel do Gostoso
Diagnóstico Arqueológico e Etno-histórico do PARQUE EÓLICO ARIZONA I, Rio do Fogo/RN
Diagnóstico Arqueológico Prospectivo da Área de Influência do Parque Eólico Pedra Preta, Município de João Câmara/RN
Relatório de Atividades nº1 Fase de Prospecção na Área Diretamente Afetada pela Implantação da CGE Boa Vista, Município de São Bento do Norte
Relatório de Atividades 1 de Prospecção Arqueológica para o parque Eólico União dos Ventos 9, no Município de Pedra Grande
Relatório de Atividades 1 de Prospecção Arqueológica para o parque Eólico União dos Ventos 10, no Município de Pedra Grande
Diagnóstico Arqueológico e Etno-Histórico da Área de Influência da LINHA DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO DOS PARQUES EÓLICO CALANGO 2 E 4 A SE LAGOA NOVA, Município de Bodó

Diagnóstico Arqueológico e Etno-Histórico da Área de Influência da LINHA DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO DO PARQUE EÓLICO MEL II A CONECTAR-SE A SE SERRA VERMELHA, Município de Areia Branca
Programa de Prospecção e Monitoramento Arqueológicos da Área de Instalação do PARQUE EÓLICO EURUS I, João Câmara/RN
Programa de Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial na Área do Parque Eólico Santa Clara I, em Parazinho/RN
Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área do Parque Eólico Renascença V”, Município de Parazinho
Diagnóstico Arqueológico e Etno-Histórico da Área de Influência da LINHA DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO DOS PARQUES EÓLICO CALANGO 1 E 3 A SE LAGOA NOVA, Município de Bodó
Projeto: Ações de Programa de Resgate, Educação Patrimonial e Monitoramento Arqueológico para o Parque Eólico União dos Ventos I, Pedra Grande, Rio Grande do Norte.
Programa de Prospecção, Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial do PARQUE EÓLICO PEDRA PRETA, Município de João Câmara
Estudos Arqueológicos no SÍTIO ALDEIA DA SERRA DE MACAGUÁ I, Município de Tenente Laurentino Cruz
Projeto de Prospecção e Monitoramento Arqueológicos da USINA EÓLICO-ELETRICA MAR E TERRA, Areia Branca/RN
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área da LT 230 KV GALINHOS/MACAU, Municípios de Galinhos, Guamaré e Macau
Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Influência do Parque Eólico Morro dos Ventos VIII, Município de João Câmara
Pesquisa Arqueológica para Licenciamento Ambiental em Área Destinada a Construção do Parque Eólico Euros IV, em Parazinho/RN
Projeto de Monitoramento Arqueológico na Área de Instalação do Parque Eólico “Morro dos Ventos IX”, Município de Parazinho /RN
Diagnóstico e Prospecções Arqueológicas da Área de Influência do Parque Eólico Morro dos Ventos V, Município de João Câmara
Programa de Prospecção, Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial do PARQUE EÓLICO COSTA BRANCA, Município de João Câmara
Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área do Parque Eólico Rei dos Ventos I, Município de Galinhos
Pesquisa Arqueológica para Licenciamento Ambiental em Área Destinada a Construção do Parque Eólico Asa Branca I, em Parazinho/RN
Diagnóstico Arqueológico Prospectivo da Área de Influência do Parque Eólico Farol de Touros– Município de Touros, no Estado do Rio Grande do Norte
Programa de Diagnóstico, Prospecção, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para o Parque Eólico União dos Ventos VII, Município de São Miguel do Gostoso, Rio Grande do Norte
Programa de Resgate, Educação Patrimonial e Monitoramento Arqueológico para o PARQUE EÓLICO DE UNIÃO DOS VENTOS IV, Município de Pedra Grande
Programa de Resgate, Educação Patrimonial e Monitoramento Arqueológico para o PARQUE EÓLICO DE UNIÃO DOS VENTOS III, Município de Pedra Grande
Programa de Prospecção, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para a Central Geradora Eólica São Bento do Norte, São Bento do Norte/RN
Diagnóstico Arqueológico e Etno-Histórico da USINA EÓLICO-ELETRICA TERRAL, Município de Areia Branca
Diagnóstico Arqueológico e Etno-Histórico da USINA EÓLICO-ELETRICA CARCARÁ II, Município de Areia Branca
Programa de Prospecção e Monitoramento Arqueológicos da Área de Instalação do PARQUE EÓLICO EURUS III, João Câmara/RN
Programa de Prospecção, Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial do PARQUE EÓLICO MACACOS, Município de João Câmara
Programa de Prospecção, Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial do PARQUE EÓLICO JUREMAS, Município de João Câmara
Diagnóstico Arqueológico Prospectivo da Área de Influência do Parque Eólico Cajueiros – Município de João Câmara, no Estado do Rio Grande do Norte
Programa de Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial na Área do Parque Eólico Santa Clara III, Parazinho/RN
Projeto de Monitoramento Arqueológico na Área de Instalação do Parque Eólico “Morro dos Ventos I”, Município de João Câmara/RN
Projeto de Monitoramento Arqueológico na Área de Instalação do Parque Eólico “Morro dos Ventos III”, Município de João Câmara/RN
Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Influência do Parque Eólico Morro dos Ventos II, Município de João Câmara/RN
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da LT 230 kv Mossoró II - Areia Branca, Municípios de Areia Branca e Mossoró
Prospecção, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para o PARQUE EÓLICO ARIZONA I, Município Rio de Fogo
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da área abrangida pela Subestação João Câmara III, Município de João Câmara
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área do PARQUE EÓLICO SANTA MÔNICA, Município de Touros
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do Parque Eólico Serra de Santana I, Município de Lagoa Nova
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área do PARQUE EÓLICO SÃO MARTINHO, Município de Touros
Programa de Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da Área de Instalação do Parque Eólico Campos dos Ventos V, Municípios de João Câmara e Parazinho
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Área de Instalação do Aeroporto Internacional de Cargas e Passageiros de São Gonçalo do Amarante
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do PARQUE EÓLICO VALÊNCIA I, Município de Rio de Fogo
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área Abrangida pela Linha de Transmissão 230 kv Paraíso-Lagoa Nova II

Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na Área de Instalação da Unidade Industrial de Calcinação da Ical e Mina, Município de Baraúna
Programa de Monitoramento Arqueológico do PARQUE EÓLICO RENASCENÇA IV, Município de Parazinho
Programa de Monitoramento Arqueológico do PARQUE EÓLICO RENASCENÇA I, Município de Parazinho
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do Parque Eólico Lanchinha, Município de Lagoa Nova
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área Abrangida pela Linha de Transmissão 230 Kv Ceará – Mirim II – Extremoz II e Seccionamento da LT 230 Kv João Câmara – Extremoz II C1/SE Ceará – Mirim II, Municípios de João Câmara, Extremoz e Ceará Mirim
Diagnóstico Interventivo e Educação Patrimonial do Complexo Eólico Iraúna, Município de Jandaíra
Programa de Monitoramento Arqueológico do PARQUE EÓLICO RENASCENÇA II, Município de Parazinho
Programa de Monitoramento Arqueológico do PARQUE EÓLICO VENTOS DE SÃO MIGUEL, Município de Parazinho
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área do Parque Eólico São Benedito no município de São Miguel do Gostoso/RN
Prospecção, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da Área de Instalação do Parque Eólico Calango V, Município de Bodó
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Instalação do PARQUE EÓLICO SÃO DOMINGOS, Município de São Miguel do Gostoso
Prospecção, Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de Instalação do Parque Eólico Calango I, Município de Bodó
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial do Parque Eólico Morro dos Ventos II – Parte II, Município de João Câmara
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Área de Instalação do Parque Eólico ASA BRANCA II, Municípios de Parazinho e Pedra Grande
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Área de Instalação do Parque Eólico Santa Maria, Município de João Câmara
Projeto de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na Área de Instalação da Usina Eólico-elétrica Reduto, Município de João Câmara
Diagnóstico e Prospecção Arqueológico do PARQUE EÓLICO VALÊNCIA III (ZUMBY), Município Rio do Fogo
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do PARQUE EÓLICO VALÊNCIA II, Município Rio do Fogo
Programa de Diagnóstico, Prospecção, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para a LINHA DE TRANSMISSÃO DE 34,5 KV DA GE FAROL, Município de São Bento do Norte
Prospecção, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da Área de Instalação do Parque Eólico Calango II, Município de Bodó
Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na Área da Usina Eólio- Elétrica CARCARÁ II, Município de Areia Branca
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área da Subestação Ceará-Mirim II, Município de Ceará-Mirim
Prospecção, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da Área de Instalação do Parque Eólico Calango III, Município de Bodó
Diagnóstico Arqueológico-Histórico-Cultural e Projeto de Prospecção Arqueológica na Área da LTE 500 kv João Câmara III e Ceará-Mirim II
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão 138 Kv da CGE Olho D'Água, Municípios de São Bento do Norte, Parazinho e João Câmara
Programa de Monitoramento Arqueológico do PARQUE EÓLICO RENASCENÇA II, Município de Parazinho
Projeto de Diagnóstico e Prospecção para as Obras de Implantação e Pavimentação da BR 427 (Contorno Rodoviário do Município de Caicó)
Programa de Resgate e Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para o PARQUE EÓLICO UNIÃO DOS VENTOS 8, Município de Pedra Grande
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Área de Instalação do Parque Eólico Asa Branca I, Municípios de Touros e São Miguel do Gostoso
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do Parque Eólico Pelado, Município de Lagoa Nova
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do Parque Eólico Serra da Santana II, Município de Lagoa Nova
Programa de Arqueologia Preventiva da LINHA DE TRANSMISSÃO 230KV JOÃO CÂMARA-EXTREMOZ C1 E SECCIONAMENTO DA LINHA DE TRANSMISSÃO 230KV CAMPINA GRANDE-NATAL III C3/SE EXTREMOZ
Programa de Prospecções Arqueológicas para o Parque Eólico Modelo I, Município de João Câmara
Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Parque Eólico Modelo II – Etapa de Resgate e Monitoramento Arqueológico, Município de João Câmara
Programa de Resgate e Educação Patrimonial dos SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS REI DOS VENTOS 1A E 1B, Município de Galinhos
Programa de Arqueologia Preventiva SUBESTAÇÃO EXTREMOZ II, Município de Extremoz
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da LT 138 KV SE Elevadora - SE João Câmara II, Município de João Câmara
Programa de Diagnóstico, Prospecção, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para a LINHA DE TRANSMISSÃO DE 34,5 KV DA GE BOA VISTA, Município de São Bento do Norte
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do Parque Eólico Serra da Santana III, Município de Lagoa Nova e Bodó
Programas de Diagnóstico e Prospecção Arqueológicas na Área do PARQUE EÓLICO CAMPO DOS VENTOS I, Município de João Câmara
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Área de Instalação do Parque Eólico EURUS IV, Município de Touros
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Linha de Transmissão 138 kv Macacos 1 – EURUS-2, João Câmara, Município de João Câmara
Programa de Diagnóstico, Prospecção, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para a LINHA DE TRANSMISSÃO DE 69 KV DA GE FAROL, Município de São Bento do Norte
Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Área de Instalação da Usina Eólio-Elétrica Carnaubas, Município de São Miguel do Gostoso

Programa de Resgate e Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para o PARQUE EÓLICO UNIÃO DOS VENTOS 7, Município de Pedra Grande
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Linha de Transmissão 138kV Campos dos Ventos – SE João Câmara 3, Município de João Câmara
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Área de Exploração da CASCAR BRASIL MINERAÇÃO, Município de Currais Novos
Prospecção, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da Área de Instalação do Parque Eólico Calango IV, Município de Bodó
Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na Área da Usina Eólio-Elétrica São João, Município de São Miguel do Gostoso
Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Área de Instalação da Usina Eólio-Elétrica Santo Cristo, Município de Touros
Programa de Prospecções Arqueológicas para o Parque Eólico Modelo II, Município de João Câmara
Diagnóstico, Arqueológico Interventivo da Usina Eólico-elétrica VILA PARÁ IV, Município de Serra do Mel
Diagnóstico e Prospecção na Área da LT 138 KV ASA BRANCA – SE João Câmara III, Municípios de João Câmara e Parazinho
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área de instalação do Parque Eólico Macambira II, Município de Lagoa Nova
Diagnóstico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para a Implatação do Parque Eólico Jericó, Municípios de Jandaíra e Pedra Pedra
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na Área de Instalação do Parque Eólico Calango VI, Município de Bodó
Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial do Parque Eólico Calango VI, Município de Bodó
Programa de Diagnóstico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Baixa do Feijão I, Município de Jandaíra e Parazinho
Salvamento e Monitoramento Arqueológico Complexo Eólico Baixa do Feijão I, Municípios de Parazinho e Jandaíra
Diagnóstico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para a Implantação do Parque Eólico Baixa do Feijão III, Município de Jandaíra e Parazinho
Salvamento e Monitoramento Arqueológico Complexo Eólico Baixa do Feijão III, Municípios de Parazinho e Jandaíra
Salvamento e Monitoramento Arqueológico Complexo Eólico Baixa do Feijão II, Municípios de Parazinho e Jandaíra
Diagnóstico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Baixa do Feijão II, Município de Jandaíra e Parazinho
Diagnóstico Arqueológico na Área da Linha de Transmissão CASA DOS VENTOS II – SE CÂMARA III, Município de João Câmara
Diagnóstico e Prospecção na Área de Influência da Rede de Média Tensão do Complexo Eólico Areia Branca composta pelas Linhas Transmissão Carcará I, Subestação Areia Branca e Terral – Subestação Areia Branca, ambas com 12 kv, Município de Areia Branca
Diagnóstico e Prospecções Arqueológicas para a Linha de Distribuição de 69 KV MODELO – SE João Câmara II, Município de João Câmara
Diagnóstico Arqueológico na Área da Linha de Transmissão CASA DOS VENTOS I – SE CÂMARA III, Municípios de João Câmara e Parazinho
Monitoramento Arqueológico da LT 230 Kv João Câmara – Extremos C1 e Seccionamento da Linha de Transmissão 230 Kv Campina Grande – Natal III C3/SE Extremoz II
Diagnóstico, Arqueológico Interventivo da Usina Eólico-elétrica VILA PARÁ II, Município de Serra do Mel
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área da Linha de transmissão de 230 Kv Touros - Ceará-Mirim
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do Parque Eólico Santo Uriel, Município de João Câmara
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Área de Instalação da LT Lanchinha/Serra de Santana I & II, Município de Lagoa Nova
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Área de Instalação da LT Serra de Santana III/ICG Lagoa Nova, Município de Lagoa Nova
Diagnóstico Arqueológico Interventivo na Área de Influência da Usina Eólica Elétrica Vila Amazonas I, Município de Serra do Mel
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da área de Influência da Rede de Média Tensão do Complexo Eólico São Miguel do Gostoso, Composta pela Linha de Transmissão Reduto – Subestação Carnaúbas e Santo Cristo - Subestação
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Área de Instalação da LT Pelado/Serra de Santana III, Município de Lagoa Nova
Diagnóstico e Programa de Prospecção Arqueológica na Área da LTE 230kv Mossoró II – Mossoró IV
Diagnóstico Arqueológico Interventivo na Área de Implantação do Complexo Eólico Jandaíra, Município de Jandaíra
Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial do Parque Eólico Junco I, Município de Serra do Mel
Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial do Parque Eólico Vila Amazonas V, Município de Serra do Mel
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Área de Influência da Linha de Transmissão Voltália – Touros de 69 KV, Município de São Miguel do Gostoso
Diagnóstico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Aroeira, municípios de Jandaíra e Pedra Preta
Diagnóstico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Baixa do Feijão IV, Municípios de Jandaíra e Parazinho
Salvamento e Monitoramento Arqueológico Complexo Eólico Baixa do Feijão IV, Municípios de Parazinho e Jandaíra
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Área de Instalação da LT Serra de Santana I & II/ICG Lagoa Nova, Município de Lagoa Nova
Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial do Parque Eólico Junco II, Município de Serra do Mel
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Linha de Transmissão 230 kv e da Subestação Complexo Riachão/Extremoz II, Municípios de Extremoz e Ceará-Mirim

Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área do Parque Eólico Santo Dimas, Município de São Miguel Gostoso
Diagnóstico Arqueológico da Área de Influência da Usina Eólica Elétrica Vila Pará II, Município de Serra do Mel
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial do Parque Eólico Mundo Novo III, São Miguel do Gostoso
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial do Parque Eólico Mundo Novo VII, Município de São Miguel do Gostoso
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial do Parque Eólico Santana I, Municípios de Bodó, Cerro Corá e Lagoa Nova
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área de instalação do Parque Eólico Macambira I, Município de Lagoa Nova
Diagnóstico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Aventura, Município de João Câmara
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial do Parque Eólico Mundo Novo V, Município de São Miguel do Gostoso
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do empreendimento Cerâmica Elizabeth, Município de Goianinha
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Área de Influência da CGE União dos Ventos 12, Município de Pedra Grande
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Intensiva nas áreas de influência do Parque Eólico Cervantes I, Município de Rio do Fogo
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Intensiva nas áreas de influência do Parque Eólico Cervantes II, Município de Rio do Fogo
Diagnóstico Arqueológico Interventivo na área de instalação do Complexo Eólico de Pedro Avelin, Município de Pedro Avelino
Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial na área da Fazenda Alodial I, Enseg Indústria Alimentícia LTDA, Município de Galinhos
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Central Geradora Eólica União dos Ventos 17, Município de São Miguel do Gostoso
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Linha de Transmissão 138 Kv Renascença V – SE João Câmara III, Municípios de Parazinho e João Câmara
Diagnóstico da área de Extração de Calcário pela empresa INTERCEMENT Brasil S.A. , Municípios de Assú, Mossoró e Upanema
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Intensiva nas áreas de influência do Parque Eólico Punaú I, Município de Rio do Fogo
Diagnóstico e Prospecções Arqueológicas, Linha de Transmissão de 138 kv Currais Novos, Municípios de Currais Novos, São Vicente e Tenente Laurentino
Salvamento Arqueológico da LT 500 kv João Câmara III – Ceará Mirim II, Municípios de João Câmara, Touros, Poço Branco, Taipu e Ceará Mirim
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área do Loteamento Santo Amaro, Município de São Gonçalo do Amarante
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Área de Influência da Central Geradora Eólica União dos Ventos 16, Município de São Miguel do Gostoso
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Intensiva nas áreas de influência do Parque Eólico Carnaúba V Município de Rio do Fogo
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Usina Solar Fotovoltaica Floresta III, Município de Areia Branca
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na área de influência da Central Geradora Eólica União dos Ventos 14, Município de Pedra Grande
Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Prospecção Intensiva nas áreas de influência da LT 230 KV Punaú – Ceará Mirim II e Subestação Associada, Municípios de Rio do Fogo, Maxaranguape e Ceará Mirim
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Interventiva do Loteamento Imobiliário Praia dos Ventos, Município de Grossos
Diagnóstico Interventivo para a Usina Eólica- Elétrica Afonso Bezerra I, Município de Afonso Bezerra
Diagnóstico Interventivo para a Usina Eólica- Elétrica Afonso Bezerra IV, Município de Afonso Bezerra
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Usina Solar Fotovoltaica Floresta I, Município de Areia Branca
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área de implantação do Parque Eólico Santa Úrsula, Município de Touros
Diagnóstico Interventivo para a Usina Eólica- Elétrica Afonso Bezerra III, Município de Afonso Bezerra
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Área de Influência da Central Geradora Eólica União dos Ventos 15, Município de São Miguel do Gostoso
Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial do Parque Eólico Santana I, Municípios de Bodó, Cerro Corá e Lagoa Nova
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área de instalação do Parque Eólico Cabeço Preto V, Município de João Câmara
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Usina Solar Fotovoltaica Floresta IV, Município de Areia Branca
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica nas áreas de influência do Parque Eólico Carnaúba I, Município de Pureza
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Linha de Transmissão 500 kV Assú III – João Câmara III – Ceará Mirim II – João Câmara II.
Diagnóstico Interventivo para a Usina Eólica- Elétrica Afonso Bezerra II, Município de Afonso Bezerra
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Intensiva nas áreas de influência do Parque Eólico Carnaúba III , Município de Pureza
Diagnóstico Interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para a Linha de Transmissão 138 kV dos Parques Eólicos Baixa do Feijão I, II, III e IV, Município de João Câmara
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica nas áreas de influência do Parque Eólico Carnaúba II, Município de Pureza
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área de implantação do Parque Eólico São Bento do Norte II, Município São Bento do Norte

Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na Área de Implantação da Subestação Elevadora do Complexo Eólico Bloco Sul, Município de Touros
Diagnóstico Interventivo e Educação Patrimonial para o Condomínio Residencial Nova Muriú, Município de Ceará-Mirim
Diagnóstico Arqueológico Interventivo para a usina eólico-elétrica Angicos IV, Município de Angicos
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na Área de Implantação da Linha de Transmissão Campos dos Ventos – Bloco Sul , Municípios de Touros e João Câmara
Diagnóstico Arqueológico Interventivo para a usina eólico-elétrica Angicos III, Município de Angicos
Diagnóstico Arqueológico Interventivo para a usina eólico-elétrica Angicos VII, Município de Angicos
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área de implantação do Parque Eólico São Bento do Norte I
Diagnóstico Arqueológico Interventivo para a usina eólico-elétrica Angicos X, Município de Angicos
Diagnóstico Arqueológico Interventivo para a usina eólico-elétrica Angicos VIII, Município de Angicos
Diagnóstico Arqueológico Interventivo para a usina eólico-elétrica Angicos I, Município de Angicos
Diagnóstico Arqueológico Interventivo para a usina eólico-elétrica Angicos V, Município de Angicos
Diagnóstico Arqueológico Interventivo para a usina eólico-elétrica Angicos XI, Município de Angicos
Diagnóstico Arqueológico Interventivo para a usina eólico-elétrica Angicos IX, Município de Angicos
Diagnóstico Arqueológico Interventivo para a usina eólico-elétrica Angicos VI, Município de Angicos
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área de implantação do Parque Eólico Guajiru, Municípios de Pedra Grande e São Bento do Norte
Diagnóstico Arqueológico Interventivo para a usina eólico-elétrica Angicos II, Município de Angicos
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área de instalação Parque Eólico Pedra Rajada I, Município de Cerro Corá
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área de implantação do Parque Eólico São Bento do Norte III
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área de implantação do Parque Eólico Maria Helena, Município de São Bento do Norte
Diagnóstico Arqueológico na área de implantação do projeto urbanístico Bouganville (Fase 1), Município de Parnamirim
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na Área de Implantação da Linha de Transmissão Campos dos Ventos Bloco Norte, Municípios de Touros e São Miguel do Gostoso
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área da Linha de Transmissão de 230kV da SERVENG Energia – SE Miguel / SE João Câmara – Trecho da Se São Miguel a Torre 48
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Área de Instalação do Parque Eólico Pedra Rajada II, Município de Cerro Corá
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área de implantação do Parque Eólico Jangada, Município de São Bento do Norte
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área de implantação do Parque Eólico Potiguar, Município de Pedra Grande
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área de implantação do Parque Eólico São Miguel II, Município de São Bento do Norte
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área de implantação do Parque Eólico São Miguel I, Município de São Bento do Norte